



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais

AÇORES 2014 | 2020

PROGRAMA OPERACIONAL

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER
Fundo Social Europeu - FSE

RELATÓRIO ANUAL EXECUÇÃO 2018

DREPA 02/2020



GOVERNO
DOS AÇORES



UNIÃO EUROPEIA

Fundos Europeus
Estruturais e de Investimento

Índice

1.	IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2017	7
2.	APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	7
3.	EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS.....	10
3.1.	Apresentação geral da execução.....	10
3.2.	Indicadores comuns e indicadores específicos do programa	17
3.3.	Objetivos intermédios e metas definidos no quadro de desempenho.....	18
3.4	Dados financeiros	18
4.	SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES	20
5.	INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ).....	22
6.	QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS.....	22
6.a)	Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas	22
6.b)	Avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas	24
7.	RESUMO PARA OS CIDADÃOS	24
8.	RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
9.	AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO	24
10.	PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS	24
10.1	Grandes projetos	24
10.1.a.	Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução	24
10.1.b.	Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional	24
10.2	Planos de ação conjuntos	24
10.2.a.	Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos	25
10.2.b.	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução	25
11.	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	26
11.1	Avaliação das informações constantes dos pontos anteriores e da realização dos objetivos do programa ...	26
11.2	Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspetiva do género nos programas operacionais e nas operações.....	49
11.3	Desenvolvimento sustentável	49

11.4	Informação sobre o apoio consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas.....	50
11.5	Contributo dos parceiros para a execução do programa	51
12.	INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO.....	53
12.1.	Progressos realizados na implementação do plano de avaliação e seguimento dado às conclusões das avaliações.....	53
12.2.	Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação	64
13	AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE.....	66
14	INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS	66
14.1.	Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional.....	66
14.2.	Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do estado-membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos	66
14.3.	Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais	67
14.4.	Contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas, quando aplicável.....	67
14.5.	Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, quando aplicável	70
14.6.	Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados.....	70
15.	INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO	70
16.	CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO.....	71
17.	QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE DESEMPENHO (QD).....	75
	Lista de Siglas e Abreviaturas.....	78

ANEXOS

Quadro 1	Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico)
Quadro 2 A	Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 2 B	Indicadores de resultados para a IEJ (aplicável apenas ao PO ISE) - <i>Não aplicável</i>
Quadro 2 C	Indicadores de resultados específicos para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 3 A	Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER)
Quadro 3 B	Número de empresas apoiadas pelo programa operacional no âmbito de investimentos produtivos, excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas
Quadro 4 A	Indicadores comuns de realizações para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 4 B	Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Quadro 5	Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho
Quadro 6	Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário
Quadro 7	Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013), como estabelecido no quadro 2 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão “Modelo para a apresentação de dados financeiros”
Quadro 8	Utilização de financiamento cruzado - <i>Não aplicável</i>
Quadro 9	Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão) - <i>Não aplicável</i>
Quadro 10	Despesa incorrida fora da União (FSE) - <i>Não aplicável</i>
Quadro 11	Atribuição de recursos IEJ para apoiar jovens fora das regiões elegíveis de nível NUTS 2 (artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013) - <i>Não aplicável</i>
Quadro 12	Grandes Projetos - <i>Não aplicável</i>
Quadro 13	Planos de ação conjuntos - <i>Não aplicável</i>

1. IDENTIFICAÇÃO DO RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ANUAL DE 2018

CCI	2014PT16M2OP004
Título	Programa Operacional Regional dos Açores 2014-2020
Versão	2018.2
Ano do relatório	2018
Data de aprovação do relatório pelo Comité de Acompanhamento	5 junho2019

2. APRESENTAÇÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 2, e 111.º, n.º 3, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Nos 4 anos completos de execução do PO AÇORES 2020, verificaram-se progressivamente melhores condições na envolvente socioeconómica, designadamente a ultrapassagem da situação depressiva anterior, com uma recuperação efetiva da conjuntura financeira, económica e social, em que os níveis de crescimento do produto e do emprego acompanham a evolução nacional.

A execução da programação operacional dos Açores no atual Quadro Comunitário 2014-2020 tem vindo a registar as mais elevadas taxas de absorção e de execução efetiva dos fundos estruturais europeus. As propostas de investimento público e principalmente as intenções de investimento privado aumentaram, com uma boa variedade de projetos, quer no âmbito do empreendedorismo, da modernização e capacitação, da inovação, do aumento de escala e também da diferenciação, com setores a emergirem com alguma robustez e sustentabilidade, como o turismo.

Os Instrumentos Financeiros nos domínios do apoio ao investimento das empresas e da reabilitação urbana estiveram disponíveis para os beneficiários, destacando-se os processos de divulgação promovidos, com recurso a eventos e à utilização de meios audiovisuais, tendo a autoridade de gestão participado em todos os comités de investimento promovidos pelas entidades gestoras.

A interação entre beneficiários e AG do programa manteve-se em bom ritmo neste ano, repetindo-se na generalidade o verificado em períodos anteriores. As candidaturas foram submetidas de forma normal, no quadro dos avisos abertos para esse efeito, os sistemas informáticos corresponderam ao exigido, a análise e a aprovação das operações decorreram também de forma regular, os pedidos de pagamento, foram submetidos analisados e pagos em tempo útil.

O PO AÇORES 2020 foi dos primeiros programas a ultrapassar com larguíssima margem de segurança a conhecida regra financeira do n+3, ou também como é conhecido “o efeito guilhotina”, significando um montante robusto de pedidos de pagamento à Comissão Europeia.

Alguns números e dados que dão a dimensão da execução do PO AÇORES 2020.

No final de 2018, o nível de compromisso do programa decorrente dos 1.395 beneficiários com candidaturas aprovadas somava 891,7 milhões de euros de fundo estrutural comunitário (FEDER e FSE). O investimento elegível associado a estes compromissos de financiamento ascende a 1.179,7 milhões de euros. Em termos relativos, estão comprometidos 78,4% da

dotação global dos fundos estruturais, não havendo desvio significativo entre os 2 fundos – 76,8% da dotação FEDER e 82,5% da dotação FSE.

Foi submetida documentação probatória de pagamentos efetivamente realizados a empreiteiros e fornecedores de bens e serviços para a realização dos projetos num montante acumulado de investimento elegível de 666,9 milhões de euros, a que correspondeu a um financiamento comunitário de 504,1 milhões de euros. De outro modo, 44,3% da dotação global de fundos do PO AÇORES 2020 (1.137,5 ME) está já executada. Comparando o valor da despesa com o fundo estrutural aprovado nas candidaturas essa taxa de realização sobe para os 57%.

Em termos de pagamentos de fundo aos promotores das operações aprovadas, seja por reembolso da despesa efetuada e paga, seja por adiantamento por conta de faturação existente, mas ainda não liquidada, o montante de meios financeiros introduzidos na economia regional ascendeu a mais de mais de 506,7 milhões de euros.

Tendo por referência os grandes valores de execução do Portugal 2020, a taxa de execução de 44,3% do PO AÇORES 2020 compara com os 33% do agregado PT 2020. Tomando os fundos estruturais que financiam o programa dos Açores, a taxa de execução FEDER 41,1 % compara com 29% de execução FEDER do PT 2020 e os 52,7% FSE do PO AÇORES 2020 compara com os 34% FSE apurados no conjunto do PT 2020.

2018 foi um ano importante no quadro da execução do PO AÇORES 2020 e dos demais programas operacionais do atual período de programação da política europeia de coesão: foi proposto, discutido e aprovado um exercício global de reprogramação e também constitui-se como o período terminal para a verificação das metas intermédias de indicadores de realização e financeiros fixados na programação, que estão na base da atribuição da designada Reserva de Desempenho. Apesar do PO AÇORES 2020 ser um programa extenso (13 eixos e várias dezenas de prioridades de investimento), o cumprimento das metas intermédias é quase na totalidade cumprido, não havendo repercussões negativas para a estrutura e dotação global do PO.

Considerando os grandes temas da estratégia 2020, o crescimento inteligente, o crescimento sustentável e o crescimento inclusivo e os respetivos eixos de programação que contemplam, em termos sumários pode-se reportar à data de 31 de dezembro de 2018, o seguinte:

No âmbito do Crescimento Inteligente, compreendendo os eixos relativos à Investigação e Inovação, as TICs e o apoio ao investimento empresarial privado, apuraram-se mais de um milhar de operações aprovadas, com um investimento de 475 milhões de euros, esmagadoramente privado, a que corresponde um apoio do fundo estrutural FEDER de 294,5 milhões de euros. Os sistemas de incentivos ao investimento privado, a que se acrescenta as ações coletivas, são os elementos mais dinâmicos nesta estratégia.

Na vertente do Crescimento Sustentável - economia de baixo teor de carbono, prevenção de riscos e alterações climáticas, proteção ambiental e utilização eficiente de recursos e o transporte sustentável - foram aprovadas 145 operações, com um montante de investimento elegível de mais de 172,9 milhões de euros, com destaque para a intervenção no domínio ambiental.

O Crescimento Inclusivo, envolvendo o emprego, a inclusão e o combate à pobreza, a educação, a formação e a aprendizagem ao longo da vida e ainda o reforço da capacidade institucional, onde se conjugam os fundos estruturais FEDER e FSE, apurou-se uma despesa de investimento de mais de 498 milhões de euros, com enfoque nas prioridades relativas à inclusão ativa e ao desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.

A dotação adicional do fundo estrutural FEDER, para operações específicas relacionadas com a mitigação dos efeitos e custos da ultraperiferia, que atinge os 57,5 milhões de euros, está praticamente toda executada.

Alguns indicadores de realização que informam o nível de execução da programação: apoio a 39 projetos de I&DI; 715 empresas apoiadas no âmbito dos sistemas de incentivos; 22 instrumentos de planeamento e estudos no âmbito da prevenção de riscos e das alterações climáticas; 7,1 km de orla costeira intervencionada; 12,6 mil há de habitats naturais intervencionados; 136 mil m2 de espaços reabilitados em zonas urbanas; 31 Km de vias de mobilidade suave; 4 aerogares regionais melhoradas; 42 infraestruturas de saúde e sociais; 3,8 mil participantes em programas de apoio à contratação, 4,2 mil participantes em estágios profissionais, 8,7 mil em programas ocupacionais, 5,3 mil em cursos de formação profissional e 8 infraestruturas escolares.

3. EXECUÇÃO DOS EIXOS PRIORITÁRIOS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

3.1. Apresentação geral da execução

ID do Eixo Prioritário	1
Eixo Prioritário	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

No âmbito da PI 1.1 verificou-se a submissão de 56 candidaturas, registando-se a aprovação de 39, que envolvem um investimento elegível de 6,1M€ e um FEDER de 5,2M€.

Quanto à PI 1.2 foram submetidas 20 candidaturas, tendo sido aprovadas 11, correspondendo a um investimento elegível de 11,7M€ e um FEDER de 9,8M€.

Verifica-se o cumprimento do equilíbrio na alocação das verbas FEDER (limite máximo de 2/5 na alocação dos recursos do OT à PI 1.1), atendendo à afetação de 5,2 M€ dos 15,0 M€ aprovados no OT.

As candidaturas aprovadas no Eixo Prioritário encontram-se alinhadas, com a Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3).

A principal questão colocada na execução deste eixo foi algum desfasamento entre o período de execução das operações aprovadas e as metas intermédias para 2018, situação tributária da aprovação tardia dos PO nacionais, incluindo o dos Açores, da necessidade de constituição de júris constituídos por peritos externos para apreciação das candidaturas e demais cargas administrativas e de gestão associada, registando-se evidência de resultados ao longo do ano de 2019. Melhor adequação da métrica aprovada na reprogramação e também melhor ajustamento financeiro permitiu evidenciar a real execução deste eixo.

Quanto aos indicadores de resultado, os últimos dados disponíveis reportam-se ao ano de 2017,. Os projetos de investigação encontram-se em fase de desenvolvimento, expectando-se eventuais resultados durante o ano de 2019 ou mesmo em 2020.

Em termos globais verifica-se a aprovação de 50 candidaturas, representando uma taxa de compromisso de 43,8%. As despesas totais elegíveis atingiram os 9,3 M€, correspondendo a um valor do Fundo de 7,9 M€, equivalente a uma taxa de execução de 23,1% e realização de 52,8%.

ID do Eixo Prioritário	2
Eixo Prioritário	Melhorar o Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade

No âmbito da única PI deste eixo (2.3) foram 18 operações aprovadas, com um investimento elegível 10M€, a que corresponde um apoio FEDER de 8,5M€.

A limitação ao bom funcionamento das operações aprovadas deriva de nos Açores a administração dos sistemas computacionais, designadamente os utilizados para prestar serviços aos cidadãos, serem geridos por mais de 2 dezenas de entidades que têm vindo a adotar medidas dissemelhantes para resolver as mesmas tipologias de problemas. Pretende-se evoluir do cenário de gestão atual para um novo modelo de administração inteligente das TIC assente na criação de uma plataforma centralizada e partilhada por todas as entidades públicas regionais, potenciando a criação de serviços da administração na Cloud e aumentando a eficiência na gestão e níveis de desempenho dos sistemas de armazenamento de dados.

O reforço financeiro deste eixo em 6,2 milhões de euros de fundo estrutural FEDER vem ao encontro das necessidades de desmaterialização e reengenharia de processos para permitir e alavancar a disponibilização de serviços online das entidades públicas, de modo eficiente a nível operacional e de forma a que estejam assegurados padrões de segurança e privacidade de dados.

O indicador de resultado “Indivíduos com idade entre os 16 e os 74 anos que preencheram e enviaram pela internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos” revela um valor (32,4%), registando-se uma evolução positiva desde o ano de 2016.

Em termos de desempenho financeiro, as taxas de compromisso e de realização do eixo são respetivamente de 46,7% e 38,0%, no entanto a taxa de execução está aquém das expectativas e cifra-se nos 17,7%.

ID do Eixo Prioritário	3
Eixo Prioritário	Competitividade das Empresas Regionais

Foram apresentadas 1.489 candidaturas, das quais foram aprovadas 933, envolvendo um custo elegível de 447,2 M€ e um FEDER de 271,0 M€, representando uma taxa de compromisso de 97,4%. As despesas elegíveis executadas atingiram 184,2 M€, correspondendo um montante FEDER 105,7 M€, uma taxa de execução de 38,0% e uma taxa de realização de 39,0%.

Nas operações enquadradas em Ações Coletivas, foram submetidas 104 candidaturas, das quais 74 foram aprovadas, com um custo elegível de 73,2 M€ e um apoio FEDER de 62,2 M€.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas (SI) foram rececionadas 1.378 candidaturas, aprovadas 852 operações, sendo 258 relativas a empreendedorismo, 26 a capacitação empresarial e 568 de modernização e escala das empresas. Em termos globais foi aprovado um custo elegível de 354,1 M€, a que corresponde um apoio FEDER de 188,8 M€.

Para a implementação do IF de Capital e Quase Capital e IF de Dívida e Garantia, foram aprovadas 7 candidaturas da entidade gestora (IFD), com um custo elegível e apoio FEDER no valor de 20 M€.

O arranque um pouco mais tardio dos instrumentos financeiros ainda não proporciona uma avaliação firme da sua utilização, encontrando-se ainda numa fase inicial de utilização destes instrumentos. A AG tem acompanhado de perto, com as demais autoridades a ação da entidade gestora dos instrumentos financeiros incluídos neste eixo.

Relativamente aos indicadores de resultado não estão disponíveis para o ano de 2018, tendo sido alcançadas as metas para 2018, no que aos indicadores de realização dizem respeito.

As operações aprovadas no âmbito dos sistemas de incentivos concretizam apoios a 715 empresas, que se traduzem na previsão de criação de 1.963 empregos (ETI).

ID do Eixo Prioritário	4
Eixo Prioritário	Economia de Baixo Carbono

Neste eixo foram aprovadas 8 operações, com um custo total elegível de 4,4M€ (3,3 M€ de Fundo) e despesa declarada de 500 mil€. No final de 2018, quer a taxa de compromisso (7,02%), quer a taxa de execução (0,72%) refletem as dificuldades de implementação deste eixo.

Quanto à estrutura de indicadores, foi necessário, em sede de reprogramação, proceder-se a revisões pontuais dos Indicadores de Resultado e de Realização, sendo um deles as Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono, com um valor alvo de 66,04Km (em 2023). No final de 2018 regista-se a submissão de 4 operações que irão contribuir para cerca de 47% deste indicador.

Regista-se de forma transversal dificuldades na execução deste eixo nos diversos PO, por via da estrutura e regulamentação dos apoios previstos. A Autoridade de Gestão tem acompanhado de perto os esforços desenvolvidos pelas autoridades nacionais e comunitárias no sentido de uma maior simplificação e atratividade dos apoios disponíveis, face às soluções existentes no mercado.

Ainda assim, na primeira prioridade do eixo, prevê-se a aprovação, em 2019, do projeto de baterias de armazenagem de energias renováveis para a ilha Terceira, com um investimento na ordem dos 14M€.

Até ao momento, foram rececionadas 9 candidaturas ao aviso, publicado em dezembro de 2017, no âmbito da eficiência energética nos edifícios e nas infraestruturas públicas.

De destacar que na PI destinada ao desenvolvimento das estratégias de baixo teor de carbono e da mobilidade elétrica, encontrando-se previamente elaborado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, foram já aprovadas 5 candidaturas que contemplam ciclovias e rede pública de partilha de bicicletas.

ID do Eixo Prioritário	5
Eixo Prioritário	Alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

As 46 operações aprovadas no eixo 5 representam 37M€ de custo elegível, dos quais 92,4% respeitam a operações aprovadas na PI 5.2. A taxa de compromisso é de 70,52%. As despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários ascendem a 27,7M€ (23,5M€ de Fundo).

O Eixo apresenta uma taxa de realização de 74,47% e execução de 52,52%, não se detetando problemas significativos ao nível da implementação geral do eixo, tendo sido inclusive necessário o seu reforço financeiro.

A implementação ao nível da PI 5.1 foi destinada à criação de instrumentos de planeamento e identificação territorial de vulnerabilidade e riscos e a estruturas de monitorização e de alerta para situações de risco. Neste âmbito foram selecionadas 22 operações (com o valor alvo de 23) estando executadas 9.

A elevada procura dirigida aos apoios previstos na PI 5.2 materializou-se em intervenções na orla costeira e nos cursos de água para mitigação dos efeitos de inundações e situações de intempérie, visando a proteção de pessoas e bens. Beneficiam das medidas de

proteção previstas nas operações selecionadas 22.760 pessoas (72,5% do valor alvo), sendo que 15.211 já beneficiam efetivamente, no âmbito das operações executadas. Nas operações aprovadas, a extensão da faixa costeira a intervencionar é de 7,14Km (73% do valor alvo para 2023), encontrando-se efetivamente executados 5,63Km.

No domínio da prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima, os apoios destinam-se à modernização da Rede de Telecomunicações de Emergência da RAA, e dos Sistemas de Proteção Civil e de Emergência Municipal, bem como a ampliações de quartéis de bombeiros. Estão aprovadas 4 Infraestruturas de proteção civil (o valor alvo é de 6), e executadas 3.

ID do Eixo Prioritário	6
Eixo Prioritário	Ambiente e Eficiência dos Recursos

No Eixo 6 foram aprovados 62 M€ de custo elegível (51 M€ de FEDER), apresentando uma taxa de compromisso de 65,3%.

O investimento associado à temática dos resíduos urbanos (PI 6.1), foi ao encontro dos objetivos e metas, (40% da meta). As 11 candidaturas aprovadas, com um valor de investimento superior a 11M€ (9,5M€ de Fundo) apresentam uma taxa de realização de 79%.

No âmbito da PI 6.2, o investimento no abastecimento de água alcançará 55.353 de população servida (sendo a meta 66.093) e 10.933 da população servida pelas melhorias dos sistemas de tratamento de águas residuais (45% do valor da meta). Na PI foram aprovadas 21 candidaturas, com um investimento de mais de 18M€ (15,5M€ de Fundo) que atingem uma taxa de realização de 57%.

Na tipologia do património natural de cultural (PI 6.3), foram apoiadas intervenções que permitiram um aumento do nº de visitantes de 56.017 (63 % da meta). Encontram-se aprovadas 8 candidaturas, com um investimento de mais de 11M€ (9,5M€ de Fundo) e uma taxa de realização de 52%.

No domínio da biodiversidade (PI 6.4), as 5 operações aprovadas representam um investimento de 4,4M€ (3,7M€ de Fundo). . A taxa de realização nesta PI é de 72,5%.

No âmbito da PI 6.5 foram aprovadas 20 candidaturas, que traduzem a criação ou reabilitação de 135.701m² de espaço aberto em zonas urbanas, e a construção/renovação de 7.325 m² de edifícios (87% do valor da meta). O investimento aprovado é de 16,5M€ (12,6M€ de Fundo) e a taxa de realização de 38%.

A maior dificuldade de execução é a do Instrumento Financeiro IFRRU, face às opções existentes no mercado e à natureza do edificado na Região. A AG promoveu ações de divulgação e acompanha de perto a ação desenvolvida pela entidade gestora do fundo.

ID do Eixo Prioritário	7
Eixo Prioritário	Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas

Na PI 7.2, relativamente à rede viária há a registar a aprovação de 15 candidaturas, representando um investimento elegível de 16,2 M€ e um montante FEDER de 13,7 M€, com a assinalável taxa de realização da PI, na ordem dos 93,3%.

No que concerne à PI 7.3, destinada a aumentar os fluxos e os movimentos de mercadorias e passageiros, utilizando o sistema aéreo e marítimo, registou-se a abertura do aviso ACORES-57-2018-25, com uma dotação de 40,8 M€ e perspetivando a construção de um Navio “RO-RO” para a Região Autónoma dos Açores. Verifica-se a aprovação de 10 candidaturas, no âmbito desta PI, o que se traduz num investimento elegível de 53,3 M€ e num apoio FEDER de 45,3 M€. Ainda na PI 7.3 destaca-se a melhoria das condições de segurança em 3 aeroportos da região, por via da Instalação de Equipamento de Meteorologia para os Aeródromos das Ilhas do Pico, Corvo e Graciosa.

Em termos globais o Eixo tem uma taxa de compromisso na ordem dos 80,8%, no entanto a mesma não é acompanhada pelas taxas de execução (18,86%) e realização (23,35%). Tal constatação está associada ao facto da operação relativa à construção do Navio “RO-RO”, com um investimento elegível de 48,0 M€ e um montante FEDER de 40,8 M€, ter sido aprovada no final do ano e como tal não ter a execução respetiva.

No que concerne aos indicadores de resultado, verifica-se um acréscimo de acidentes rodoviários (3360), constatando-se assim um distanciamento da meta proposta de 2500, para 2023. Quanto ao indicador de resultado da PI 7.3 – Passageiros movimentados nos portos da Região, destaca-se a aproximação ao valor alvo para 2023 (658.000), atendendo à movimentação de 559.000 passageiros.

ID do Eixo Prioritário	8
Eixo Prioritário	Emprego e Mobilidade Laboral

Neste eixo, com uma dotação global de 93,2 M€, foram aprovadas 22 candidaturas com um custo elegível de 77,5 M€ e um apoio do FSE de 65,9 M€, com uma taxa de compromisso de 70,7%.

Considerando a junção das TO das PI 8.2 com a PI 8.1, decorrente da reprogramação do programa, uma vez que ambas visam apoiar a integração sustentada de desempregados e inativos no mercado de trabalho envolvendo apenas grupos alvos diferentes, adultos e jovens, é a PI que absorve o maior volume financeiro do eixo com 96% do aprovado. Esta PI concentra o financiamento das políticas públicas de apoio à contratação, designadamente, o apoio à contratação nas suas diversas modalidades, bem como os programas de estágio profissional de jovens com vista à sua integração no mercado de trabalho.

Quanto à PI 8.5, a única de natureza formativa neste eixo, foi aprovada 1 candidatura com um CTE de 0,06 M€; em 2018 foi aberto mais um concurso para apresentação de candidaturas com uma dotação de 0,5 M€. As restantes PI têm um peso representativo menor, no entanto uma grande relevância ao nível do apoio à criação do próprio emprego e à proteção na maternidade das mulheres, contribuindo neste último caso para a não discriminação em função do género, bem como à potenciação do retorno das mulheres desempregadas ao mercado de trabalho. No caso da TO - Formação Modular, financiada no âmbito da PI 8.5 com implementação recente, ainda não se encontra validada qualquer execução física ou financeira. Quanto à execução financeira global, ascendeu a 44,6 M€, o que corresponde a 158,7% da meta intermédia e a 40,7% da meta para 2023.

Em termos de execução física, verifica-se o alcance de todas as metas intermédias definidas.

Os pagamentos aos beneficiários totalizaram 38,5 M€.

ID do Eixo Prioritário	9
Eixo Prioritário	Inclusão Social e Combate à Pobreza

A dotação do Eixo no montante de 167,9 M€, está distribuída por 3 PI apoiadas pelo FSE (52,9%) e 1 PI apoiada pelo FEDER (47,1%).

Das 67 candidaturas submetidas foram aprovadas 50 operações, com um CTE de 168,3 M€ e um Fundo de 143 M€, taxa de compromisso do Eixo de 85,2%. As despesas declaradas pelos beneficiários ascendem a 145,1 M€ de CTE e 123,4 M€ de Fundo, taxas de execução e de realização, respetivamente de 73,5% e 86,3%. O total dos pagamentos aos beneficiários corresponde a 94% do executado.

Na componente FSE foram aprovadas 5 candidaturas, com um CTE de 105,1 M€ e 89,3 M€ de Fundo, taxa de compromisso de 100,5%. A PI 9.1 absorveu 99% do valor aprovado. Em 2018, concretizou-se na PI 9.4 o financiamento da rede regional de cuidados continuados. Relativamente à PI 9.5, 1 única candidatura aprovada para a qual ainda não é possível reportar a respetiva execução. A execução financeira ascende a 92 M€ de custo elegível e a 78,2 M€ de FSE, taxa de execução de 88%. Os pagamentos aos beneficiários correspondem a 88,5% do Fundo executado. Em termos de execução física, verifica-se o alcance de todas as metas intermédias.

No âmbito da PI 9.7 apoiada pelo FEDER, das 51 candidaturas submetidas foram aprovadas 45 operações, com um custo elegível de 63,2 M€ e um Fundo de 53,7 M€. A taxa de compromisso da PI é de 68%. As taxas de realização e de execução foram de 84% e de 57%, respetivamente. A execução do indicador O971 supera a meta intermédia e, um grau de aproximação à meta para 2023 de 60%.

As razões da decisão de retirada da programação da PI 9.9 – Empresas Sociais deste eixo derivam de não haver procura efetiva e não acrescentar interesse e valor neste eixo temático.

ID do Eixo Prioritário	10
Eixo Prioritário	Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida

Com uma dotação de 236,8 M€, o Eixo mobiliza 4 PI financiadas pelo FSE (56,4%) e 1 PI apoiada pelo FEDER (43,6%).

Das 206 candidaturas submetidas foram aprovadas 168, com um custo elegível de 215,2 M€ e apoio do Fundo de 183 M€. A taxa de compromisso situa-se nos 77,3%. As despesas declaradas pelos beneficiários traduzem taxas de execução e de realização próximas da média do programa, respetivamente de 42,4% e 54,9%. O montante pago aos beneficiários ascendeu a 113,2M€, 112,6% do compromisso executado.

No âmbito das PI financiadas pelo FSE, foram aprovadas 158 candidaturas, com um custo total elegível de 123,8 M€ e um Fundo de 105,2 M€, uma taxa de compromisso de 78,8%. A despesa elegível validada, ascendeu a 59 M€ e a um apoio comunitário de 50,2 M€, correspondendo a uma taxa de execução de 37,6%. Com os ajustamentos da reprogramação e os níveis de execução verificados, foram alcançadas as metas previstas no quadro de desempenho para os indicadores O1012, O1031 e O1041 e em 91% pelo indicador O1011.

As questões suscitadas na execução da componente FSE deste eixo relacionaram-se com a necessidade de melhor adequação da oferta dos apoios aos diversos segmentos da procura, com resolução no processo de reprogramação do programa.

No âmbito da PI 10.5 apoiada pelo FEDER, relativa a intervenção na rede escolar foi colocado a concurso cerca de 84% da dotação prevista. Das 13 candidaturas submetidas, foram selecionadas 10 operações com um custo elegível de 91,5 M€ e um Fundo de 77,7 M€, taxa de compromisso próxima dos 76%, uma taxa de realização de 64,7% e uma taxa de execução de 49%. A meta intermédia prevista para 2018 no quadro de desempenho, para o indicador CO35, foi atingida em 58,9%.

ID do Eixo Prioritário	11
Eixo Prioritário	Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente

Com a aprovação da reprogramação, a dotação financeira do eixo foi reduzida para 0,23 M€, contemplando apenas uma PI, apoiada pelo FSE.

Em 2018 foi aprovada e operacionalizada uma operação com um custo elegível de 0,08 M€ e um Fundo de 0,07 M€, representando 29,6% da respetiva dotação, montante este abaixo das expectativas decorrentes de uma previsão do custo unitário por formando superior ao solicitado em candidatura.

A execução financeira atingiu um custo elegível de 0,003 M€ e um apoio comunitário de 0,002 M€, ficando aquém da meta financeira definida para o quadro de desempenho. No entanto, a execução física representa 100,5% da meta intermédia, o que permite o alcance da respetiva meta do quadro de desempenho, e 67% da meta para 2023.

Face à situação reportada, em que para o alcance das metas físicas, existe uma sobreavaliação dos recursos financeiros necessários, será proposta nova reprogramação do eixo, com vista à correção do custo padrão a aplicar à formação em causa e à alocação da verba remanescente a outro eixo em que se verifique necessidade de reforço.

As dificuldades de operacionalização desta prioridade prendem-se com efeito, a não conclusão e estabilização do pacote de reformas nacionais dirigidas à Administração Pública, entendendo-se prematuro avançar com investimento sem conhecer rigorosamente os seus pressupostos. Porém, de destacar que existem mecanismos de capacitação da administração pública regional que se desenrolam ao longo dos anos, com a construção de planos de formação, suportados financeiramente pelo orçamento regional.

ID do Eixo Prioritário	12
Eixo Prioritário	Alocação Específica para a Ultraperiferia

No âmbito deste Eixo, com uma dotação de 57,5 M€ que constitui a alocação específica no âmbito da ultraperiferia, para compensação de eventuais sobrecustos ligados ao défice de acessibilidade e à fragmentação territorial, foram publicados 2 avisos de candidaturas, 1 em 2015 e outro em 2016, tendo sido colocado a concurso 94% da dotação do eixo.

As 2 candidaturas aprovadas, relativas a contratos de OSP nos transportes aéreo e marítimo de passageiros inter-ilhas, envolveram um custo elegível de 63,5 M€ e um apoio FEDER de 54 M€. A taxa de compromisso do eixo é de 94%.

As despesas declaradas pelos beneficiários atingiram 54,0 M€, correspondendo a uma taxa de execução de 94% e a uma taxa de realização de 100%.

A totalidade dos compromissos executados (54 M€) foram objeto de pagamento aos beneficiários.

As candidaturas encontram-se encerradas/concluídas.

As metas fixadas foram atingidas, quer pelo indicador de realização “Contratos de OSP apoiados” no âmbito do quadro de desempenho, quer pelo indicador de resultado “Movimento aéreo de passageiros inter-ilhas”.

Face ao volume financeiro das obrigações de serviço público colocadas em concurso público internacional os recursos disponibilizados foram praticamente absorvidos na sua totalidade e, face à natureza excecional deste eixo, no contexto dos apoios FEDER, não houve possibilidade de reprogramação, no sentido do reforço financeiro.

ID do Eixo Prioritário	13
Eixo Prioritário	Assistência Técnica

O eixo da Assistência Técnica tem uma dotação de 7,5 M€ provenientes em exclusivo do FEDER.

Foram publicados 3 avisos de candidaturas, um em 2015 com uma dotação de 5,4 M€ e 2 em 2018, envolvendo uma dotação de 0,93 M€.

Em resposta aos avisos, foram submetidas 6 candidaturas, 2 apresentadas pela Autoridade de Gestão e 4 da iniciativa dos organismos intermédios, DREQP e DRAIC. As candidaturas foram aprovadas com um custo elegível de 7,1 M€ (6,1 M€ de Fundo), resultando uma taxa de compromisso da Assistência Técnica de 80,8%.

O montante de despesa declarado pelos beneficiários ascendeu a 4,8 M€ de Fundo, o que corresponde a uma taxa de execução de 63,5% e uma realização de 78,7%.

Os pagamentos aos beneficiários situaram-se nos 4,6 M€, 97,5% do executado.

Quanto ao nível de desempenho da realização, verifica-se que o indicador “Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT” alcança o valor alvo para 2023 (60), enquanto que os indicadores, “Ações de acompanhamento” e “Estudos e avaliações” têm vindo a registar progressos.

A execução desta prioridade decorre normalmente, dentro do previsto, não havendo aspeto significativo a salientar.

3.2. Indicadores comuns e indicadores específicos do programa

Neste ponto são apresentados os dados relativos aos indicadores comuns e indicadores específicos do PO Açores 2020, por prioridade de investimento, através dos quadros 1 a 4.

Quadro 1 – Indicadores de resultado para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico)
Em anexo

- Quadro 2A – Indicadores comuns de resultado para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Em anexo
- Quadro 2B – Indicadores de resultados para a IEJ
Não aplicável ao PO Açores 2020.
- Quadro 2C – Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se aplicável)
Em anexo.
- Quadro 3A – Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento e, no caso do FEDER, por categoria de região)
Em anexo.
- Quadro 3B – Número de empresas apoiadas pelo programa operacional no âmbito de investimentos produtivos, excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas
Em anexo.
- Quadro 4A – Indicadores comuns de realizações para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Em anexo.
- Quadro 4B – Indicadores de realizações específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região)
Em anexo.

3.3. Objetivos intermédios e metas definidos no quadro de desempenho

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Neste ponto são apresentadas informações sobre os indicadores financeiros, as principais etapas de execução e os indicadores de realizações e de resultados a utilizar como objetivos intermédios e metas para o quadro de desempenho.

- Quadro 5 - Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho
Em anexo.

3.4 Dados financeiros

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Neste ponto são apresentados os dados financeiros cumulativos através dos quadros 6 a 11.

- Quadro 6 - Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário
Em anexo.
- Quadro 7 - Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção
Em anexo.
- Quadro 8 - Utilização de financiamento cruzado
Não aplicável ao relatório anual de execução de 2018.
- Quadro 9 - Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão)
Não aplicável.

Quadro 10 - Despesa incorrida fora da União (FSE)

Não aplicável.

Quadro 11 - Atribuição de recursos IEJ para apoiar jovens fora das regiões elegíveis de nível NUTS 2 (artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Não aplicável.

4. SÍNTESE DAS AVALIAÇÕES

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) enquadra e estrutura a função de avaliação no Portugal 2020, definida no Acordo de Parceria e regulamentada no Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, correspondendo ainda à obrigatoriedade de apresentação de um Plano de Avaliação prevista no Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento – REG (UE) 1303/2013 Art. 56º 1 e 114º 1.

Dando coerência operacional ao previsto no Acordo de Parceria, o PGA PT2020 integra as avaliações a realizar no âmbito dos FEEI, ou seja, inclui para além dos Fundos da Política da Coesão – Fundos Estruturais (FSE e FEDER) e Fundo de Coesão (FC) – o FEADER e o FEAMP, apresentando-se no caso destes dois últimos fundos, como complementar ao plano de avaliação incluído no texto dos respetivos programas aprovados pela Comissão Europeia.

Conforme inscrito no PGA PT2020, serão desenvolvidos dois tipos de avaliações: em função do seu objetivo – avaliação de impacto e avaliação de processo – com diferentes incidências: Programa, Temática, Territorial ou Global. Para dar resposta à orientação para os resultados serão desenvolvidas sobretudo avaliações de impacto focadas num determinado tema e/ou território. O enfoque será sobretudo nas avaliações temáticas, consideradas mais adequadas à lógica de programação do PT2020, nomeadamente, à forte inter-relação entre os PO Temáticos e os PO Regionais, pela possibilidade de realizar avaliações transversais a diferentes PO sobre a mesma temática.

As avaliações globais e as avaliações de programa serão sobretudo meta-análises das avaliações temáticas, efetuando análises específicas para as áreas não cobertas pelas avaliações temáticas.

Esta combinação entre as avaliações Temáticas, Territoriais, Globais e de Programa garante que, não só todos os eixos dos PO, como também todos os objetivos específicos, são alvo de avaliações de impacto, alguns de forma mais aprofundada, nas avaliações temáticas e ou/territoriais, e outros através de avaliações de programa ou globais.

Nas avaliações de impacto serão utilizados dois métodos: a Avaliação de Impacto Baseada na Teoria e a Avaliação de Impacto Contrafactual. Estas avaliações exigem informação detalhada (p.e. microdados), quer dos Sistemas de Informação do PT2020, quer de bases de dados administrativas e, quer, ainda, resultante de análise conjugadas de diversas fontes (estatísticas, administrativas e de gestão dos fundos).

As avaliações de processo, realizadas em número limitado, centrar-se-ão sobretudo na implementação de intervenções novas ou com alterações significativas face ao QREN, nomeadamente em aspetos instrumentais determinantes para o seu sucesso.

As avaliações a integrar no PGA PT2020 são selecionadas em função de critérios pré-definidos, nomeadamente, a relevância das intervenções nas suas diferentes dimensões (p.e. o seu contributo para as políticas/estratégias nacionais e europeias, os montantes envolvidos e impactos esperados nos beneficiários e nos territórios em que se inserem), e o seu carácter inovador. Esta seleção beneficia, também, de um conjunto de evidências com origem no ciclo avaliativo do período de programação anterior.

O estabelecimento do cronograma das avaliações considera o período necessário para a produção de impactos (no caso das avaliações de impacto), as necessidades de análises aprofundadas para potenciais ajustamentos dos programas e as necessidades de reporte (sobretudo, Relatórios Intercalares do Acordo de Parceria). Em síntese, o cronograma das avaliações com a participação do PO AÇORES 2020 é o seguinte:

- Em 2015 realizaram-se as avaliações *ex ante* dos Instrumentos Financeiros e iniciou-se a realização da Avaliação da Implementação, eficácia e eficiência da IEJ.
- Em 2017 e 2018 realizou-se a avaliação de Processo da IEJ e iniciaram-se as avaliações de processo do Portugal 2020 - RIS3, e Custos Simplificados. Lançaram-se, igualmente, os concursos para avaliações de impacto - IEJ e Medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono).
- Em 2019 irão iniciar-se os procedimentos de lançamento da Avaliação Intercalar do PO AÇORES 2020.
- Em 2019 e 2020 irão concluir-se as avaliações iniciadas em 2017/2018 e iniciar-se as restantes avaliações de processo e de impacto referentes ao PT2020 (incluindo avaliações temáticas, as meta-análises e avaliações globais).
- A partir de 2021 pondera-se a atualização de avaliações de impacto sobre temáticas já anteriormente avaliadas (quer sob a forma de avaliações de processo, de impacto QREN ou de impacto PT2020).

Tendo em conta o cronograma acima, salienta-se de seguida, as Avaliações em que os Açores participam, seja enquanto região elegível num Programa temático, seja enquanto Programa Operacional AÇORES 2020:

- Avaliação da Implementação, Eficácia e Eficiência da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) – Responsável: PO ISE; Programas envolvidos: PO ISE, com elegibilidade das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; Estado de concretização: concluída em janeiro 2018.
- Avaliação da implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Primeiros Resultados – Responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO Regionais, PDR e PO MAR; Estado de concretização: em curso; Previsão conclusão: 2019.
- Avaliação do contributo dos FEEI para a modernização e capacitação da administração pública – Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, exceto Lisboa; Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN e Processo/PT2020; Estado de concretização: adjudicação.
- Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens – Entidade responsável: PO CH; Programas envolvidos: PO CH, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Período de incidência: Impacto (ACF e ABT) /PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração.
- Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono – Entidade responsável: PO SEUR; Programas envolvidos: PO SEUR, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Incidência: Processo e Impacto (ABT)/PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração.
- Avaliação da aplicação de custos simplificados – Entidade responsável: AD&C; Programas envolvidos: PO CI, POCH, PO ISE, PO SEUR, PO Regionais e PDR do Continente e das Regiões Autónomas; Tipo/Período de incidência: Processo/QREN e PT2020; Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado em 15-12-2018

Não obstante o PO Açores ter participado na avaliação da IEJ como beneficiário, esta avaliação incidiu apenas sobre operações apoiadas pelo POISE. Até à data não existem avaliações concluídas no PO Açores no âmbito do FSE. O calendário das avaliações inscrito no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020(PGA PT2020) aplica-se a todos os Planos de Avaliação

das AG e tem sido alvo de reajustamento em função do ritmo de implementação das intervenções objeto de avaliação. Com efeito, a realização das avaliações de processo necessitam que a implementação das intervenções a avaliar se encontrem já em curso, e com um nível mínimo de execução, e as avaliações de impacto necessitam que os efeitos das intervenções já se estejam a produzir.

5. INFORMAÇÃO SOBRE A EXECUÇÃO DA INICIATIVA EMPREGO JOVEM (IEJ)

(Artigo 19.º, n.ºs 2 e 4 do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

A Região participa no Programa Temático de âmbito nacional “Inclusão Social e Emprego”, sendo o reporte constante do relatório de execução respetivo.

6. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS

(Artigo 50.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

6.a) Questões que afetam o desempenho do programa e medidas adotadas

As principais questões que afetaram o desempenho do programa foram sucessivamente resolvidas, estando em fase de cruzeiro o processo de execução normal e corrente da programação do PO Açores 2020.

Numa retrospectiva sintética, poder-se-á afirmar que todo o novo conjunto de regras e condições impostas neste período de programação 2014-2020 foram sucessivamente ultrapassadas. Por exemplo, as condicionalidades ex ante poderão em algum momento atrasado um pouco o arranque da execução, mas não inviabilizaram ou condicionaram de forma dramática o arranque da execução. De todo o modo, é uma boa notícia que no próximo período de programação 2021-2027 o número de condicionalidades ex ante será menor.

O estabelecimento de mapeamento de infraestruturas e equipamentos há muito finalizado, constitui-se como elemento central de alguma dificuldade, face à amplitude das infraestruturas mapeadas, desde as de investigação e dos diversos graus de ensino, até as infraestruturas de natureza económica, passando pelas vocacionadas para a saúde e inclusão social. Processo exigente, mas ultrapassado, e nesta fase final de execução do programa não tem obstaculizado a execução dos trabalhos.

Nesta dimensão de questões colocadas, as medidas tomadas foram de envolver de forma efetiva e eficiente os principais atores e responsáveis nestes setores, em ordem a conhecerem-se as necessidades e, de forma consensual, formalizar e programar o investimento público.

A dimensão e o potencial económico da Região não facilitam a introdução de elementos no domínio financeiro, como seja alguma tipologia de IF, em áreas e domínios no âmbito do capital e quase capital. Por outro lado, a concorrência existente entre instrumentos de dívida, alguma complexidade para o promotor na escolha e também o facto de a interação decorrer entre beneficiário final e intermediário financeiro (banca), levanta algumas questões, diversas das que existem normalmente entre beneficiário e AG.

As AG em articulação com as entidades gestoras dos IF, o IFRRU (reabilitação urbana) e o IFD (empresas), tem desenvolvido um conjunto de ações em ordem a ultrapassar estas questões. No caso particular dos apoios à reabilitação

urbana a AG promoveu uma campanha de divulgação nos órgãos de comunicação social regionais, e no caso das empresas deu-se destaque e visibilidade ao lançamento dos produtos financeiros. Sabemos também, que as entidades gestoras dos IF tem desenvolvido ações junto da banca comercial, geralmente os balcões fora dos grandes centros urbanos, incluindo os localizados nas ilhas.

A nível da envolvente externa à execução do programa de realçar algumas sequelas que a crise financeira e económica deixou no território nacional, incluindo os Açores. Com efeito, a destruição que se registou em segmentos da economia, em particular no setor da construção civil e obras públicas, provoca, por vezes, dificuldades, nos concursos públicos, com ausência de opções e também com atrasos nas consignações e no arranque das obras.

Não há ações ou medidas ao alcance da autoridade de gestão para ultrapassar estas condicionantes, no entanto, o diálogo existente entre os serviços técnicos da AG e os beneficiários mitigam estas dificuldades.

A débil execução do eixo 4 é vítima de uma série de vicissitudes que decorrem, quer da alteração de estratégias nas políticas regionais, quer das dificuldades de implementação dos apoios às empresas e famílias. Ao nível da PI 4.3, é de registar a própria complexidade técnica exigida, quer ao nível da preparação de candidaturas, quer da sua análise, com a agravante de a forma de apoio, assumir o modelo de subvenção reembolsável o que, só por si, já é pouco atrativo para os beneficiários.

Ainda assim, prevêem-se alguns avanços no ano de 2019, com a aprovação de candidaturas no âmbito do armazenamento de energia e da eficiência energética em edifícios e espaços públicos.

Está em vigor uma estratégia e a correspondente adoção de medidas antifraude e infrações conexas, aplicável a todos os colaboradores da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios do PO AÇORES 2020, tendo por base três pilares fundamentais: a prevenção do risco de fraude que passa pela avaliação do risco da sua ocorrência; a proatividade na deteção de fraudes e finalmente a adoção de medidas eficazes e proporcionadas para a correção de casos detetados de fraude ou suspeita de fraude.

Sobre o fundo estrutural FSE apesar dos problemas inicialmente identificados referentes ao sistema de informação de âmbito nacional que afetou a entrada e a execução das operações, tem-se vindo a resolver as questões inerentes ao seu funcionamento, encontrando-se à data de elaboração deste reporte em normal e corrente funcionamento.

A conjuntura económica e social, designadamente, as consequências em matéria de emprego e de desemprego, verificadas nos primeiros anos de vigência do PO, condicionou a orientação de recursos do FSE, mais para as medidas de fomento do emprego e formação e menos para as outras áreas que este fundo comunitário financia, tendo sido um contributo fundamental para a contínua redução da taxa de desemprego verificada na Região. No entanto, essa opção implicou o não alcance de algumas metas definidas para o PO, pelo que se procedeu à sua reprogramação, que levou à concentração e reorganização dos eixos, rentabilizando-se os recursos disponíveis com vista a resultados concretos, não descurando os públicos a que se destinam.

Ao nível da formação de ativos em que tendencialmente os valores a aprovar são mais reduzidos, e em alguns casos abaixo do limiar das operações de baixo montante, em que o regime de financiamento aplicável, de montante fixo com recurso a um orçamento prévio, é demasiado penalizador para os beneficiários, tem levado a que os mesmos não estejam dispostos a correr o risco de suportar os respetivos custos por falharem qualquer um dos indicadores contratualizados, desistindo da execução de operações aprovadas, o que poderá constituir-se como fator dificultador

do alcance das metas do PO. Assim, pondera-se a aplicação de outra modalidade de simplificação de custos a utilizar futuramente, até porque a situação tende a aplicar-se a outras modalidades de formação com a alteração do limiar do valor das operações de baixo montante de 50 M€ para 100 M€.

Ao nível do eixo 11, em sede de reprogramação, por não haver histórico de financiamento para este tipo de formação, foi incorreto o cálculo do valor padrão a aplicar, pelo que foram sobreavaliados os recursos financeiros necessários para o alcance das metas físicas, tendo como consequência a impossibilidade do cumprimento do respetivo indicador financeiro do quadro de desempenho. Assim, será proposta nova reprogramação financeira do eixo, com vista à correção do custo padrão a aplicar à formação em causa e à alocação da verba remanescente a outro eixo em que se verifique necessidade de reforço.

6.b) Avaliar se os progressos realizados são suficientes para atingir as metas fixadas, indicando as medidas corretivas eventualmente tomadas ou previstas

Não aplicável ao relatório de execução de 2018 (Informação constante do ponto 11.1).

7. RESUMO PARA OS CIDADÃOS

(Artigo 50.º, n.º 9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Em documento autónomo.

8. RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(Artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Em anexo.

9. AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE, aplicável às condicionalidades que não se encontravam cumpridas aquando da aprovação do PO

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2018.

10. PROGRESSOS NA PREPARAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS E PLANOS DE AÇÃO CONJUNTOS

(Artigos 101.º, alínea h), e 111.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

10.1 Grandes projetos

Quadro 12 – Grandes projetos

Não aplicável.

10.1.a. Problemas significativos encontrados na execução de grandes projetos e medidas tomadas para a sua resolução

Não aplicável.

10.1.b. Alterações eventuais à lista indicativa de grandes projetos do programa operacional

Não aplicável.

10.2 Planos de ação conjuntos

Quadro 13 – Planos de ação conjuntos

Não aplicável.

10.2.a. Progressos alcançados na execução das diferentes fases dos planos de ação conjuntos

Não aplicável.

10.2.b. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para a sua resolução

Não aplicável.

11. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

11.1 Avaliação das informações constantes dos pontos anteriores e da realização dos objetivos do programa

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

ID do Eixo Prioritário	1
Eixo Prioritário	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

A boa execução deste eixo e a obtenção de resultados e impactos na economia e na sociedade exigem dimensão e escala, em primeiro lugar do território e da sociedade, e igualmente dos subsistemas de investigação e produção de conhecimento. Por outro lado, nos Açores não há empresas multinacionais com prática de investigação e desenvolvimento de produtos que tenham atividade no território. O tecido empresarial é esmagadoramente constituído por micro e pequenas empresas, sendo mais difícil o diálogo e as parcerias com os centros regionais do conhecimento, designadamente, a Universidade local.

Apesar destas restrições foram fixadas metas ambiciosas. Parte substancial do montante de investimento então estimado partiu de uma base de custos registados no período de programação anterior e de um plano de ação de construção/ampliação no âmbito dos parques tecnológicos.

Os avisos lançados visam a melhor conciliação da oferta de FEDER à procura identificada nos domínios da Ciência e Tecnologia. Os estrangulamentos que ao nível da Região se colocam à investigação e, sobretudo, ao processo de inovação serão potencialmente superados por via do aumento do investimento em I&D, alicerçado numa estreita colaboração entre entidades públicas e privadas.

Uma das questões que emergiram na execução deste eixo, e em concreto na prioridade vocacionada para a investigação (PI 1.1), prendeu-se com a duração do ciclo de investigação. Com efeito, o arranque tardio do programa, por um lado, e a necessidade de constituição e de contratação de júris especializados, com enquadramento na temática relativa à RIS 3 regional, levaram a que na reprogramação do PO fossem ajustadas as metas intermédias desta prioridade, não por falta de propostas de investigação aprovadas e em execução, mas por via de as finalizar material e financeiramente em tempo útil. Como referido, esta questão foi ultrapassada em sede reprogramação, com a afinação da variável tempo, no quadro do indicador e respetiva meta intermédia.

Execução financeira

Ao nível do Eixo, a taxa de compromisso do Eixo situou-se nos 43,82%, correspondendo a um FEDER aprovado de 15,0M€.

As despesas totais elegíveis atingiram um montante de 17,8M€, a taxa de execução é de 23,1% e a taxa de realização de 52,8%.

O princípio da alocação de recursos e afetação de montantes em todo este eixo, entre projetos de investigação (2/5) e projetos de I&D de contexto empresarial (3/5) foi observada em 2018. Essa relação foi cumprida, atendendo a que as verbas do FEDER aprovadas na PI 1 foram de 5,2M€ e na PI 2 de 9,8M€, representando respetivamente as percentagens de 34,6% e 65,4%.

Em termos de execução FEDER, verifica-se uma desproporção ainda maior entre as duas PI's, pois a PI 1 regista uma execução de 1,0M€, o que representa apenas 12,7% da totalidade da execução do OT 1 (7,9M€).

Execução física

No caso específico da prioridade 1.1, verificou-se neste período de implementação do programa uma boa aderência com um conjunto de propostas de investigação interessantes, alinhadas com a estratégia regional de especialização inteligente, como exigido regulamentarmente.

As candidaturas admitidas e avaliadas por júris independentes ultrapassaram as melhores expectativas em termos de número. Acresce ainda, neste particular, em comparação com o período de programação precedente, verificou-se uma relação mais eficiente, em termos financeiros, ao nível do valor médio do custo de cada investigação desenvolvida na Região, permitindo uma libertação de verbas, sem comprometer as metas propostas.

A análise aos indicadores de realização específicos e comuns do programa, indica o apoio a 39 projetos de I&D (78% da meta) e um total previsto de 54 novos investigadores contratados para as infraestruturas de investigação melhoradas.

Do lado da prioridade 1.2, orientada para a investigação e desenvolvimento em ambiente empresarial, apesar dos constrangimentos associados à realidade açoriana, registou-se uma procura muito interessante do lado das empresas, com projetos sem grande dimensão financeira, mas com objetivos e propósitos relevantes.

No que diz respeito à realização dos indicadores da PI 1.2, verifica-se que 11 empresas beneficiaram de apoio, número muito próximo das 12 empresas previstas. Quanto ao Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções), cifra-se agora nos 0,5M€, ainda aquém do valor previsto de 1,0M€. Já no que concerne ao emprego criado em empresas apoiadas o valor alvo foi alcançado, fixando-se agora em 16 postos de trabalho.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise Qualitativa

A execução deste eixo é condicionada por fatores de diversa ordem, destacando-se neste particular as condições prévias para a submissão de candidaturas: a existência de uma estratégia de crescimento inteligente (RIS3) e, no caso particular das infraestruturas tecnológicas, a realização de um exercício de mapeamento aceite pelos serviços da Comissão Europeia. A própria regra da alocação dos recursos expressa na definição de um limite máximo de 2/5 das verbas do FEDER do OT1 para o primeiro objetivo específico (prioridade de investimento 1.1) associado às atividades de I&D promovidas por entidades não empresariais. Cumpre ainda salientar que no processo de análise das candidaturas da PI1.1, foi envolvida, na qualidade de OI, a Direção Regional da Ciência e Tecnologia.

Num contexto particular, face à dimensão do território, potencial de mercado, número e escala dos centros de conhecimento regionais, afastamento dos grandes centros, inexistência de grandes empresas/ multinacionais e ainda condicionantes à execução deste eixo no programa, não deixa de ser meritória a avaliação da execução desta componente, sobretudo, conhecendo à data da elaboração do relatório, os progressos, entretanto alcançados no período de vigência do PO.

Foram identificadas dificuldades por parte dos beneficiários na conceção e preparação de candidaturas conformes com os objetivos da prioridade de investimento PI 1.2, para fomento das iniciativas de ID&I em contexto empresarial, as quais foram superadas em parceria com a estrutura técnica da AG.

Ao nível das infraestruturas, a construção do parque tecnológico da ilha Terceira foi uma realidade, prevendo-se uma ampliação do NONAGON (parque tecnológico da ilha de S. Miguel) em menor escala do que previsto na fase de programação, com um ajustamento mais realista face às necessidades.

Em termos reais, o Parque Tecnológico da ilha Terceira registou um custo de construção inferior ao estimado, na fase pré-projecto, quando se preparava a programação do programa.

Mantendo-se uma oferta equilibrada no arquipélago de 2 de espaços para a instalação de empresas ligadas à vocação específica de cada um dos parques tecnológicos, regista-se, face a estimativas anteriores, uma poupança significativa de meios financeiros.

A poupança de meios financeiros não põe em causa os objetivos desta linha de ação, permitindo que haja uma correspondência entre a oferta e a procura por parte das empresas, despistando sobredimensionamento desta tipologia de espaços.

Com exceção da operação ACORES-01-0247-FEDER-000005 Parque de Ciência e Tecnologia da Ilha Terceira, que teve o exercício de planeamento enquadrado nos denominados mapeamentos e correspondente aprovação em momento prévio à própria submissão, as restantes operações aprovadas no âmbito do eixo foram objeto de análise relativa ao enquadramento na RIS 3, por parte do órgão de governação respetivo.

À data de elaboração deste relatório foram publicados e estão em fase final de preparação um conjunto de avisos que reforçam a oferta de apoio à investigação e outros que abrem várias possibilidades previstas na programação, de articulação de apoios à colaboração das empresas com os centros de conhecimento regionais, incluindo a articulação com ações aprovadas no Horizonte 2020.

ID do Eixo Prioritário	2
Eixo Prioritário	Melhorar o Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade

Em termos de diagnóstico tem vindo a observar-se que a administração dos sistemas computacionais, designadamente os utilizados para prestar serviços aos cidadãos, são geridos por dezenas de entidades que têm vindo a adotar medidas dissemelhantes para resolver as mesmas tipologias de problemas, facto que conduziu à existência atual de mais de uma centena de centros de dados (incluindo polos técnicos de menor dimensão).

Verifica-se que a situação atual é caracterizada por um universo de sistemas dispersos e geridos heterogeneamente, a maior parte dos quais já em limite da capacidade de processamento, memória e armazenamento.

Na avaliação de base não terá sido devidamente compreendido todo o sistema de suporte de infraestrutura ao nível do backoffice das instituições que disponibilizam os serviços ao público, havendo falhas com necessidade de correção. Não foi também acautelado o suporte para a aplicação de alguns princípios das smart cities.

A única prioridade do eixo (PI 2.3), visa a prossecução da promoção da sociedade do conhecimento e da informação, através da generalização do acesso às TIC e da dinamização duma administração inteligente, sustentável e inovadora, visando reduzir a burocracia, a ineficiência de gestão e a morosidade processual, seja a nível interno, seja na ligação a cidadãos e empresas, com o contributo positivo e significativo para a redução de custos de contexto.

Execução financeira

Neste eixo foram já aprovadas 18 operações que correspondem a um custo total elegível de 10 M€ e a um apoio comunitário de 8,5M€.

O Eixo atingiu uma taxa de compromisso, que se situa nos 46,71%, verificando-se um acréscimo de 5 pontos percentuais, face ao período homólogo anterior, não deixando de referenciar que este eixo em sede de reprogramação foi alvo de aumento de dotação financeira.

No final do ano, as despesas executadas representavam apenas 17,7% correspondentes a 3,8M€.

Execução física

Foi submetido ao programa um conjunto de projetos, alguns com algum significado financeiro, que começaram por evidenciar a subdotação deste eixo/prioridade, face às necessidades e ao alargamento da utilização das TIC ao nível da organização urbana, administrativo e familiar nos Açores.

A natureza e a finalidade dos projetos aprovados enquadraram-se maioritariamente em processos de desenvolvimento das TIC em procedimentos na administração local, com impacte ao nível da eficiência dos processos, simplificação para os particulares e empresas.

Por outro lado, em outras áreas da administração e do setor público a digitalização tem avançado, ora com projetos com alguma dimensão, ora com outros de menor custo financeiro em que os procedimentos de candidatura, com toda a sua envolvente e carga administrativa, não são submetidas as respetivas operações, sendo financiados por recursos próprios.

A execução física do eixo avaliada pelos indicadores de realização específicos é considerável, nomeadamente o indicador “Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos”, com 19 projetos apoiados, estando já executados 8 desses projetos. Atendendo a que a meta fixada para aquele indicador é de 10 projetos, aquele target será alcançado a breve trecho.

No que concerne ao indicador “Serviços da Administração Pública apoiados”, a meta fixada de 26 está ainda algo distante, atendendo a que foram executadas 7 operações relativas ao universo de 16 serviços apoiados.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise Qualitativa

Trata-se de uma prioridade de investimento desenvolvida em articulação estreita com o instrumento de política pública criado neste domínio, ou seja, a Agenda Digital e Tecnológica dos Açores, documento que norteia algumas das prioridades com repercussão no texto do programa.

A necessidade de um investimento significativo na criação das condições estruturais e de base para a melhoria e desenvolvimento de serviços públicos otimizados para os cidadãos e empresas, de carácter transversal visando a gestão eficaz dos recursos públicos, a cooperação e o aumento dos níveis de desempenho e eficiência da administração pública nos Açores, onde a utilização das TIC é fundamental na ligação com o cidadão e até como instrumento de unidade e de coesão.

As 18 candidaturas aprovadas, repartem-se por operações da responsabilidade do Governo dos Açores (10), autarquias (6) e outras entidades públicas (2). Tratam-se de candidaturas que abarcam a maioria das tipologias de ação previstas no PO, destacando-se nomeadamente: Projetos de disponibilização de serviços online; Projeto e-Saúde; Construção da cloud para a educação; Projetos de disponibilização de serviços públicos integrados ao cidadão.

Existe ainda no “pipeline” de candidaturas, uma operação de relevante interesse para a Região Autónoma dos Açores, que consiste no Desenvolvimento da plataforma AzoresCloud. Configura-se como uma solução tecnológica competitiva e adequada para o processamento e armazenamento de dados da AP Regional (Centros de Dados), potenciando a disponibilização de serviços em linha e o relacionamento digital entre cidadãos e entidades, baseado num novo modelo de administração inteligente das TIC, visando a promoção de uma administração inteligente e eficiente, potenciando a criação de serviços da administração na Cloud e aumentando a eficiência na gestão e níveis de desempenho dos sistemas de armazenamento de dados.

Regista-se a rejeição de algumas propostas por não evidenciarem de forma inequívoca o benefício das ações para os utilizadores e o público em geral, tratando-se porventura de substituição/ modernização de equipamentos informáticos.

O nível de execução financeiro é ainda pouco expressivo, fixando-se nos 17,7%. Desta percentagem, não poderá ser desassociado o facto de 50% das operações terem sido já aprovadas no decorrer de 2018, esperando-se que nos anos seguintes o reporte respetivo assinala já uma execução com maior volume.

ID do Eixo Prioritário	3
Eixo Prioritário	Competitividade das Empresas Regionais

Execução financeira

Ao nível do Eixo, os montantes associados às 933 operações aprovadas, representam uma taxa de compromisso de 97,4%.

As despesas totais elegíveis atingiram um montante de 447,2 M€, a taxa de execução é de 38,0% e a taxa de realização de 39,0%.

Execução física

- Projetos de capacitação para o empreendedorismo: aprovado 10, verificando-se a aproximação da meta em 50%.
- Projetos de promoção turística: aprovado 72, executado 50, respetivamente 98,6% e 68,5% do valor da meta;
- Empresas que beneficiam de apoio: aprovado 715; 408 execução efetiva, respetivamente 94,1% e 53,7% do valor da meta;
- Novas empresas apoiadas: aprovado 239; 181 execução efetiva, respetivamente 73,5% e 55,7% do valor da meta;
- Aumento do emprego em empresas apoiadas; aprovado 1963, correspondendo a 74,6% do valor da meta;
- Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas: aprovado 135,2 M€, execução efetiva 36,0 M€, respetivamente 71,7% e 19,1% do valor da meta.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Avaliação qualitativa

A avaliação da execução deste eixo pressupõe algum detalhe, quer em termos das prioridades consideradas, quer também pelo conjunto de intervenções que estão previstas, desde os diversos sistemas de incentivos ao investimento privado estruturados em função das prioridades, a que se acrescenta a possibilidade de candidaturas que sintetizam objetivos partilhados por grupos/setores de empresas e de atividades, as designadas ações coletivas, e ainda a introdução de instrumentos financeiros na programação.

Haverá ainda a destacar neste eixo a existência de mapeamento aceite pela Comissão Europeia nos segmentos relativos a infraestruturas de incubação e de acolhimento empresarial.

No âmbito da PI 3.1, fomento do espírito empresarial e criação de novas empresas, e tendo apenas em consideração os apoios cobertos por sistema de incentivos, verifica-se um volume apreciável de candidaturas submetidas (481), originando 258 operações aprovadas, com um volume de investimento elegível de 52M€, o que é um excelente indicador para o rejuvenescimento do tecido económico regional. Através do sistema de incentivo para o empreendedorismo qualificado e criativo fomenta-se o aparecimento de novas empresas, cujo capital é maioritariamente detido por jovens empresários, o que contribui em muito para o surgimento de empresas inovadoras e com elevado potencial de crescimento no mercado regional e internacional, ligadas às tecnologias e a outras áreas de conhecimento intensivo. A execução destes projetos apresenta já um valor considerável, cerca de 33,9 M€ de custo elegível, a que corresponde um apoio FEDER de 20,7 M€.

Ainda no contexto do empreendedorismo, foram aprovadas 14 ações coletivas, com um valor de despesa elegível de 5,7 M€.

Nesta Prioridade e nas restantes deste eixo prioritário está prevista a utilização de Instrumentos Financeiros (IF). A entidade gestora dos IF do Portugal 2020, ao nível das empresas, onde se inclui, naturalmente, o PO AÇORES 2020 é a Instituição Financeira do desenvolvimento (IFD).

No âmbito do empreendedorismo, o IFD apresentou uma candidatura ao PO AÇORES 2020 com uma proposta de apoio de fundo estrutural de 3 milhões de euros, distribuindo-se por uma linha de financiamento a Entidades Veículos de Business Angels, e uma outra linha de financiamento a Fundos de Capital de Risco. Até final de 2018 não se tinha verificado execução destes instrumentos.

Na PI 3.2 relativa à temática da internacionalização, considerando apenas o sistema de incentivos ao investimento privado, constata-se a aprovação de 8 candidaturas, que representam um valor elegível de 1,2 milhões de euros. Esta linha de apoio teve um início posterior às restantes, atendendo a necessidade de ser previamente notificada aos serviços da Comissão

Ao nível das “ações coletivas” dirigidas ao “trade” do turismo, há a registar a aprovação de 29 candidaturas, com um envelope financeiro associado de 48,2 M€ e correspondente um montante de Fundo, que ascende a 41,0 M€. Quanto à execução respetiva ascendeu a 38,4 M€ de investimento elegível e 32,7 M€ de apoio FEDER.

Ainda na PI 3.2, estão aprovados 2 instrumentos financeiros com um valor total de 3 milhões de euros, um de capital e quase capital através de uma linha de operações de capital reversível, com um montante de 1 milhão de euros e o outro de dívida & garantia, através de 2 linhas, uma para efeitos de contragarantia e outra de bonificações, ambas integradas na designada Linha Capitalizar Mais. com um valor conjunto de investimento elegível/FEDER de 2 milhões de euros. Do lado das linhas de capital e quase capital não se verificou execução.-No instrumento de dívida há a registar um montante de 9 projetos aprovados com um montante global de 862 mil euros e uma execução de 322,9 mil euros.

Ao nível do sistema de incentivos para a inovação e qualidade empresarial, PI 3.3 registam-se 19 candidaturas aprovadas, com um custo elegível de 4,6 M€ e um FEDER de 2,5 M€. Considerando a especificidade dos projetos apoiados, esta PI apresenta uma menor aceitação por parte dos potenciais beneficiários, pelo que do total de candidaturas apresentadas, apenas cerca de 3,8% são desta PI indicada. A despesa elegível declarada atingiu 1,3 M€.

Nesta prioridade e no âmbito das 31 ações coletivas aprovadas, regista-se a seguinte repartição por entidades beneficiárias: 12 intervenções das Câmaras de Comércio; 8 candidaturas promovidas por municípios; 4 candidaturas executadas pelo Governo Regional dos Açores; sendo as restantes 7 promovidas por diversas entidades (INOVA; SDEA. E.P.E.R.; AZORINA,S.A; TERAMB,E.M. e Associação Agrícola da ilha Terceira). A candidatura com maior expressão financeira, corresponde ao investimento no Parque Multissetorial da Ilha Terceira - Ampliação do Parque de Feiras e Exposições, com um custo elegível de 4,9 M€ e um montante FEDER de 4,2 M€, previsto no mapeamento.

De referir ainda que as 2 candidaturas de instrumentos financeiros, um de capital e quase capital e o outro de dívida & garantia, aprovadas em 2017, com um valor conjunto de 6,0 M€, . Até ao final de 2018 foram aprovados 16 projetos na componente de IF de dívida, com um montante de 161,6 mil euros de FEDER. A componente de capital e quase capital não teve execução

A PI 3.4 que envolve os investimentos de escala e de modernização de atividade produtiva das empresas regionais, compreende um sistema de incentivos de base regional, no âmbito do qual se aprovou 568 candidaturas (60,9% dos projetos aprovados), com um custo elegível de 296,3 M€ correspondente a uma parcela significativa do investimento aprovado – 66,3% e um FEDER de 152,7 M€.

Nesta prioridade estão aprovadas duas candidaturas submetidas pelo IFD, uma do capital e quase capital e uma outra de dívida & garantia. Não se registou execução no âmbito do capital e quase capital, tendo sido aprovados 20 projetos privados para financiamento, no âmbito das contragarantias e bonificações, com um valor contratualizado de 388,2 mil euros de fundo estrutural FEDER.

Em termos finais, no contexto deste eixo prioritário, o IFD contratualizou um número de 45 operações, no âmbito dos IF de dívida, com um montante global de 882,1 mil euros de FEDER contratualizado, não se tendo verificado execução dos IF de capital e quase capital. O valor das despesas de gestão apresentadas pelo IF D&G somaram 72 mil euros, e as do IF C&QC somaram 45 mil euros.

Em termos globais, este eixo abrange 933 aprovações, o que representa 66,9% das candidaturas aprovadas no POAÇORES 2020.

ID do Eixo Prioritário	4
Eixo Prioritário	Economia de Baixo Carbono

Execução financeira

No âmbito deste eixo há a registar a aprovação de 8 operações, envolvendo um custo elegível de 4,4 milhões de euros (3,3 M€ de Fundo). Com despesa declarada no montante de 500 mil euros, nas prioridades 4.3 e 4.5.

No final de 2018, quer a taxa de compromisso (7.02%), quer a taxa de execução (0.72%) são o reflexo das dificuldades na implementação das diferentes PI do eixo, com impactos na evolução dos indicadores de resultados.

Execução física

Quanto á questão técnica interna do programa e relativa à estrutura de indicadores, de referir que foi necessário, em sede de reprogramação, proceder-se a revisões pontuais dos seguintes indicadores:

Indicador de Resultado R4543E Veículos elétricos (para transporte coletivo de passageiros), com um valor de base de 74 unidades e um valor alvo (em 2023) de 1094 unidades.

Indicadores de realização comuns e específicos: O451 Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica, com um valor alvo de 26 (em 2023) e O456 Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono, com um valor alvo de 66,04Km (em 2023).

No final de 2018 é identificada a submissão de 4 operações que irão contribuir para cerca de 47% do O456, ainda sem registo de aprovações.

De referir que o eixo em causa, pelo arranque tardio que o caracterizou, decorrente de diversas indefinições na sua operacionalidade, originou o não cumprimento das metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise qualitativa

Desde o arranque do PO AÇORES em 2015, a execução do eixo relativo à implementação de medidas e de investimentos dirigidos ao fomento de uma economia de baixo carbono defrontou-se com alguns fatores de bloqueio que desencorajaram a submissão de candidaturas aos apoios previstos.

No que diz respeito à PI 4.1, constata-se que a penetração de energias renováveis na rede elétrica atingiu 39% em 2018. Não obstante e face aos investimentos previstos inicialmente no Programa, em sede de reprogramação procedeu-se à redefinição dos investimentos a realizar nesta temática.

Durante os períodos excedentários os parques eólicos são limitados devido à impossibilidade de colocar, na rede elétrica, a totalidade da energia produzida. Para que se possa continuar a investir no aproveitamento de fontes de energias renováveis é imperioso aumentar a eficiência da penetração das energias renováveis na rede elétrica o que implica armazenagem desta energia nos períodos em que é excedentária e reduzir os grupos térmicos em funcionamento, necessários para controlo da rede elétrica.

Assim, a otimização do aproveitamento da energia renovável, designadamente nas ilhas Terceira e S. Miguel, implica a criação de sistemas de armazenamento energético, em períodos do dia em que há excedente de oferta de energia renovável, para utilização posterior, quando a procura se faz sentir de forma mais intensa. Prevê-se a aprovação, em 2019, do projeto de baterias de armazenagem de energias renováveis para a ilha Terceira, com um investimento na ordem dos 14M€.

No caso da prioridade dirigida à utilização racional de energia nas empresas, por imperativos regulamentares (constituição de Instrumento Financeiro), até ao momento não se verificou qualquer execução, pelo que será promovida, sob a forma reembolsável. Os projetos deverão apresentar soluções integradas no domínio da eficiência energética, e incidir no processo produtivo podendo incluir a produção de energias renováveis para autoconsumo.

A eficiência energética nos edifícios e infraestruturas públicas foi alvo de publicação de aviso em dezembro de 2017, para efeitos de candidaturas a submeter ao programa. As condições deste aviso estão em linha com os demais publicados por outros programas no Balcão 2020, correspondendo às exigências da Comissão Europeia nesta matéria, as quais estão vertidas no próprio texto do programa, para além de normalização de aspetos técnicos próprios do setor, mercê, essencialmente, da complexidade e da exigência para se aceder aos apoios, em conjugação com a obrigatoriedade do seu reembolso. Até ao momento foram rececionadas 9 candidaturas.

Quanto ao transporte coletivo de passageiros, a nova geração de apoios à mobilidade é algo restritiva - apoio ao diferencial de custo entre o autocarro convencional e o elétrico, o que, até à data não suscitou procura dos pequeníssimos operadores existentes nas ilhas que se enquadram mais em serviço público, do que em atividade económica rentável.

Evidencia-se, porém, candidaturas no âmbito dos modos suaves de transporte (bicicletas para uso público e ciclovias).

Assim, para o desenvolvimento das estratégias de baixo teor de carbono e a mobilidade elétrica, foi primeiramente elaborado o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, com a respetiva candidatura apoiada pelo programa e, à data da elaboração deste relatório, encontram-se aprovadas 5 candidaturas que promovem a mobilidade urbana sustentável (ciclovias e rede pública de partilha de bicicletas).

Em termos gerais, pode-se afirmar que este eixo será o que apresenta uma maior debilidade de execução, não sendo estranho, considerando as condicionantes que o rodeiam, a tipologia e a intensidade de apoio previsto. Ainda assim, é de acreditar que, durante o próximo ano, com a abertura de novos avisos e com a carteira de aprovações em curso, haja um desenvolvimento positivo, quer ao nível do compromisso, quer da execução associada a este eixo.

ID do Eixo Prioritário	5
Eixo Prioritário	Alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos

Execução financeira

No final de 2018, as aprovações no Eixo atingiram um montante de 37 milhões de euros de custo total elegível, o equivalente a 31.5 milhões de euros de contribuição comunitária, dos quais 92.4% dizem respeito a operações aprovadas na PI 5.2. A taxa de compromisso é de 70,52%. As despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários relativas às 46 operações aprovadas, ascendeu a 27,7 milhões de euros (25 milhões de euros de Fundo).

A evolução do Eixo apresenta um desempenho positivo, evidenciado pelos valores da taxa de realização (74,47%) e da taxa de execução (52,52%).

Execução física

A análise aos indicadores de realização comuns e específicos, permite extrair as seguintes conclusões:

- Foram selecionadas 22 operações relacionadas com a identificação de vulnerabilidades e riscos (âmbito da PI 5.1), sendo o valor alvo de 23. Encontram-se executadas 9.
- A população que beneficia das medidas de proteção contra inundações, prevista nas operações selecionadas, é de 22.760 (72,5% do valor alvo). As operações executadas indicam uma população efetivamente beneficiada de 15.211.
- A extensão da faixa costeira intervencionada, prevista nas operações aprovadas, é de 7,14Km (representa 73% do valor alvo para 2023); encontram-se efetivamente executados 5,63Km.
- Infraestruturas de proteção civil, estão aprovadas 4, o valor alvo são 6; a execução efetiva é de 3.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise Qualitativa

A procura mais intensa revelou-se na prioridade relativa à resistência às catástrofes e desenvolvimento de sistemas de gestão das catástrofes, designadamente ao nível da proteção da orla costeira das ilhas e também na regularização do sistema hídrico associado às ribeiras, o qual, no passado, em caso de chuvas intensas, teve implicações na segurança das pessoas e bens.

Salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação do Eixo 5, no final de 2018:

- O cumprimento da condicionalidade ex-ante temática 6.1. *“existência de a) uma política de tarifação da água que preveja incentivos adequados para uma utilização mais eficaz da água pelos consumidores, e b) uma adequada contribuição das diferentes utilizações da água para a amortização dos custos dos serviços hídricos, a uma taxa fixada no plano de gestão da bacia hidrográfica aprovado para o investimento apoiado pelos programas.”* associada ao Programa Operacional Regional dos Açores, que se concretizou com a elaboração e posterior aprovação do PGRH -Açores 2016 -2021;
- Ao nível da PI 5.1 os apoios foram destinados à criação dos instrumentos de planeamento e identificação, no território, de vulnerabilidade e riscos, bem como sejam os Planos de emergência e de mitigação de riscos. Foram também apoiadas estruturas de monitorização e de alerta para situações de risco, tais como os movimentos de vertente e a qualidade do ar.

- Uma elevada procura dirigida aos apoios previstos na PI 5.2, com incidência especial nas tipologias de operação, “abordagem de riscos específicos na orla costeira e na rede hidrográfica”, materializadas em intervenções na orla costeira e nos cursos de água para mitigação dos efeitos de inundações e situações de intempérie, visando a proteção de pessoas e bens;
- No domínio da prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima, salientam-se os apoios à modernização da Rede de Telecomunicações de Emergência da RAA, e dos sistemas de proteção civil e de emergência municipal de Angra do Heroísmo, Madalena e Ponta Delgada, bem como as intervenções destinadas à ampliação dos quartéis de bombeiros de Santa Cruz das Flores, das Lajes do Pico e de Santa Maria.

Com efeito, a melhoria dos sistemas de avaliação de risco, associado a uma ação intensa de análise e conhecimento do sistema hídrico em cada ilha, associado a fenómenos atmosféricos de grande intensidade, cada vez mais frequentes, originou que a projeção associada aos níveis de execução da programação do passado, fosse insuficiente face às necessidades.

Numa perspetiva de diminuição acentuada de risco das populações e dos seus haveres, e também da rede de infraestruturas no território, seja atingida dramaticamente, como o foi pontualmente no passado, as autoridades públicas regionais, seja ao nível local, seja ao nível da administração regional, estão a desenvolver atividades no domínio da prevenção e também no upgrade dos sistemas de gestão.

Ajustando indicadores e metas associadas, este eixo viu reforçada a respetiva dotação em sede de reprogramação, canalizando inteiramente para a prioridade já referida o montante de 13 milhões de euros, com enfoque ao nível da prevenção de inundações, com intervenção nas diversas ribeiras, e na proteção da orla costeira e também, mas em menor escala, no Sistema de Proteção Civil.

ID do Eixo Prioritário	6
Eixo Prioritário	Ambiente e Eficiência dos Recursos

Execução Financeira

Com cerca de 65% do total da dotação do Eixo comprometida, o total aprovado no âmbito das cinco P.I. ascendeu a 62 milhões de euros de custo elegível e a 51 milhões de euros de FEDER. Em termos de execução, verifica-se que as despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários, correspondem a mais de 50% do Fundo aprovado.

Execução física

Da análise aos indicadores de realização comuns e específicos, constata-se o seguinte:

- Concelhos abrangidos por recolha seletiva de RSU: 6 aprovados (cumprimento de 33% da meta), 3 executados;
- População adicional servida pelas melhorias dos sistemas de abastecimento de água: previsto nas operações aprovadas – 55.353 (sendo a meta 66.093); resultante da execução efetiva - 21.130;
- População adicional servida pelas melhorias dos sistemas de tratamento de águas residuais: previsto nas operações aprovadas – 10.933 (45% do valor da meta), resultante da execução efetiva – 1.995;
- Aumento esperado do nº de visitantes nos sítios do património cultural e natural apoiados: previsto nas operações aprovadas – 56.017 (63 % do valor da meta), resultante da execução efetiva – 30.306;

- Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação: previsto nas operações aprovadas - 12.679ha, sem execução efetiva;
- Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas, previsto nas operações aprovadas – 135.701m², (supera o valor da meta), resultante da execução efetiva – 44.686m²;
- Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas: previsto nas operações aprovadas – 7.325 m² (87% do valor da meta), resultante da execução efetiva – 1.150m².

De observar que a dotação do eixo foi reforçada em 21 milhões de euros, tendo sido algumas metas revistas no âmbito da reprogramação efetuada em 2018.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise qualitativa

Salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação do Eixo 6 no final de 2018:

A PI 6.1 – o investimento no setor dos resíduos, teve procura elevada não em número de projetos, mas em volume de investimento associado à temática dos resíduos urbanos sólidos, incluindo operações destinadas a melhorar a operacionalidade dos centros de processamento de resíduos das ilhas do Pico do Faial e de alguns sistemas municipais de resíduos sólidos urbanos nas ilhas de São Jorge, Terceira e São Miguel, visando o aumento da recolha seletiva e a reciclagem e indo ao encontro dos objetivos e metas de valorização dos resíduos.

No âmbito da PI 6.2 – No Investimento no setor da água, cuja gestão é da responsabilidade das autarquias locais, verificaram-se progressos na apresentação das propostas, atendendo à necessidade de satisfazer os requisitos constantes do respetivo aviso, nomeadamente o levantamento do diagnóstico/necessidades do setor por concelho e o cumprimento dos requisitos mínimos para o setor da água a estabelecer pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA) e nas situações aplicáveis a aplicação do projeto gerador de receita líquida. Ainda neste âmbito destacam-se as operações, Rede de Monitorização das Massas de Água e de Monitorização do Ciclo Hidrológico e Valorização de uma Área de Intervenção do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica das Furnas.

A prioridade 6.3 relativa ao património ambiental e cultural foi abrangida por mapeamento de necessidades ao nível das infraestruturas ambientais e das infraestruturas culturais, condição prévia para a aprovação de candidaturas nestas tipologias de operação. Estes exercícios de planeamento foram aceites pela Comissão Europeia em setembro de 2015 e abril de 2016, respetivamente.

Na tipologia de intervenção do património cultural e de promoção do património natural de cultural foram apoiadas as seguintes intervenções: reabilitação e ampliação do Museu Carlos Machado em Ponta Delgada, Reabilitação da Igreja de Santa Bárbara das Manadas e construção de novas instalações do Museu Francisco de Lacerda, na ilha de São Jorge, Instalação da Casa dos Fósseis e do Novo Polo do Museu de Santa Maria, adaptação da Fábrica da Baleia de Porto Pim a Núcleo Museológico, no Faial, Museu do tempo (Ecomuseu), no Corvo e Casa dos Vulcões, no Pico.

No domínio da Proteção e promoção da biodiversidade, proteção da natureza e infraestruturas «verdes» da PI 6.4, foram apoiadas as operações, Rede de Observação e Recuperação de Aves dos Açores, a Recuperação de Espécies e Habitats Prioritários, Programa Estratégico para o Ambiente Marinho dos Açores (PEAMA), além de duas intervenções na Fajã de Santo Cristo.

As operações a implementar no âmbito da PI 6.5 tiveram de enquadrar-se em planos integrados de reabilitação urbana sustentável (PIRUS) da iniciativa das autarquias locais, instrumentos de programação prévios à apresentação e aprovação das candidaturas nesta PI. Foram aprovadas 20 candidaturas.

Nesta prioridade, está previsto ainda o financiamento através de Instrumentos Financeiros (IFRRU 2020), para apoiar ações de reabilitação urbana complementadas com eficiência energética na habitação, congregando FEEI, fundos provenientes de outros financiadores e de intermediários financeiros, com o objetivo de disponibilizar produtos financeiros com condições mais favoráveis face às atualmente existentes no mercado. A respetiva avaliação “*ex ante*” foi concluída e aprovada no final de 2015, a que se seguiu a publicação do convite para financiamento da entidade gestora do fundo e a aprovação da candidatura em junho de 2016. A implementação do Instrumento financeiro IFRRU 2020 tem uma vida muito curta, que impossibilita ainda uma análise da procura. Apesar da realização de sessões de esclarecimento com participação da banca, de potenciais beneficiários e das autarquias, e também de ações de divulgação, incluindo anúncios na imprensa e na rádio locais, promovidas pela autoridade de gestão, não há ainda registo de projetos regionais financiados através de recurso a este instrumento financeiro.

ID do Eixo Prioritário	7
Eixo Prioritário	Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas

Atendendo à conclusão do processo de melhoria das condições de acessibilidade rodoviária aos pontos económicos estratégicos de cada ilha, (portos, aeródromos/aeroportos, hospital/centro de saúde), e criadas condições suficientes de circulação e de segurança nos principais troços relacionados com o tráfego de visitantes e turistas, pretende-se prosseguir à realização de obras em troços da rede viária regional, indispensáveis para a melhoria e segurança da circulação rodoviária, assim como melhorar os sistemas portuário e aeroportuário consagrados, no Plano Integrado dos Transportes nos Açores.

Execução financeira

As aprovações atingiram, no eixo um custo total elegível de 69,5M€ e um apoio comunitário de 59,0M€, dos quais 76,7% são operações aprovadas na PI 7.3 - Aumentar os fluxos e os movimentos de mercadorias e passageiros, utilizando o sistema aéreo e marítimo.

A taxas de compromisso e de execução do eixo sobem no ano de 2018, para 80,8% e 18,9%, respetivamente. O crescimento da primeira está diretamente relacionado com a aprovação da operação relativa à construção do navio RO-RO, atendendo a que o montante FEDER é de 40,8M€, valor representativo de 69,1% dos compromissos assumidos do eixo.

O diferencial registado entre os níveis de compromisso e execução deriva do facto da candidatura relativa à construção do navio RO-RO, não ter execução no ano de 2018, pois a mesma foi aprovada no final do ano, sendo que as melhorias ao nível da execução do eixo estão muito dependentes da evolução dos trabalhos de construção da embarcação.

As despesas declaradas pelos beneficiários atingiram um montante de 16,2M€ de custo elegível (13,8M€ de Fundo), proporcionando uma taxa de realização de 23,4%.

Execução física

Ao nível das prioridades de investimento, verifica-se uma realidade completamente distinta nas duas prioridades que constituem o eixo, enquanto que na PI 7.2 – Melhoria da mobilidade terrestre, registam-se taxas assinaláveis, sendo a taxa de compromisso de 85,9%, a taxa de realização de 93,3% e a taxa de execução de 80,2%. Por seu turno, a PI 7.3 - sistema aeroportuário e portuário regional, as 10 aprovações, implicam taxas de compromisso de 79,30%, execução de 16,93% e uma taxa de realização em fase inicial, na ordem dos 2,14%.

No que concerne aos indicadores de resultado assinalam-se evoluções diferenciadas; enquanto o indicador do número de acidentes rodoviários” aumentou cerca de 18,2% de 2013 para 2018, o indicador “passageiros movimentados nos portos dos Açores” aumentou quase 20,7% de 2013 para 2018.

Por seu turno o comportamento dos indicadores de realização comuns e específicos, revelou uma evolução significativa, destacando-se, a execução efetiva da meta para as intervenções na rodovia de 72,8km, para uma meta de 97Km. As Intervenções em Aerogares tiveram uma execução efetiva de 3, quando a meta proposta para 2023 é de 5.

Análise Qualitativa

O investimento que se tem vindo a realizar nas infraestruturas marítimas, espalhadas por toda a região são um sinal demonstrativo da intenção manifestada relativamente à criação de um sistema de transporte marítimo de passageiros e mercadorias. Salienta-se as intervenções efetuadas no passado em Portos como o de Ponta Delgada, Praia da Vitória, Horta, São Roque do Pico, Madalena. Atualmente registam-se intervenções nas infraestruturas portuárias de Calheta e Velas, na ilha de São Jorge; Porto da Casa, na ilha do Corvo; Porto das Poças, na ilha das Flores, Ponta Delgada e muito brevemente será submetida uma candidatura relativamente ao Porto da Praia da Vitória, na ilha Terceira, seguindo-se a submissão, no final do ano, da candidatura relativa ao Porto da Horta, todas elas comparticipadas no âmbito do Fundo de Coesão.

Releva-se a elevada procura da PI 7.2, destinado à melhoria dos circuitos terrestres em todas as ilhas e com especial incidência nas acessibilidades aos pontos económicos estratégicos, que decorre das necessidades identificadas a nível regional, e para as quais se perspectiva ser insuficiente a dotação que foi atribuída no programa. As 15 candidaturas aprovadas têm a assinalável taxa de realização de 93,3%, o que reflete a vontade de criar as melhores condições de acessibilidades rodoviárias aos pontos económicos estratégicos de cada ilha.

No que concerne à PI 7.3, dirigida à melhoria das condições de segurança em aeroportos, das 8 operações aprovadas, 3 já estão concluídas (Aquisição de Serviços de Fornecimento e Instalação de Equipamento de Meteorologia para os Aeródromos das Ilhas do Pico, Corvo e Graciosa), estando em fase de conclusão a operação relativa ao Restabelecimento da Faixa STRIP da Cabeceira da Pista 09 e Restituição Superfície Livre de Obstáculos Descolagem da Pista 27/Arranjos Exteriores Armazém de Material Placa no Aeródromo da Ilha do Pico. Quanto às restantes 4 operações aprovadas, apresentam taxas de execução ainda baixas. Com a melhoria das condições de segurança nas Aerogares da região, criam-se condições indispensáveis para fazer face ao aumento do tráfego de passageiros, nomeadamente de visitantes.

A aprovação da operação relativa à construção de um navio com capacidade para ligar a generalidade das ilhas durante todo o ano, constitui um meio determinante para o reforço da coesão entre todas as parcelas de uma região, que pela sua natureza arquipelágica, tem sido impedida de ter um verdadeiro mercado interno.

|

ID do Eixo Prioritário	8
Eixo Prioritário	Emprego e Mobilidade Laboral

Execução financeira

O eixo 8 dispõe de uma dotação financeira de 109,7 M€, exclusivamente apoiada pelo FSE. O montante aprovado, no âmbito das 4 PI ascendeu a 77,5 M€ de custo elegível e a 65,9 M€ de Fundo, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 70,7%.

Em termos de execução, as despesas executadas e validadas ascenderam a 44,6 M€ de custo elegível e a 37,9 M€ de Fundo, o que corresponde a uma taxa de execução de 40,6%.

O apoio comunitário transferido para os beneficiários ascendeu a 38,5 M€, respeitante aos primeiros adiantamentos sobre o valor aprovado e a pedidos de reembolso aprovados.

No que respeita à PI 8.5, apesar de haver candidaturas aprovadas e em execução, ainda não se reporta despesa validada. Trata-se de uma TO com operacionalização recente.

Execução física

No âmbito deste eixo foram aprovadas 22 operações e da análise aos indicadores de realização, constata-se o seguinte:

- Foram atribuídos apoios para a contratação de 3.814 desempregados, ou seja, 123% da meta para o quadro de desempenho e a 69,3% da meta para 2023;
- Participaram 4.206 jovens em estágios profissionais cofinanciados, o que corresponde a 140,2% da meta para o quadro de desempenho e a 64,7% da meta para 2023;
- Foram apoiadas 314 pessoas no âmbito da criação do seu próprio emprego, ou seja, 69,8% da meta para 2023;
- Foram apoiadas 410 mulheres no programa de apoio à proteção à maternidade (Berço de Emprego), ou seja, 107,9% da meta para o quadro de desempenho e 58,6% da meta para 2023;
- No âmbito da formação modular, em sede de aprovação da operação foram previstas a participação de 8 desempregados e 277 empregados, ainda não há informação a reportar relativamente à respetiva execução.
- Os indicadores apresentam boas taxas de execução, destacando-se os ID de realização O80101, O80106 e O80405, cuja meta intermédia de 2018 foi superada e os ID de resultado associados ao eixo, especificamente, R80101, R80105, R80301 e R80405 que apresentam, em termos de valores médios acumulados, boas taxas de cumprimento das metas definidas, que a manter-se a tendência indicam o alcance das metas fixadas para 2023. A ausência de reporte em REA de indicadores na PI 8.5, deve-se à recente operacionalização da TO que contribui para os indicadores, pelo que se torna prematuro perspetivar o grau de cumprimentos das metas para 2023, sendo expectável o reporte destes indicadores no 1.º semestre de 2020.

Análise qualitativa

Salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação do Eixo:

PI 8.1 – TO Apoio à contratação e Estágios profissionais – Em sede de reprogramação, esta PI concentrou TO que estavam anteriormente dispersas pelas PI 8.1 e 8.2, que, entretanto, foi suprimida porque parte das TO nela previstas foram financiadas no âmbito da IEJ. Considera-se o bom desempenho das TO financiadas no âmbito desta PI, consubstanciado na superação das metas

definidas para os indicadores de realização que contribuem para o quadro de desempenho, bem como no alcance dos resultados reportados no respetivo quadro de indicadores.

No âmbito dos resultados para 2023, projeta-se que 50% dos participantes em estágios profissionais estejam empregados em 6 meses após a participação, revelando o respetivo indicador de medida uma evolução positiva. Em final de 2018, o indicador registava um valor acumulado de 57,2%. Quanto aos participantes em programas de apoio à contratação, empregados 6 meses após a participação, pelos dados reportados até à data, prevê-se a superação da meta.

PI 8.3 – TO Apoio à criação do próprio emprego – Na reprogramação corrigiu-se o valor padrão dos apoios, mantendo-se as metas de realização, pelo que o valor alocado à PI foi reduzido. Considera-se o bom desempenho da TO financiada no âmbito desta PI, consubstanciado nos resultados reportados no respetivo quadro de indicadores. Em termos do indicador de resultado e dada a natureza do apoio, a taxa de permanência no emprego superior à meta definida.

PI 8.4 – TO Apoio à maternidade e fomento da empregabilidade feminina – Considera-se o bom desempenho da TO financiada no âmbito desta PI, consubstanciado na superação da meta definida para os indicadores de realização que contribuem para o quadro de desempenho, bem como no alcance dos resultados reportados no respetivo quadro de indicadores. Quanto ao indicador de resultado apresenta uma evolução positiva e em convergência para a meta, registando um valor acumulado de 37,4%, perspetivando-se o cumprimento da mesma.

PI 8.5 – TO Formação modular – Esta é a PI em fase mais atrasada de operacionalização devido a diversos constrangimentos verificados, nomeadamente, a tardia disponibilização de todo o circuito de candidatura e análise de candidatura no SI FSE, um primeiro Aviso de Candidaturas com uma dotação muito reduzida, que implicou a hierarquização das candidaturas, com toda a demora que implica as audiências prévias de indeferimento e análise das respetivas alegações, tendo sido aprovadas duas candidaturas, sendo que uma foi arquivada por desistência do beneficiário face às exigências decorrentes do financiamento de uma operação de baixo montante. Em 2018, foi aberto novo concurso, no entanto, só decidido em 2019. Face ao exposto, e à inexistência de reporte de execução neste relatório, torna-se prematuro tecer qualquer projeção sobre o alcance das metas para 2023.

ID do Eixo Prioritário	9
Eixo Prioritário	Inclusão Social e Combate à Pobreza

Execução financeira

Globalmente, o Eixo 9 regista indicadores de realização financeira superiores à média do programa. Os níveis alcançados pelas taxas de compromisso (85,2%), de execução (73,5%) e de realização (86,3%), são reveladores de um desempenho bastante favorável.

A componente FSE do Eixo está dotada com 104,6 M€, registando no âmbito das 3 PI um custo elegível aprovado de 105,1 M€ e a 89,3 M€ de Fundo, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 100,5%.

Em termos de execução, verifica-se que as despesas executadas e validadas ascenderam a 92,1 M€ de custo elegível e a 78,3 M€ de Fundo, o que equivale a uma taxa de execução de 88,1%.

O apoio comunitário transferido para os beneficiários ascendeu a 69,3 M€, respeitante a primeiros adiantamentos sobre o valor aprovado e a pedidos de reembolso aprovados.

Na vertente FEDER, que se refere à PI 9.7, foram publicados 3 avisos de candidaturas (2 para o domínio de intervenção “Outras infraestruturas sociais” e 1 para o domínio de intervenção “Infraestruturas de saúde”), com uma dotação de 60,3 M€, cerca de 76% da dotação programada.

Das 51 candidaturas submetidas foram aprovadas 45 operações, envolvendo um custo elegível de 63,2 M€ e um apoio comunitário de 53,7 M€. A taxa de compromisso da PI situa-se nos 68%.

O montante de despesas declaradas pelos beneficiários totalizou 45,1 M€ de Fundo, taxas de realização e de execução de 84% e de 57%, respetivamente.

Os pagamentos aos beneficiários correspondem a 102,7% do compromisso executado.

Em síntese, por prioridade de investimento:

- √ A PI 9.1, financiada pelo FSE, apresenta níveis de realização financeira que se situam acima da média do eixo, e em que a taxa de compromisso evidencia um ligeiro overbooking (100,6%);
- √ A PI 9.4, financiada pelo FSE, regista uma taxa de compromisso de 99% e taxas de execução e de realização a rondar os 38%;
- √ A PI 9.5, financiada pelo FSE, regista uma taxa de compromisso de 42% e taxas de execução e de realização nulas;
- √ A PI 9.7, financiada pelo FEDER, regista uma taxa de compromisso de 68%, uma taxa de execução superior à média do eixo e a de realização próxima da média.

Os pagamentos aos beneficiários por conta dos compromissos executados, atingiu 115,5 M€ (cerca de 94% do executado), 88,7% no FSE e 102,7% no FEDER.

Execução física

Indicadores de realização comuns e específicos:

- √ O9110 Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço da comunidade - o objetivo intermédio para 2018 foi ultrapassado (8.752 participantes que compara com 6.400), ou seja, 136,8% da meta para o quadro de desempenho e a 97,2% da meta para 2023;
- √ O944 Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiadas - o objetivo intermédio para 2018 foi ultrapassado (6 instituições que compara com 5), que corresponde a 120% da meta para o quadro de desempenho e a 75% da meta para 2023;
- √ O971 Equipamentos sociais e de saúde apoiados – o objetivo intermédio para 2018 foi ultrapassado (25 que compara com 13). A taxa de execução da meta para 2023 é de 60%;
- √ CO36 População abrangida pelos serviços de saúde melhorados – o indicador alcança uma execução de 125.246, que dita um grau de aproximação à meta para 2023 de quase 74%.

No âmbito das ações de formação para a capacitação das organizações da economia social, em sede de aprovação da operação estão previstas 60 participações, ainda não há informação a reportar relativamente à execução.

Indicador de resultado:

- √ O indicador R972 “população beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde no total da população da RAA” apresenta um comportamento crescente, tendo passado de um valor base de 40% em 2013 para 96% em 2018, apenas a 4

p.p. de atingir a meta para 2023. O indicador foi objeto de ajustamento da situação de partida, optando por associar o indicador apenas às infraestruturas de saúde (os equipamentos sociais são medidos em termos da capacidade de potenciais utentes e não da população em geral).

- √ Destaca-se a superação da meta intermédia de 2018 dos ID O90110, O90404 e R90107 e da meta 2023 do ID R90107. Relativamente ao indicador R90405, dada a operacionalização da TO ter ocorrido apenas em 2018, ainda não há dados a reportar. No caso dos indicadores O90506 e R90503, existe uma operação aprovada, mas sem execução validada, pelo que, ainda não há dados a reportar. Prevê-se que no 1.º semestre de 2020 já seja possível apresentar dados sobre o desempenho destes indicadores.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho, em ambos os fundos estruturais.

Análise qualitativa

Na vertente FSE, salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação do Eixo:

PI 9.1 – TO Programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço da comunidade - Considera-se o bom desempenho da TO financiada no âmbito desta PI, consubstanciado na superação da meta definida para os indicadores de realização que contribuem para o quadro de desempenho, bem como no alcance dos resultados reportados no respetivo quadro de indicadores.

O rápido progresso na execução desta TO, que se concentrou nos primeiros anos de operacionalização do PO, deveu-se à necessária resposta ao incremento substancial da taxa de desemprego de uma população em risco de pobreza e de exclusão, decorrente de um agravamento do contexto económico registado na RAA até meados de 2016, tendo justificado o reforço do investimento público à colocação de indivíduos com essas características em políticas públicas enquadradas na PI.

PI 9.4 – TO Reorganização e alargamento da rede de cuidados continuados – Considera-se o bom desempenho da TO consubstanciado na superação da meta do quadro de desempenho e aproximação à meta de 2023.

PI 9.5 – TO Ações de capacitação de colaboradores da economia social - Esta é a PI do eixo em fase mais atrasada de operacionalização, devido a diversos constrangimentos verificados, nomeadamente, a tardia disponibilização de todo o circuito de candidatura e análise no SI FSE, a um Aviso de Candidaturas com uma dotação reduzida, que implicou a hierarquização das candidaturas, com toda a demora que envolve as audiências prévias de indeferimento e análise das respetivas alegações, tendo sido aprovada apenas 1 candidatura. Considerando que até há pouco tempo decorreu um pedido de alteração à mesma, ainda não foi reportada a respetiva execução, pelo que, torna-se prematuro tecer qualquer projeção sobre o alcance das metas para 2023.

No âmbito da recente reprogramação do PO, foi efetuada o reajustamento da dotação do Eixo na vertente FSE, que consistiu num aumento da dotação da PI 9.1, a qual se deve ao reajustamento necessário ao valor do custo padrão da TO pela implementação de novas medidas e a concentração financeira que foi necessária, dada a persistência de uma taxa de desemprego elevada nos primeiros anos de operacionalização do PO, bem como a redução da dotação da PI 9.4 (com a alocação de verbas apenas na TO referente à reorganização e alargamento da rede de cuidados continuados) e da PI 9.5 (com a afetação de verbas na TO relativa ao desenvolvimento de ações de formação para recursos humanos das entidades de economia social), e a não operacionalização da PI 9.3, uma vez que esta compreendia ações ligadas a um projeto piloto a nível regional que visava a criação de uma rede regional de igualdade de oportunidades, aglomerando uma variedade de respostas sociais ao nível dos vários setores (solidariedade social, saúde, educação, etc.) o qual ainda não se encontra regulamentado. No entanto, as medidas ativas previstas e associadas à PI estão a ser operacionalizadas pelos vários departamentos governamentais, dada a sua importância no combate às desigualdades sociais,

continuando assim a ser assegurado o apoio às pessoas alvo destas medidas, com uma abrangência superior à que havia sido definida no PO.

As TO que não serão operacionalizadas na PI 9.1, assim como o público alvo a que se destinavam, não deixaram de ser apoiadas, apoio este efetuado por recurso ao orçamento da Região, através do programa FIOS e MSE que de 2014 a 2017 já abrangeu 2007 pessoas, em ações de carácter social para públicos vulneráveis, em projetos de apoio à contratação de públicos vulneráveis e apoio às empresas de inserção.

A não operacionalizar da TO na PI 9.5, as mesmas revestiam a natureza de um apoio indireto aos públicos desfavorecidos, pelo que constatou-se ser mais eficaz reforçar a PI 9.1, que compreende medidas com a atribuição de um apoio direto ao mesmo público alvo, permitindo assim uma intervenção mais rápida e eficiente

Na componente FEDER do Eixo 9, PI 9.7, há a salientar a elevada procura pelos apoios nestes domínios de intervenção, saúde e serviços sociais, registando-se a aprovação de 10 operações de investimentos na saúde e 35 nas infraestruturas sociais, necessidades identificadas no exercício de mapeamento aceite pela CE.

Na saúde, as intervenções em centros de saúde e em equipamentos abrangem mais de 125 mil habitantes.

Nos serviços sociais, os investimentos incidiram sobre a instalação e o apetrechamento de novos equipamentos sociais, bem como na requalificação e adaptação dos existentes, designadamente na área da infância e juventude, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, e do suporte à família e à comunidade.

As intervenções vêm contribuir, por um lado para a melhoria das condições na provisão dos serviços de saúde, reduzindo as desigualdades no acesso e, por outro lado para a melhoria das condições no acesso aos serviços sociais, com maior homogeneidade territorial, reduzindo as desigualdades, com especial atenção para os grupos marginalizados e as pessoas em risco de pobreza e apoiando a transição de cuidados institucionais para cuidados de proximidade de base comunitária.

Com a reprogramação do PO foi eliminada a PI 9.9 – Empresas Sociais porque se revelou que esta prioridade não acrescentou interesse e valor neste eixo prioritário, em que o conceito e a delimitação deste setor são ainda tarefas com alguma imprecisão, com o risco de alguma sobreposição com outros apoios no âmbito deste eixo.

ID do Eixo Prioritário | **10**

Eixo Prioritário | **Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida**

Execução financeira

Em termos globais, o Eixo 10 regista um valor do compromisso que atingiu 183 M€ (subiu de 68% para 77%), tendo sido executado um montante de Fundo de 100,4 milhões de euros (mais 41,4 M€ que em 2017).

Os níveis de execução (42,4%) e de realização (54,9%), demonstram uma evolução positiva do Eixo, com desempenhos próximos da média do programa.

As taxas de compromisso, são para a generalidade das PI relativamente elevadas.

Quanto às taxas de execução e de realização, verificam-se níveis de desempenho relativamente mais baixos.

Os pagamentos aos beneficiários atingiram 113,2 M€, cerca de 113% do compromisso executado, dos quais 48,9 M€ provenientes do FSE e 64,3 M€ apoio do FEDER.

A componente FSE dispõe de uma dotação financeira de 157,1 M€, com um custo elegível aprovado no âmbito das 4 PI, que ascendeu a 123,8 M€ e a 105,2 M€ de Fundo, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 78,3%.

Em termos de execução, verifica-se que as despesas executadas e validadas ascenderam a 59 M€ de custo elegível e a 50,2 M€ de FSE, o que corresponde a uma taxa de execução de 37,6%.

O apoio comunitário transferido para os beneficiários ascendeu a 48,9 M€, respeitante a primeiros adiantamentos sobre o valor aprovado e a pedidos de reembolso aprovados.

No âmbito da PI 10.5 apoiada pelo FEDER, foram publicados 3 avisos de candidaturas, 2 dirigidos ao domínio das infraestruturas educativas para o ensino básico e secundário e 1 ao domínio das infraestruturas educativas para o ensino e formação profissional, envolvendo uma dotação de 86,5 M€, cerca de 98% da dotação programada.

Das 13 candidaturas submetidas foram aprovadas 10 operações, envolvendo um custo elegível de 91,4 M€ e um apoio comunitário de 77,7 M€. A taxa de compromisso da PI situa-se nos 75%.

O montante de despesas declaradas pelos beneficiários totalizou 50,3 M€ de Fundo, com taxas de execução e de realização de 48,7% e de 64,7%, respetivamente.

Em síntese, por prioridade de investimento, conclui-se o seguinte:

- √ A PI 10.1 apresenta indicadores financeiros com valores inferiores à média do eixo, e em particular os indicadores da execução;
- √ A PI 10.2 apresenta uma taxa de compromisso de 100%, e taxas de execução e de realização à volta dos 70%;
- √ A PI 10.3 apresenta a taxa de compromisso mais elevada do eixo (92,2%), em contrapartida as taxas execução são bastante inferiores às médias do eixo;
- √ A PI 10.4 apresenta uma taxa de compromisso em linha com a média do eixo, e com taxas de execução e de realização superiores;
- √ A PI 10.5 apresenta uma taxa de compromisso em linha com a média do eixo, e com taxas de execução e de realização superiores.

Execução física

Indicadores de realização comuns e específicos:

- √ Os indicadores O1011 Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 3, O1012 Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 e O1031 Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional, apresentam graus de aproximação à meta de 91%, 49% e 80%, respetivamente, sendo que os valores de execução efetiva atingidos pelos indicadores O1012 e O1031 ultrapassam as metas fixadas nos objetivos intermédios para 2018.
- √ O indicador O1041 Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3, regista uma evolução muito significativa de 2017 para 2018.
- √ Destaca-se o bom desempenho dos ID O100101, O100102, O100203, O100301, O100401 e R100401, registando-se a superação da meta definida para 2018 dos ID O100102, O100301, O10040 e, a manter-se esta tendência será alcançado o cumprimento da meta de 2023. Apesar do baixo valor apresentado no ID O100402 existe um número considerável de

operações por validar, perspetivando-se a aproximação à meta. Quanto aos indicadores R100101, R100102 não há dados a reportar, porquanto ainda não terminou o ciclo formativo iniciado em 2018, assim como para os indicadores R100203, R100301, R100402, por ainda não existirem pedidos de pagamento de saldo validados. Relativamente ao ID R100301, até final de 2019 já será possível o reporte dos dados. Quanto ao restantes ID do eixo sem informação, estima-se que no decurso de 2020 também já seja possível o seu reporte.

Assim:

- a) Foram apoiados 456 jovens em ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 3, ou seja, 91,2% das metas para o quadro de desempenho e para 2023;
 - b) Foram apoiados 345 jovens em ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2, ou seja, 115% da meta para o quadro de desempenho e 49,3% da meta para 2023;
 - c) Foram apoiados 79 participantes em programas de formação avançada, o que corresponde a 121,5% da meta para 2023;
 - d) Participaram 3.198 adultos em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional, correspondendo a 114,2% da meta do quadro de desempenho e a 80% da meta para 2023;
 - e) Participaram 5.311 jovens em cursos profissionais de nível ISCED 3, ou seja, 123,5% da meta do quadro de desempenho e 87,1% da meta para 2023;
 - f) No âmbito dos cursos de Especialização Tecnológica, de nível ISCED 4, há reporte de 87 participantes, o que corresponde a 17,4% da meta para 2023.
- √ Ao nível do FEDER, o indicador CO35 “Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas” apresenta uma aprovação de 4.664 e uma execução efetiva de 1.878 (58,9% do objetivo intermédio e 25,7% do valor da meta para 2023).

Indicador de resultado:

- √ O indicador “Taxa de cobertura de requalificação do ensino básico e secundário (% de alunos)” subiu a sua execução para 83%, 11 p.p abaixo do valor alvo para 2023.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho, para ambos os fundos estruturais.

Análise qualitativa

No âmbito da PI apoiadas pela FSE, com uma intervenção centralizada ao nível da formação e qualificação de jovens e adultos, a reprogramação visou um aumento da dotação do Eixo 10, proveniente da libertação de verbas do Eixo 8 e da não execução de algumas TO do Eixo 10 e respetiva redução de outras PI, dada a necessidade de reforço da dotação do PI 10.4, devido ao reajustamento necessário ao valor do custo padrão da TO associada para o alcance das respetivas metas.

Salientam-se os principais aspetos qualitativos da implementação da componente FSE, no final de 2018:

PI 10.1 – TO Cursos do Programa de Formação e Inserção de Jovens (PROFIJ) – Contribuindo esta PI com 2 indicadores de realização para o quadro de desempenho e a recente operacionalização da mesma, considera-se o bom desempenho da TO financiada no âmbito desta PI, consubstanciado no alcance, com 91,2%, e superação, com 115%, das respetivas metas intermédias. A presente PI inclui tipologias historicamente dinamizadas pelas estruturas regionais competentes em matéria de educação e, por

arrasto, em regra suportadas pelo orçamento próprio da Região, que atendendo aos atrasos na operacionalização do quadro comunitário continuaram a ser asseguradas com recurso a esse orçamento. Não obstante, constata-se que o objetivo de combate ao abandono escolar é exequível por via de outros instrumentos, aí se incluindo também os Cursos Profissionais que têm absorvido investimento público de monta e que têm o mérito de conferir habilitação escolar e qualificação profissional, sendo, portanto, muito atrativos ao mercado de emprego. Assim, em sede de reprogramação optou-se por descontinuar o financiamento da formação de nível ISCED 3, nesta PI, atendendo a que o mesmo público alvo se encontra protegido na PI 10.4, mantendo-se apenas o nível ISCED 2, que não tem enquadramento em mais nenhuma PI. Esta alteração justifica o facto das metas 2008 e 2023 serem idênticas para o indicador de realização relativo à formação de nível ISCED 3.

PI 10.2 – TO Programas de formação avançada – Considera-se o bom desempenho da TO, consubstanciado na superação da meta de 2023. Neste caso houve uma concentração de entrada de bolseiros, nas operações, nos primeiros anos de execução do PO, apesar da respetiva execução financeira se prolongar até ao final da vigência do PO.

PI 10.3 – TO Percursos formativos modulares de dupla certificação, certificação escolar e/ou profissional, Processos RVCC e Cursos de Aquisição Básica de Competências - Esta PI comporta 3 TO, todas de apoio à formação de adultos, na sua maioria com baixos níveis de escolaridade, que pelo indicador de realização reportado, conclui-se pelo seu bom desempenho, tendo sido superada a meta do quadro de desempenho, prevendo-se a superação da meta de 2023.

PI 10.4 – TO Cursos Profissionais e Cursos de Especialização Tecnológica (CET) – Esta PI comporta 2 TO e contribui com um indicador para o quadro de desempenho, o qual foi superado. Quanto às metas de 2023, com os dados conhecidos à data, apenas podemos antever o alcance da meta associada à TO cursos profissionais, sendo que, relativamente aos cursos CET, e dado o baixo reporte de execução conhecido neste relatório, torna-se prematuro tecer qualquer projeção sobre o alcance da meta para 2023.

No âmbito da componente FEDER, PI 10.5, assinala-se o seguinte:

As 10 operações selecionadas, e em conformidade com o identificado no mapeamento das infraestruturas educativas, respeitam a novas construções: EB 2,3/S das Lajes do Pico, Gaspar Frutuoso - Ribeira Grande, EBS da Calheta, EBI Canto da Maia - Ponta Delgada, EB de Santa Bárbara - Agra do Heroísmo, bem como à ampliação/requalificação das instalações existentes, casos da EB/JI dos Milagres - Ponta Delgada, EB/JI do Nordeste, EB1/JI de São Pedro - Ponta Delgada e da EBI das Capelas.

No domínio da educação formativa, assinala-se a aprovação da construção e apetrechamento da Escola do Mar dos Açores, com capacidade para 100 alunos, que visa alavancar a Economia Azul na Região, disponibilizando formação profissional certificada internacionalmente no âmbito das profissões do Mar e constituindo um fator de promoção de emprego qualificado e de captação de jovens, para as profissões tradicionais e emergentes.

As operações aprovadas preveem uma capacidade para acolhimento de 4.664 alunos do ensino básico e secundário, tendo sido executado 1.878.

A recente reprogramação do programa considerou um ligeiro reforço de 1,5% da dotação inicial na PI 10.5, para dar resposta ao volume de solicitações no âmbito das infraestruturas escolares no quadro do mapeamento aprovado.

ID do Eixo Prioritário	11
Eixo Prioritário	Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente

Execução financeira

O eixo 11 mobiliza uma única PI e dispõe de uma dotação financeira de 0,23 M€ apoiada pelo FSE.

Regista-se uma operação aprovada, com um custo elegível de 0,08 M€ e um valor de Fundo de 0,07 M€, o que corresponde a uma taxa de compromisso de 29,2%.

Em termos de execução, as despesas validadas ascenderam a 0,003 M€ de custo elegível e a 0,002 M€ de FSE, o que corresponde a uma taxa de execução de 1%.

Não há a registar pagamentos aos beneficiários, atendendo a que a decisão de aprovação ocorreu no final do ano de 2018.

Execução física

No âmbito da análise ao indicador de realização constante da operação aprovada, constata-se a superação da meta definida para o quadro de desempenho, prevendo-se ainda o alcance da meta para 2023.

O indicador ID O110101 apresenta um bom desempenho, tendo a meta de 2018 sido superada e para o indicador R110101 a informação ainda não está disponível, uma vez que a operação iniciou apenas no 3.º trimestre de 2018 e o apuramento do indicador ocorrerá apenas no 2.º semestre de 2019, perspetivando-se o seu reporte no decurso do 1.º semestre de 2020.

Análise qualitativa

Neste eixo constata-se o único incumprimento do quadro de desempenho, relativamente ao indicador financeiro. Como referido em outros capítulos do presente relatório, a explicação para o ocorrido prende-se essencialmente com uma sobreavaliação dos recursos financeiros necessários, para o alcance dos indicadores de realização, decorrente da utilização de um incorreto custo padrão.

ID do Eixo Prioritário	12
Eixo Prioritário	Alocação Específica para a Ultraperiferia

Execução financeira

A dotação do Eixo, apoiada pelo FEDER, é de 57,5 M€. O montante aprovado de 63,5 M€ de custo elegível e 54 M€ de Fundo traduz uma taxa de compromisso de 94%.

O total das despesas declaradas pelos beneficiários é de 63,5 M€ (54 M€ de Fundo), o que traduz uma taxa de realização de 100% e a uma taxa de execução de 93,9%.

A despesa declarada foi integralmente paga aos beneficiários.

Execução física

√ O indicador de realização “Contratos de obrigações de serviço público apoiados” atingiu a meta para 2023.

- √ O indicador de resultado RRAA1 “Movimento aéreo de passageiros inter-ilhas”, foi ajustado no valor da meta para 2023, de 970 mil para 1.351 mil. Os dados registados em 2018 ultrapassam a meta revista.

De referir que o eixo em causa, cumpre as metas intermédias estabelecidas no quadro de desempenho.

Análise qualitativa

Face ao volume financeiro das OSP colocadas a concurso público internacional, os recursos disponibilizados estão praticamente absorvidos na sua totalidade.

Os apoios previstos neste eixo destinaram-se a compensar os custos adicionais relacionados com as características e os condicionalismos especiais atribuídos às RUP.

As 2 candidaturas aprovadas, relativos a contratos de OSP, um no domínio do transporte aéreo regular no interior da Região Autónoma dos Açores e outro no domínio dos transportes marítimos inter-ilhas, encontram-se encerradas/concluídas.

ID do Eixo Prioritário	13
Eixo Prioritário	Assistência Técnica

Execução financeira

Apresenta uma dotação global de 7,5 M€ (0,6% da dotação do PO), com financiamento do FEDER.

Foram publicados 3 avisos, com uma dotação de 6,3 M€ (84% da dotação programada).

As taxas de execução registadas pela Assistência Técnica revelam um desempenho positivo.

Estão 6 operações aprovadas (2 da iniciativa da AG e 4 dos OI), com um custo elegível de 7,1 M€ e um FEDER de 6,1 M€.

Os valores aprovados traduzem uma taxa de compromisso de 80,8%.

A despesa declarada pelos beneficiários situou-se nos 4,8 M€ de Fundo. A taxa de realização é de 78,6% e a taxa de execução é de 63,5%.

Os pagamentos aos beneficiários representam 97,5% dos compromissos executados.

Execução física

Com base nos 3 indicadores de realização específicos, reporta-se o seguinte:

- √ O indicador OAT1 Ações de acompanhamento, apresenta um valor aprovado de 215 (21,5% da meta) e um valor executado de 104, execução efetiva de 48,4%;
- √ Foi aprovado a candidatura que prevê uma dotação para a execução da avaliação do PO, considerando-se assim que o indicador OAT7 Estudos e avaliações 1 realização (17% da meta); procedeu-se ao seu ajustamento de acordo com o previsto no Plano de Avaliação do programa;
- √ O indicador de realização OAT23 Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT, apresenta um valor executado de 53, corresponde a 88,3% do valor alvo para 2023 que, em sede de reprogramação, foi ajustado de 30 para 60 trabalhadores.

Análise qualitativa

A execução decorre conforme o previsto, não havendo aspetos significativos a salientar.

Atendendo às tipologias de despesa declaradas, destacam-se as despesas com o funcionamento das estruturas de Apoio Técnico da AG e dos OI, que representa cerca de 78% do total. Esta tipologia comporta as remunerações com pessoal das equipas técnicas e os encargos obrigatórios da entidade patronal com a segurança social, assim como os abonos eventuais, designadamente encargos com ajudas de custo.

As prestações de bens e serviços destinados às tarefas de apoio à gestão, referem-se a comunicações, deslocações e estadas, realização de reuniões do órgão de acompanhamento, a aquisição de equipamentos informáticos – hardware e software, bem como de equipamento administrativo e básico.

Não foram identificados problemas /estrangulamentos assinaláveis na implementação do eixo, quer por parte da autoridade de gestão, quer por parte dos organismos intermédios.

11.2 Ações específicas realizadas para promover a igualdade entre homens e mulheres e para prevenir a discriminação, em particular a acessibilidade das pessoas com deficiência, e medidas implementadas para assegurar a integração da perspetiva do género nos programas operacionais e nas operações

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

No domínio da igualdade de oportunidades, e no que respeita ao mercado de trabalho, o PO Açores contempla uma tipologia de operação que visa a proteção à maternidade e fomento da empregabilidade feminina, que conta com duas operações aprovadas, com um investimento público de 1,4 M€, que asseguram o financiamento do Programa Berço de Emprego, entre janeiro de 2014 e dezembro de 2018, abrangendo 566 participantes.

Acresce que, sempre que aplicável, o mérito das candidaturas aceites pela Autoridade de Gestão assenta, para além de outros critérios, na existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, sendo que acolhem maior pontuação nesse critério as candidaturas que comprovem garantir globalmente a aplicação desses instrumentos na seleção e recrutamento de participantes, bem como implementar outros mecanismos para a prossecução do objetivo da igualdade de oportunidades e de género.

Para além disso, no domínio da integração de pessoas portadoras de deficiência, as políticas públicas de emprego, financiadas pelo PO, no âmbito dos eixos 8 e 9, preveem a atribuição de uma majoração de 20% aos apoios quando se trate de contratação ou ocupação de pessoas com deficiência. Neste âmbito, no eixo 8 já foram apoiados 9 participantes portadores de deficiência e 27 no eixo 9.

11.3 Desenvolvimento sustentável

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

A consecução dos objetivos dos FEEI é feita em consonância com o princípio do desenvolvimento sustentável e com o objetivo da União de preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tal como previsto no artigo 11º que refere que “As exigências em matéria de proteção do ambiente devem ser integradas na definição e execução das políticas e

ações da União, em especial com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável.” tendo em conta o princípio do poluidor-pagador.

De acordo com o direito comunitário e com as boas práticas difundidas pela Comissão Europeia, as operações apoiadas pelos fundos estruturais devem cumprir com os princípios e objetivos da proteção e melhoria do ambiente e do desenvolvimento sustentável referidos no Tratado, bem como a sua conformidade com a legislação comunitária em matéria de ambiente.

A Autoridade de Gestão deu cumprimento ao princípio de dotar os instrumentos de análise e avaliação de candidaturas ao PO AÇORES 2020 de elementos para aferição e apreciação desta matéria conforme estipulado no art.º 8 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 “Essa metodologia consiste na atribuição de uma ponderação específica ao apoio prestado pelos FEEI, a um nível que reflita o contributo desse apoio para os objetivos de adaptação às alterações climáticas e de mitigação dos seus efeitos.” Um dos instrumentos de análise das candidaturas consiste na verificação do cumprimento da legislação ambiental, para cada operação, através de Check-list específica.

Em sede de análise e validação das despesas referentes às operações aprovadas é previamente verificada a existência de condições restritivas nesta matéria, que decorram dos documentos descritos no parágrafo anterior.

As políticas de desenvolvimento sustentável assumem uma dimensão transversal no programa PO Açores 2020, abrangendo de forma mais direta as operações dos seguintes eixos:

- 4 - Economia de baixo carbono, com 8 operações aprovadas e um Fundo alocado de 3,3 M€;
- 5 - Alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos, com 46 operações aprovadas e um Fundo alocado de 31,6 M€;
- 6 - Ambiente e eficiência dos recursos, com 66 operações aprovadas e um Fundo alocado de 51,1 M€.

Relativamente ao financiamento do FSE, de acções específicas em matéria de desenvolvimento sustentável, existe um contributo indirecto através do financiamento de cursos profissionais relacionados com a temática, especificamente, o curso Técnico de Energias Renováveis.

11.4 Informação sobre o apoio consagrado aos objetivos relativos às alterações climáticas

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O contributo das operações aprovadas para os objetivos relativos às alterações climáticas é verificado através da aplicação de coeficientes às categorias de intervenção selecionadas no PO, de acordo com o disposto no Anexo I do Regulamento de execução (UE) n.º 215/2014 da Comissão, de 7 de março. A aplicação dos referidos coeficientes é efetuada em termos do fundo aplicável e em função das taxas médias de comparticipação previstas no Programa.

No PO AÇORES 2020, nos diversos eixos prioritários, foram identificadas categorias de intervenção com impacto nas alterações climáticas, tendo sido identificado um objetivo definido, ainda que de forma indicativa, de considerar-se que 11% da dotação do PO AÇORES 2020 seria afeta a esta temática.

À data de corte deste Relatório, o montante de apoio FEDER aprovado para esta temática corresponde a 51.034.601€, que representa 4,5% face à dotação global do Programa.

De uma forma desagregada, a distribuição da dotação aprovada ao nível do eixo prioritário é a seguinte:

Eixo 4 – Economia de Baixo Carbono - Para um valor aprovado de 1.884.487€, face à dotação global do PO, significa que se atingiu 0,2%, que compara com um valor percentual indicativo de 3,98%. Ao nível da dotação FEDER do eixo, este montante representa 3,98%.

Eixo 5 – Alterações Climáticas e Prevenção e Gestão de Riscos - Para um valor aprovado de 29.678.373€, face à dotação global do PO, significa que se atingiu 2,6%, que compara com um valor percentual indicativo de 3,7. Ao nível da dotação FEDER do eixo, este montante representa 66,25%.

Eixo 6 - Ambiente e Eficiência dos Recursos - Para um valor aprovado de 3.104.137€, face à dotação global do PO, significa que se atingiu 0,3%, que compara com um valor percentual de 0,4. Ao nível da dotação FEDER do eixo, este montante representa 3,9%.

Eixo 8 – Emprego e Mobilidade Laboral - para um valor aprovado de 47.603,42€, face à dotação global do PO, significa que se atingiu 0,004%. Ao nível da dotação FSE do eixo, este montante representa 0,05%.

Com o arranque dos investimentos associados ao eixo 4 – Economia de Baixo Carbono e ao eixo 5 – alterações climáticas e prevenção de riscos é expectável uma aproximação à meta prevista, uma vez que são estes os eixos com maior impacto e disponibilidade financeira para o efeito.

11.5 Contributo dos parceiros para a execução do programa

(Artigos 50.º, n.º 4, e 111.º, n.º 4, alínea f), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

O PO Açores 2020 é o principal referenciador do financiamento comunitário do investimento realizado nos Açores, com exceção natural dos setores da agricultura e pescas, financeiro e imobiliário e em algumas áreas da administração pública. As estratégias de desenvolvimento locais e a regional estão articuladas e são influenciadas diretamente pelas linhas de orientação da estratégia 2020, no quadro da execução do PO.

Para além da organização formal do modelo de gestão de um programa operacional, com os diversos níveis de participação, há toda uma envolvimento dos parceiros, com interação a nível técnico e político, tendo por base o programa operacional.

Com efeito, há contributo dos parceiros para a execução do programa, enquanto síntese das interações entre os stakeholders, num quadro estrito de independência e segregação de funções na condução da operacionalização no terreno do PO.

Aquando da preparação do Plano Regional Anual de Investimento, a temática da execução da programação operacional com financiamento comunitária está expressa de forma direta na documentação e é objeto de debate.

Nas reuniões do Conselho de Concertação Estratégica da Região Autónoma dos Açores, onde tem assento uma representação muito alargada e diversificada dos parceiros institucionais, na discussão das opções de investimento público a temática relativa à programação operacional é tida em conta, nas discussões, seja ao nível da monitorização, da avaliação da execução, seja da própria pertinência de vertentes da execução.

O Governo dos Açores reúne-se periodicamente em conselho em cada uma das ilhas dos Açores, havendo complementarmente visita aos projetos de investimento em curso, reuniões com os atores locais sobre diversas

matérias, incluindo, questões com a política de coesão europeia, no quadro da realidade local. Aquando dessas deslocações, a AG efetua um memo sobre a execução do programa operacional naqueles territórios em ordem ao conhecimento e discussão da intervenção do programa ao nível local.

O modelo de gestão do PO AÇORES envolve departamentos do governo com funções delegadas pela AG, os organismos intermédios e outros departamentos com responsabilidades temáticas que, no âmbito das Comissões de Seleção de candidaturas ao nível de eixo prioritário, conhecem e emitem opinião a nível técnico sobre as operações que podem ser aprovadas.

A composição do comité de acompanhamento abarca um leque variado de parceiros institucionais - entidades municipais, parceiros económicos e sociais, instituições do ensino superior, economia social e de ONG especializadas em questões transversais (áreas do ambiente, inclusão social, igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades), conferindo e dando corpo ao princípio da parceria na programação da política de coesão e dos respetivos instrumentos, os PO. São espaços privilegiados onde é debatida a execução do programa e onde os parceiros têm oportunidade e voz para sem qualquer restrição afirmar as suas posições junto da AG, dos representantes da CE e demais participantes nas reuniões. No caso particular da avaliação do programa operacional que se inicia em 2019, sobre a orientação do Comité de Acompanhamento haverá uma chamada especial à participação dos parceiros e diversas entidades externas no acompanhamento deste exercício.

A AG promoverá a participação alargada dos principais stakeholders e demais partes interessadas no processo de acompanhamento da avaliação do PO Açores 2020.

12. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E AVALIAÇÃO

(Em conformidade com o Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a) e b), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

12.1. Progressos realizados na implementação do plano de avaliação e seguimento dado às conclusões das avaliações

A avaliação no Portugal 2020 encontra o seu referencial de orientação e planeamento no Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 (PGA PT2020) e nos Planos de Avaliação dos Programas Operacionais, em linha com as disposições do Regulamento Comunitário e da Legislação Nacional.

De forma a garantir a adaptação ao ritmo de implementação dos Programas e a necessidades emergentes, o PGA PT2020 e os Planos de Avaliação dos PO são sujeitos a uma revisão anual. Este processo de revisão é articulado, de acordo com o modelo de governação do Portugal 2020, no seio da Rede de Monitorização e Avaliação (RM&A), participada pelas Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais, pela Comissão de Coordenação Nacional para o FEADER, pela Comissão de Coordenação do FEAMP e pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, que a coordena. A versão estabilizada da revisão do PGA PT2020 e os Planos de Avaliação é submetida à apreciação e aprovação da Comissão Ministerial de Coordenação do Portugal 2020 e dos Comités de Acompanhamento dos Programas Operacionais, respetivamente.

Nesse âmbito, foram no final de 2018 introduzidas alterações ao PGA PT2020 (cuja versão revista foi aprovada por deliberação da CIC em 28 de dezembro de 2018) e nos Planos de Avaliação dos PO, que viriam a ser submetidas aos respetivos Comités de Acompanhamento já em 2019. As alterações efetuadas traduzem fundamentalmente a revisão da calendarização das avaliações previstas (que consistiu sobretudo no adiamento de algumas avaliações, justificada pelo ajustamento necessário do calendário destas ao ritmo registado na implementação das intervenções do PT2020 objeto de avaliação).

Em 2018 realizaram-se três reuniões da RM&A. No que à avaliação diz respeito, a agenda dessas reuniões foi preenchida pela discussão do ponto de situação da implementação do PGA PT2020/Planos de Avaliação dos PO, pela realização do balanço dessa implementação, pela reflexão sobre a preparação das avaliações intercalares dos PO e pela revisão do PGA PT2020.

O quadro metodológico que se tem tentado desenvolver, quer na aplicação de métodos de avaliação baseada e contrafactuais, quer no papel da reconstrução e consensualização da teoria de mudança, se por um lado se tem refletido na qualidade do processo avaliativo, por outro lado tem trazido uma maior exigência no investimento realizado pelas equipas de avaliação e pelas entidades contratantes (que se reflete no aumento das necessidades de informação e na duração da execução das avaliações).

O PA do PO AÇORES prevê a participação em 19 exercícios de avaliação, das quais a avaliação intercalar do próprio Programa, as avaliações temáticas, nos domínios da Competitividade e Internacionalização, Capital Humano e Sustentabilidade dos Recursos e as globais. De referenciar que a revisão do Plano de Avaliação será submetido a apreciação e aprovação pelo Comité de Acompanhamento do PO AÇORES 2020.

O ponto de situação da implementação do PA do PO AÇORES 2020, no final de 2018, é:

- Uma avaliação concluída, (às quais se acresce as quatro avaliações ex ante dos Instrumentos financeiros realizadas em 2015), não em termos do PO AÇORES 2020 propriamente dito, mas sim enquanto com Região elegível no PO ISE (avaliação de processo IEJ);

- Cinco avaliações em curso: RIS3, Custos Simplificados, Promoção do sucesso educativo e empregabilidade dos jovens e Medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono. A estas, acresce a avaliação da Modernização e capacitação da Administração Pública, cujo concurso foi já lançado em 2019.

O PO AÇORES 2020, tendo em conta o previsto no seu Plano de Avaliação, para além da participação indireta nas avaliações respeitantes à IEJ, que dizem respeito ao domínio da Inclusão Social e Emprego, neste momento, participa em 2 avaliações no âmbito da Competitividade e Internacionalização, 1 no âmbito do Capital Humano, 1 na temática da Sustentabilidade e 1 de carácter transversal.

Em 2019 terá lugar o início dos trabalhos no terreno da avaliação do PO AÇORES 2020, concluído a realização do procedimento para a seleção dos peritos para este efeito. Conforme apresentado em Comité de Acompanhamento do PO AÇORES 2020 realizado em meados de 2019, nos termos da regulamentação aplicável esta avaliação compreende todas as Prioridades de Investimento cofinanciadas pelos fundos estruturais FEDER e FSE, sem prejuízo de focar questões de avaliação específicas, num quadro conhecimento da situação atual e de formulação de linhas de orientação para o futuro em temáticas importantes, como sejam as políticas de fomento do investimento privado e, no âmbito de aspetos sociais, aspetos sensíveis na sociedade tal como o risco de pobreza e o abandono escolar precoce.

Não obstante o PO Açores ter participado na avaliação da IEJ como beneficiário, esta avaliação incidiu apenas sobre operações apoiadas pelo POISE. Até à data não existem avaliações concluídas no PO Açores no âmbito do FSE.

Em seguida apresenta-se uma ficha para cada avaliação em curso. Na designação das avaliações é mencionado o método utilizado: Avaliação Baseado na Teoria (ABT) ou Avaliação Contrafactual (ACF).

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da Avaliação:

22. Avaliação do contributo dos FEEL para a modernização e capacitação da administração pública

- Entidade responsável: AD&C;

- Programas envolvidos: PO CI, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, exceto Lisboa;

- Tipo/Período de incidência: Impacto (ABT)/QREN e Processo/PT2020; Estado de concretização: adjudicação

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de Conclusão (de 2014 a 2023):

Tipo de Avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade

03. Reforçar a competitividade das PME

04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores

05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos

06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos

07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede

08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores

09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação

10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida

11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

- PI 2.3 (parcial):
- Promoção das TIC na administração e serviços públicos
- Modernização da AP através das TIC (FEDER)
- Implementação de novos modelos integrados de atendimento descentralizado na AP
- PI 11.1:
- Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos
- Capacitação Administração Pública (FSE)
- Formação dos trabalhadores da AP
- Formação Profissional da Administração Pública

Conclusões: Avaliação em curso

Follow up: Avaliação em curso

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da Avaliação:

23. Avaliação da Implementação da Estratégia Nacional e Regionais de Investigação para uma Especialização Inteligente (RIS3): Rede, Realizações e Resultados Esperados

- Entidade responsável: AD&C;
- Programas envolvidos: PO CI, PO CH, PO ISE, PO Regionais e PDR do Continente e das Regiões Autónomas e PO MAR; -
- Tipo/Período de incidência: Processo/PT2020;
- Estado de concretização: Relatório Intermédio aprovado em 07-03-2019

Ano de Conclusão (de 2014 a 2023):

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Tipo de Avaliação:

Impacto	<input type="checkbox"/>
Processo	<input checked="" type="checkbox"/>
Ambas	<input type="checkbox"/>

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência*:

Parte das PI:

- 1.1 total: SAICT
- 1.2 SI/ID&T, SI inov., SIAC, Infra. Tecnol.
- 3.1 SI Inov.: Empreend., IF: Instr. Fin., SIAC Prom. Espírito Empres.
- 3.2 SI Intern. PME, IF, SIAC/Qualif.
- 3.3 SI Qualif. PME, SI Inov., IF, SI Qualif. PME, SIAC/Qualif.
- 3.4 total: SI Açores
- 8.1 Ap. Contratação.
- 8.3 Ap. Empreend.
- 8.5 Form. ativos/Form. modular, Contratação Rec. Altam. Qual., Form. SI
- 8.8 Empreend.
- 9.6 EDLBC
- 9.10 total: EDLBC
- 10.2 TeSP, Form. Avanç.
- 10.3 Qualif. de adult.
- 10.4 total: Curs.Prof.+CET
- 10.5 Equip. ens.sup.

Conclusões: Avaliação em curso

Follow up: Avaliação em curso

Estado da avaliação*:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da Avaliação:

35. Avaliação do contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens

- Entidade responsável: PO CH;
- Programas envolvidos: PO CH, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas;
- Tipo/Período de incidência: Impacto (ACF e ABT)/PT2020;
- Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração

Ano de Conclusão (de 2014 a 2023):

2020

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Tipo de Avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

PI 10.1:

Redução abandono escolar: Cursos Vocacionais, CEF, Ensino artístico, PROFIJ, TEIP, PIEF, Mais Sucesso e Planos integrados e inovadores combate insucesso escolar

Qualidade sistemas ensino e formação: Form. Contínua Docentes e outros Agentes, SPO (Serv. Psicologia Orientação), Qual. e eficiência do sistema educação e formação para promoção sucesso escolar/PNSE

PI 10.3 (parcial):

ALV: Cursos de aprendizagem

PI 10.4:

Ensino profissional jovens: Cursos profis. e CET

Conclusões: Avaliação em curso

Follow up: Avaliação em curso

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da Avaliação:

38. Avaliação da implementação das medidas de reforço da transição para uma economia com baixas emissões de carbono

- Entidade responsável: PO SEUR;
- Programas envolvidos: PO SEUR, PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas;
- Tipo/Incidência: Processo e Impacto (ABT)/PT2020;
- Estado de concretização: Relatório Inicial em elaboração

Ano de Conclusão (de 2014 a 2023):

2020

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Tipo de Avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

PI 4.1

Produção e distribuição de fontes de energia renováveis

PI 4.2 (sem operações aprovadas)

PI 4.3

Eficiência Energética na AP Central, Sensibilização, Eficiência Energética na AP Regional e Local, Habitação Social, Habitação (particulares)- Instrumento Financeiro, Habitação (particulares) - Campanhas sensibilização)

PI 4.5

Planos de mobilidade urbana - planeamento, Planos de mobilidade urbana - investimentos, Mobilidade elétrica, Eficiência Energética nos transportes públicos

Conclusões: Avaliação em curso

Follow up: Avaliação em curso

Estado da avaliação:

E - Concluída

P - Planeada

Designação da Avaliação:

41. Avaliação da aplicação de custos simplificados

- Entidade responsável: AD&C;

- Programas envolvidos: PO CI, POCH, PO ISE, PO SEUR, PO Regionais e PDR do Continente e das Regiões Autónomas; - -

Tipo/Período de incidência: Processo/QREN e PT2020;

- Estado de concretização: Relatório Inicial aprovado em 15-12-2018.

Fundo(s):

FEDER/FC

FSE

Ano de Conclusão (de 2014 a 2023):

2019

Tipo de Avaliação:

Impacto

Processo

Ambas

Objetivo(s) temático(s):

- 01. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 02. Melhorar o acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
- 03. Reforçar a competitividade das PME
- 04. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
- 05. Promover a adaptação às alterações climáticas e da prevenção e gestão de riscos
- 06. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos
- 07. Promover transportes sustentáveis e a eliminação dos estrangulamentos nas principais infraestruturas de rede
- 08. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores
- 09. Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação
- 10. Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
- 11. Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficácia da administração pública

Objetivos/abrangência:

Parte das PI:

FSE: PI 8.1 (Estágios adultos, jovens, pessoas com deficiência e PEPAL), 8.2 (Estágios IEJ e Emprego jovem activo), 9.1 (CEI e CEI+), 9,5 (Prog. capacitação Invest. Social), 10.1 (CEF), 10.2 (TeSP e Doutoramentos e Pós-Doc), 10.3 (Cursos aprendizagem, CQEP/Centros Qualifica), 10.4 (Cursos Profissionais)

FEDER: PI 1.2 (SI I&DT), 1.1 (SAICT), 1.2, 3.1, 3.2 e 3.3 (SIAC - Transf. conhec., Promoção do espírito empresarial, Intern. e Qualif.); AT

FEADER: Parte do Eixo 1 a 5

Conclusões: Avaliação em curso

Follow up: Avaliação em curso

12.2. Resultados das medidas de divulgação e publicidade dos fundos, adotadas no âmbito da estratégia de comunicação

As iniciativas de informação, divulgação e comunicação foram desenvolvidas no âmbito da Estratégia de Comunicação do PO AÇORES 2020, aprovada a 4 de junho de 2015, na segunda reunião do Comité de Acompanhamento do Programa, e em parceria com a Estratégia de Comunicação Portugal 2020 (PT 2020), de forma a aplicar na Região as orientações comunitárias nesta matéria.

O Evento de Lançamento do Programa realizou-se em São Miguel, no dia 4 de março de 2015, contando com a presença de mais de duas centenas de participantes.

O AÇORES 2020 começou por partilhar informação no website do PROCONVERGENCIA, durante o encerramento do período de programação 2007-2013, seguindo-se uma página web provisória em agosto de 2014. A versão final do website do AÇORES 2020 foi colocada online a 18 de março de 2016, recorrendo a um conjunto de suportes visuais e multimédia com o objetivo de permitir uma navegação mais simples e intuitiva para o utilizador.

Atualmente o website do AÇORES 2020 contabiliza 60.304 sessões de visita, 202.003 visualizações de páginas e 27.866 visitantes. O perfil dos utilizadores do website do AÇORES 2020 caracteriza-se por ser um público mais jovem, sendo que 33,50% dos utilizadores têm uma idade compreendida entre os 25 e os 34 anos e 27,50% entre os 18 e os 24 anos. Verifica-se também que o sítio web é mais visitado por pessoas do sexo masculino (54.15%) comparativamente com pessoas do sexo feminino (45.85%).

Até ao final de 2018 foram realizados 8 Comités de Acompanhamento, com uma média de 50 participantes em cada. Durante os comités houve ainda a possibilidade de realizar visitas no terreno a projetos apoiados pelos fundos europeus através do AÇORES 2020. As questões de matéria de Comunicação têm sido alvo de maior destaque e, no último Comité de Acompanhamento, foram divulgadas diversas medidas com o objetivo de reforçar a comunicação do AÇORES 2020.

Ao longo de 2018 foram publicadas, no web site do PO AÇORES 2020, 24 fichas de “Boas Práticas” de projetos cofinanciados pelos Fundos Europeus e, em setembro de 2018, o Programa passou a publicar mensalmente os dados da execução financeira, com o intuito de aumentar a transparência e informação. O referido Boletim Mensal AÇORES 2020, sinaliza também indicadores referentes aos resultados alcançados.

De salientar que uma das principais medidas a adotar era a de reforçar a presença do Programa nas redes sociais. Assim, em dezembro de 2018, procedeu-se à criação da página de Facebook do Programa, com o intuito de divulgar, mais perto do cidadão, um conjunto de informações respeitantes a toda a envolvência do PO. Até ao final do ano, foram realizadas sete publicações, permitindo o alcance de 1.715 pessoas, obtendo-se 113 gostos (likes) e seguidores da página. Para além da rede social mencionada, o PO AÇORES 2020 possui ainda o canal de Youtube criado em 2015, que tem igualmente um papel importante na promoção e divulgação do Programa.

De ressaltar que em 2018, foram publicadas 275 notícias relacionadas com o AÇORES 2020, em Órgãos da Comunicação Social nacional e regional.

Ao longo do Programa, ocorreram diversas sessões de divulgação e esclarecimento, sendo que em 2018, realizaram-se especificamente quatro sessões no âmbito dos Instrumentos Financeiros para a Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU 2020) e Linha Capitalizar Mais (IFD), onde participaram cerca de 300 potenciais beneficiários.

O AÇORES 2020 participa nas iniciativas Europeias, acompanhando as reuniões online (webinars) das Redes INFO/INIO.

O AÇORES 2020 participou ainda nas reuniões da Rede de Comunicação PT 2020, que ocorreram nos meses de fevereiro, julho e novembro de 2018.

No mês de maio de 2018 integrou a campanha “EU in my Region”. Em Portugal, esta iniciativa permitiu a visita a 68 projetos cofinanciados, onze dos quais na Região Autónoma dos Açores, com representação de todas as ilhas do arquipélago. De uma forma global, a campanha contou com 281 publicações de Facebook e 115 no LinkedIn, obtendo um alcance global de 3.042.284 (número de pessoas que viram os anúncios pelo menos uma vez), e 131 publicações no Twitter, com uma interação de 25.916. A campanha foi ainda divulgada através de 117 notícias nos websites das entidades gestoras do PT 2020 e 111 notícias nos meios de comunicação social. O índice médio de satisfação nas visitas e eventos realizados e que foram alvo de avaliação atingiu os 4,8 numa escala de 1 a 5.

O AÇORES 2020 realizou todos os eventos no dia 9 de maio, conciliando com a celebração do Dia da Europa, possibilitando a visita aos seguintes projetos apoiados pelos fundos europeus: Casa dos Fósseis; Parque de Ciência e Tecnologia – Nonagon; Percurso Pedonal em volta da Lagoa das Furnas; Recuperação da Marginal da Baía de Angra do Heroísmo; Novas Instalações do Laboratório Regional de Veterinária; Museu da Graciosa; Aeródromo da Ilha de São Jorge; Terminal de Passageiros da Madalena; Centro de Interpretação do Farol dos Capelinhos; Reabilitação do Porto das Lajes das Flores; Espaço Cultural Multiusos da Ilha do Corvo.

A realização da campanha “Sabia que...?”, premiada pela Comissão Europeia, envolveu todos os Programas Operacionais do PT 2020 e traduziu-se na impressão de frases em cinco milhões de pacotes de açúcar, distribuídos a nível nacional, onde se divulgam resultados dos apoios dos fundos da União Europeia em Portugal com benefícios para as pessoas e para as regiões, com o objetivo de melhorar a perceção do público português sobre o impacto da aplicação dos fundos.

Destaca-se ainda a realização do Estudo de Opinião sobre a notoriedade do PT 2020, que obteve resultados muito satisfatórios quando comparado com os resultados obtidos no quadro comunitário anterior, destacando-se um maior sentimento de pertença à União Europeia e uma melhor perceção dos fundos da UE para o desenvolvimento do país por parte da população portuguesa.

O AÇORES 2020 participou também nos RegioStar Awards 2018 com o projeto Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas na categoria “Preservar o Património Cultural da UE”, apesar de não sido apurado como finalista.

Desde 2016, que empresa CISION presta o serviço de clipping a toda a Rede de Comunicação PT 2020, incluindo todos os Programas Operacionais, nomeadamente o AÇORES 2020. Através dos dados apresentados por esta empresa, observa-se que o AÇORES 2020 teve um total de 786 referências diretas ao Programa, analisadas em Órgãos de Comunicação Social e Redes Sociais, com uma favorabilidade média de 4,1 numa escala de 1 a 5. Durante este período, produziu 17.573 milhões de impressões junto da audiência, tendo como base a soma das audiências acumuladas de cada meio de comunicação, onde foram identificadas a presença de referências ao AÇORES 2020.

Por último, de referenciar que os técnicos do PO AÇORES 2020 prestam diariamente informações e esclarecimentos sobre as questões de comunicação e divulgação, estabelecendo um relacionamento de grande proximidade com o beneficiário.

13 AÇÕES REALIZADAS PARA CUMPRIR AS CONDICIONALIDADES EX ANTE

(Artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Não aplicável ao relatório de execução de 2018.

14 INFORMAÇÕES QUE PODEM SER ADICIONADAS, EM FUNÇÃO DO CONTEÚDO E DOS OBJETIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

(Artigo 111.º, n.º 4, alíneas a), b), c), d), g) e h), segundo parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

14.1. Progressos realizados na execução da abordagem integrada ao desenvolvimento territorial, incluindo o desenvolvimento das regiões afetadas por desafios demográficos e limitações naturais ou permanentes, investimentos territoriais integrados, o desenvolvimento urbano sustentável e o desenvolvimento local de base comunitária, ao abrigo do programa operacional¹

Não aplicável.

14.2. Progressos realizados na execução das ações destinadas a reforçar a capacidade das autoridades do estado-membro e dos beneficiários para gerir e utilizar os fundos

A Região Autónoma dos Açores beneficia do financiamento dos fundos estruturais FEDER e FSE, desde o primeiro Quadro Comunitário de Apoio, incluindo as iniciativas comunitárias, que decorrem desde os anos noventa do século passado.

Desde esses períodos de programação procurou-se e conseguiu-se manter uma certa estabilidade em corpos técnicos afetos, não só às sucessivas autoridades de gestão, como também em grande número de beneficiários, designadamente os de natureza pública.

Há um processo de acumulação de saber que tem evoluído também com o progresso tecnológico, designadamente ao nível das tecnologias de informação e comunicação, que tem sido passado ao longo do tempo junto do corpo técnico, incluindo a sua renovação.

Hoje são conhecidos os interlocutores regionais dos fundos junto das autoridades nacionais que fazem a interlocução com os serviços da Comissão Europeia e pode ser reconhecida capacidade técnica da parte regional.

O progresso tecnológico na interação com os beneficiários permite que toda a tramitação se proceda por via eletrónica e através do sistema de informação, tendo-se eliminado por completo a receção de documentos em suporte de papel, quer na fase de apresentação/decisão, quer nas fases subsequentes da execução.

No caso específico das operações financiadas pelo FSE, é utilizado o sistema de informação comum a todos os PO (SIFSE), através de ligação ao Balcão 2020, o qual ainda não permite a sua utilização exclusiva para contacto com os beneficiários, nomeadamente no que se refere a notificações, pronúncia em sede de audiência de interessados e retorno dos termos de aceitação das operações aprovadas.

A Autoridade de Gestão tem participado em redes criadas no âmbito da gestão do Portugal 2020 onde se tem transferido informação e conhecimento entre os participantes nesses trabalhos.

De registar que por via da participação em ações de esclarecimento e formação, no âmbito da execução da programação, destaca-se na estrutura técnica do programa operacional elementos que obtêm formação particular, no

¹ Designação revista pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2018/277, da Comissão, de 23 de fevereiro, que altera o Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/207, passando a fazer referência aos investimentos territoriais integrados.

âmbito das suas carreiras pessoais, em especial as ligadas a análise financeira e contabilidade, com interesse para o desempenho das tarefas técnicas que realizam na autoridade de gestão.

Na relação com os beneficiários, a AG tem vindo a adotar e melhorar os instrumentos de apoio do ciclo de candidaturas (submissão de operações e registo da execução financeira) bem como disponibilizado no site documentos de orientação para este efeito, para além de disponibilidade na realização de sessões de esclarecimento e de apoio ao corpo técnico de apoio aos beneficiários.

Neste âmbito, os técnicos do PO AÇORES 2020, designadamente, os que desenvolvem a sua atividade na vertente FSE, prestam diariamente informações e esclarecimentos sobre toda a tramitação processual das operações, os, possuindo cada entidade beneficiária 2 técnicos interlocutores, indicados para o efeito, um na área pedagógica e outro na área financeira, os quais frequentam formação específica.

14.3. Progressos realizados na execução de eventuais ações inter-regionais e transnacionais

Não se verificaram no âmbito do POAÇORES 2020, ações inter-regionais e transnacionais.

14.4. Contribuição para as estratégias macrorregionais e para as estratégias relativas às bacias marítimas, quando aplicável

As operações aprovadas no âmbito do PO AÇORES 2020 que contribuem para a Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico tiveram por base a interpretação do Quadro de Referência Estratégica do Instrumento Territorial Integrado relativo ao Mar (ITI MAR). A criação do ITI Mar (Instrumento de Investimento Territorial Integral relativo ao mar) está prevista no modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI). O ITI Mar tem como objetivo assegurar a articulação entre a aplicação dos FEEI e as políticas públicas no mar, em consonância com as prioridades definidas no âmbito da Estratégia Nacional Mar 2013-2020.

A metodologia adotada, consensuada no âmbito da Comissão de implementação do ITI MAR, observa uma correspondência entre os objetivos definidos na Estratégia Marítima da UE e os objetivos temáticos/prioridades de investimentos previstos nos Programas Operacionais.

No conjunto das prioridades e objetivos específicos definidos no âmbito da Estratégia Marítima para a Área do Atlântico, o montante de fundo estrutural aprovado no âmbito do PO AÇORES 2020 é de 167,4 milhões de euros, associado a 314 operações aprovadas. Como o PO AÇORES mobiliza os dois fundos estruturais – FEDER e FSE – foi possível apurar e identificar operações que contribuem para a Estratégia Marítima, contribuindo o FEDER com 166,2M€ e o FSE com 1,2M€.

Os setores ligados à economia do mar são diversos, destacando-se, a pesca, a aquicultura, transformação e comercialização dos seus produtos, o recreio, o desporto, a cultura e o turismo os serviços marítimos, os portos, os transportes e a logística. São áreas que vão adquirindo peso no valor acrescentado bruto regional e também com expressão no emprego da população ativa.

Das operações identificadas, o maior contributo do PO AÇORES para a Estratégia Marítima é verificado ao nível dos objetivos 1.3 – Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica e 3.1 - Promover a cooperação entre portos, 97M€ e 41M€ de FEDER.

Estratégias macrorregionais e estratégias para as bacias marítimas	<input type="checkbox"/> EU Strategy for the Baltic Sea Region (EUSBSR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Danube Region (EUSDR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Adriatic and Ionian Region (EUSAIR) <input type="checkbox"/> EU Strategy for the Alpine Region (EUSALP) <input checked="" type="checkbox"/> Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica-(<i>Atlantic Sea Basin Strategy (ATLSBS)</i>)
--	---

No caso da Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica, identificar as prioridades e objetivos relevantes para o Programa Operacional:

Prioridades	Objetivos	Assinalar as prioridade(s)/ objetivo(s) relevantes
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.1 - Partilhar conhecimentos entre instituições de ensino superior, empresas e centros de investigação	X
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.2 - Reforçar a competitividade e as capacidades de inovação na economia marítima da Região Atlântica	X
1 - Promover o empreendedorismo e a inovação	1.3 - Estimular a adaptação e a diversificação das atividades económicas, promovendo o potencial da Região Atlântica	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.1 - Melhorar a segurança marítima	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.2 - Explorar e proteger as águas marinhas e as zonas costeiras	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.3 - Gerir os recursos marinhos de forma sustentável	X
2 - Proteger, assegurar e desenvolver o potencial do meio marinho e costeiro do Atlântico	2.4 - Explorar o potencial do meio marinho e costeiro da Região Atlântica em matéria de energias renováveis	
3 - Melhorar a acessibilidade e conectividade	3.1 - Promover a cooperação entre portos	
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.1 - Promover um melhor conhecimento dos desafios sociais na Região Atlântica	
4 - Criar um modelo de desenvolvimento regional sustentável e socialmente inclusivo	4.2 - Preservar e promover o património cultural do Atlântico	X

Ações ou mecanismos adotados para articulação do Programa Operacional com a Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica:

<p>A. Os coordenadores da Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (principalmente os coordenadores nacionais, coordenadores ou membros de áreas prioritárias e/ou coordenadores ou membros de objetivos) participam no Comité de Acompanhamento do Programa?</p> <p>B. Nos critérios de seleção, foram atribuídos pontos suplementares a medidas de apoio específicas à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica</p> <p>Caso afirmativo:</p> <p>a) Estão planeados convites à apresentação de propostas específicas relativos à ATLSBS?</p> <p>b) Quantos projetos/ações macrorregionais já são apoiados pelo Programa? (Número)</p> <p>c) Foram concedidos pontos suplementares/bónus a projetos/ações de grande significado ou impacto macrorregional? Em caso afirmativo, completar (1 frase específica)</p> <p>d) Outras ações (por ex. projetos estratégicos planeados). Completar (1 frase específica)</p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p> <p><input type="text"/></p>
<p>C. O Programa Operacional investiu Fundos da UE na Estratégia Marítima da UE para a Área do Atlântico?</p> <p>i) Caso afirmativo: Montante aproximado ou exato em EUR investido na Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica (€) (Fundo aprovado): FEDER: <input type="text" value="166.212.357,23"/> FC: <input type="text"/> FSE <input type="text" value="1.188.222,96"/> Quaisquer outros Fundos: <input type="text"/> Se assinalar "Quaisquer outros Fundos", identificar os Fundos: <input type="text"/></p> <p>ii) Caso não tenha investido Fundos da EU na ATLSBS: O Programa Operacional pretende investir na ATLSBS no futuro? Completar (1 frase específica) <input type="text"/></p>	<p>Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>

D. Indicar os resultados obtidos em relação à Estratégia Marítima da UE para a Região Atlântica

No conjunto dos indicadores de realização do PO AÇORES 2020 associados às operações que contribuem para a Estratégia Marítima da UE para a área do Atlântico é de destacar o apoio a 17 projetos de I&D, a 2 empresas no âmbito de projetos de investigação, a 202 empresas com atividades relacionadas com o Turismo Costeiro, a 52 empresas no âmbito de atividades marítimo-turísticas, 7,14 Km de faixa costeira intervencionada, à construção de um navio Ro-Ro e à construção de uma escola de formação na área do Mar, bem como a cursos de formação nessa mesma temática.

14.5. Progressos realizados na execução de ações no domínio da inovação social, quando aplicável

Não se verificaram no âmbito do POAÇORES 2020, ações no domínio da inovação social, nem se planeia a introdução de novas tipologias de operação, atendendo à elevada taxa de compromisso registada.

14.6. Progressos realizados na implementação de medidas para fazer face às necessidades específicas das zonas geográficas mais afetadas pela pobreza ou grupos-alvo em risco mais elevado de pobreza, de discriminação ou de exclusão social, em especial as comunidades marginalizadas e as pessoas com deficiência, os desempregados de longa duração e os jovens desempregados, e, se for caso disso, os recursos financeiros utilizados

As principais medidas previstas com vista a aumentar as competências e o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho consubstanciam-se nos Programas Ocupacionais de Âmbito Local e ao Serviço à Comunidade, constantes na PI 9.1, com uma dotação FSE de 87,9 M€, sendo que a 31 de dezembro de 2018, encontravam-se executados 77,9 M€, verificando-se a superação da meta do quadro de desempenho relativamente ao número de pessoas abrangidas. O progresso verificado na execução desta PI, com a concentração da execução nos primeiros anos de operacionalização do PO, prende-se com a necessária resposta a um aumento substancial da taxa de desemprego de uma população em risco de pobreza e de exclusão, decorrente de um agravamento do contexto económico registado até meados de 2016, o que justificou um reforço do investimento público e a reprogramação do eixo.

Para além disso, no âmbito do eixo 10, foram aprovados 30,7 M€ de Fundo, para fazer face à realização de formação em competências básicas, bem como percursos formativos de certificação escolar e/ou profissional tendo como público alvo adultos desempregados e com baixas qualificações, ou seja, uma população fragilizada e em risco de pobreza e exclusão.

Todas estas medidas tiveram um papel importante na contínua diminuição da taxa de desemprego registada na Região nos últimos anos, bem como o aumento do nível de escolaridade e qualificações da população desempregada.

15. INFORMAÇÕES FINANCEIRA A NÍVEL DO EIXO PRIORITÁRIO E DO PROGRAMA / QUADRO DE DESEMPENHO

(Em conformidade com o Artigo 21.º, n.º 2 e Artigo 22.º, n.º 7), primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Informação incorporada no Quadro 6.

16. CRESCIMENTO INTELIGENTE, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO

(Artigo 50.º, n.º 5 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

A construção do PO Açores teve como referência a “Estratégia Europa 2020, procurando que a utilização de fundos estruturais na Região Autónoma dos Açores no período 2014-2020 contribua para a estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo preconizada para os territórios da UE.

A cadeia de programação definida para o PO Açores2020 focalizou-se então na identificação das necessidades da Região e no desenho da estratégia regional para responder à “Estratégia Europa 2020”, tendo sido estruturada de modo a comportar as diretrizes dos principais documentos de orientação estratégica comunitários, nacionais e regionais em matéria de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, visando atingir as principais metas definidas nesses documentos.

O PO Açores apresenta uma arquitetura definida por 12 Eixos Prioritários, excluindo as tarefas de assistência técnica, 40 Prioridades de Investimento, seguindo o encadeado lógico desenhado para o Programa. O 12.º Eixo Prioritário do PO corresponde a uma alocação específica para a ultraperiferia europeia e, no PO AÇORES 2020, tem por objetivo financiar o serviço público de transportes inter-ilhas, em concordância com o disposto no n.º 2 do artigo 12º do Regulamento (UE) n.º 1301/2013, de 17 de dezembro.

O PO Açores cobre significativamente as várias dimensões previstas nos Objetivos Temáticos da “Estratégia Europa 2020”, apresentando pontualmente alguma lacuna, designadamente nas Prioridades de Investimento que se referem ao OT11, o que decorre, fundamentalmente, das opções estratégicas internas e não de ausências de política nesses domínios.

Em matéria de **crescimento inteligente**, a estrutura programática do PO Açores apresenta um grau de intensidade muito elevado sobre as dimensões previstas nos respetivos Objetivos Temáticos. O potencial para a concretização da estratégia é significativo, suportando-se numa importante dotação orçamental no contexto do Programa.

Releve-se, no caso do Eixo Prioritário 1-Investigação, Desenvolvimento e Inovação, a assunção de um compromisso de alinhamento da evolução do indicador de Investimento em I&D em percentagem do PIB com a evolução nacional, contribuindo para o cumprimento do objetivo da estratégia neste domínio.

O ponto de execução deste objetivo temático é muito interessante, pese embora a dimensão e potencial do arquipélago. Observa-se uma quantidade de projetos de investigação que ultrapassou as expectativas mais favoráveis, com propostas muito relevantes no contexto das áreas estratégicas da RIS 3 regional, a par de uma procura muito interessante do lado das empresas, para projetos de investigação em ambiente empresarial. Este último aspeto é tão mais positivo, quanto, o tecido económico e empresarial dos Açores é essencialmente constituído por pequenas e microempresas.

A construção de um pequeno parque tecnológico da ilha Terceira é já uma realidade, mantendo-se uma oferta equilibrada no arquipélago de 2 de espaços para a instalação de empresas ligadas à vocação específica de cada um dos parques tecnológicos.

A concretização do OT2 (TIC), designadamente através do reforço da disponibilidade e fomento da utilização de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos, potenciando a interação da administração com o cidadão e com os agentes económicos, na linha de ação “Administração Pública em Linha”.

Os resultados esperados com a concretização dos Eixos Prioritários 1 e 2 são igualmente concordantes com a estratégia europeia nas questões da inovação e da competitividade, particularmente no que se refere à Agenda Digital. A concretização da ambição assumida para tornar os Açores um verdadeiro arquipélago inteligente que tire partido dos desenvolvimentos

tecnológicos, aplicando-os na promoção da competitividade das empresas e na eficiência das administrações públicas, contribuirá para minimizar os efeitos do isolamento e da perifericidade da Região, perspetivando-se um contributo para a prossecução da “Estratégia Europa 2020” nestes domínios.

O Objetivo Temático 3 (empresas) aplica-se, no caso dos Açores a um mercado interno de menos de 250 mil pessoas, constituído por micro e pequenas empresas, ainda por cima fragmentado em 9 ilhas distribuídas por um eixo de 600 km. Esta configuração confere ao incentivo direto ao investimento uma importância importante.

A estratégia regional foi de assegurar 3 grandes domínios de intervenção: o apoio financeiro direto ao investimento das empresas regionais, um segundo fundamenta-se na constituição de algumas economias externas às empresas, seja na fase da sua formação através de infraestruturas de incubação ou numa fase mais adiantada através de criação de espaços de aglomeração de empresas, num contexto de ordenamento espacial; e um terceiro vetor são as ações coletivas que, no setor do turismo que está em expansão, têm uma expressão muito importante em matéria de divulgação, promoção e marketing do destino Açores, seja também no domínio da afirmação exterior e na busca de processos de internacionalização.

A resposta tem sido muito positiva, provavelmente menos expressiva no processo de internacionalização empresarial, como seria de esperar, face às condicionantes referidas. Regista-se uma dinâmica muito interessante na criação de pequenas empresas e autoemprego. A escala, as fragmentações do mercado implicam que, para além do setor público, a empregabilidade e a fixação empresarial aconteçam por alavancagem e apoio de sistemas de subvenções ao investimento.

A implementação dos instrumentos financeiros vai fazendo o seu caminho, quer ao nível dos instrumentos de dívida, com alguma procura, quer com instrumentos de capital e quase capital, onde, no conjunto a aposta é forte com 20 milhões de euros FEDER para estes instrumentos.

Em suma, nas realizações que contribuem para os Objetivos Temáticos no domínio do crescimento inteligente, importa relevar algumas dimensões. Por um lado, o número de empresas apoiadas em processos de modernização e de escala e também, em alguns casos, de inovação. Por outro lado, a forte influência para a concretização do OT1, designadamente com o apoio dos projetos de ID&I e as infraestruturas de investigação, com grande relevância para o reforço da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação da RAA.

Os resultados esperados com a concretização dos Eixos Prioritários 1 e 2 e 3 são igualmente concordantes com a estratégia europeia nas questões da inovação e da competitividade.

A execução do PO AÇORES 2020 está a ajudar à concretização da ambição assumida para tornar os Açores um verdadeiro arquipélago inteligente que tire partido dos desenvolvimentos tecnológicos, aplicando-os na promoção da competitividade das empresas e na eficiência das administrações públicas, contribuirá para minimizar os efeitos do isolamento e da perifericidade da Região, perspetivando-se um contributo potencial elevado para a prossecução da “Estratégia Europa 2020” nestes domínios.

A lógica de intervenção do PO Açores para o **crescimento sustentável** suporta-se na adoção dos Objetivos Temáticos e das Prioridades de Investimento que concorrem com maior intensidade para este objetivo Europeu, designadamente os OT4 (eficiência Energética), OT5 (alterações climáticas), OT6 (Ambiente e Reabilitação Urbana) e OT7 (transportes).

À partida, os investimentos do PO Açores no domínio das energias renováveis e da eficiência energética nas empresas, serviços públicos, habitações e transportes concorrem também de forma assertiva para a prioridade ‘crescimento sustentável’, promovendo a economia de base hipocarbónica com a conseqüente diminuição das emissões de gases com efeito de estufa.

Algumas dificuldades quanto à operacionalização das prioridades de investimento e algumas condicionantes à sua execução de certa forma comprometeram alguns objetivos iniciais, principalmente no eixo 4 (eficiência energética). Estes fatores têm sido corrigidos e à data da elaboração deste relatório, no domínio da eficiência energética há já um conjunto de projetos aprovados, designadamente uma operação, com carácter piloto, na ilha Terceira, relativo à conservação de energia, por via de baterias carregadas a energia renovável.

Estes apoios são complementados com política pública regional, financiada pelo orçamento regional e/outras fundos, proporcionando que a Região se mantenha em linha com os objetivos para este domínio diminuição das emissões de CO2 no arquipélago, dando assim resposta ao preconizado em diversos instrumentos de planeamento, entre eles a própria Estratégia Regional para as alterações climáticas alinhando a Região com o objetivo clima/energia da Estratégia Europa 2020, nomeadamente com a meta de reduzir em 20% das emissões de GEE

Os riscos naturais e as alterações climáticas são aliás um aspeto fulcral para a Região, tanto na ótica da segurança de pessoas e bens, como da preservação dos valores naturais e da economia regional. O PO tem um conjunto alargado de operações aprovadas, com medidas que, para além do conhecimento dos riscos, propõe promover uma cultura de prevenção e de adaptação aos fenómenos naturais.

No contexto da adaptação às alterações climáticas, além das ações relativas ao incremento do conhecimento sobre a matéria, são propostas ações de prevenção e adaptação aos efeitos relacionados com as áreas mais suscetíveis aos fenómenos meteorológicos extremos, nomeadamente a orla costeira e a rede hidrográfica.

Complementarmente, O PO AÇORES 2020 está a contribuir para o objetivo de travar a perda de biodiversidade, na medida em que as ações que contribuem para a redução de GEE e combate às alterações climáticas são, igualmente, favoráveis à conservação da biodiversidade.

Sendo o tema da conservação da natureza e da biodiversidade um dos temas centrais da política de ambiente da Europa, o PO Açores dá contributos relevantes para o objetivo de travar a perda de biodiversidade. Entre estes destaca-se o apoio a medidas que promovam o conhecimento e a colmatação de lacunas de informação (ambientes marinho e terrestre), o ordenamento e a conservação dos valores naturais (habitats e espécies) assim como a valorização da biodiversidade. Constituindo as invasões biológicas uma das principais ameaças ao estado de conservação das espécies e habitats, tem sido apoiadas ações que promovem o controlo desta ameaça neste território.

De destacar ainda neste âmbito, as operações aprovadas e em curso no âmbito da valorização dos resíduos, reduzindo a deposição em aterros (PI 6.1), a melhoria da qualidade das massas de água (PI 6.2), a promoção e qualificação dos ativos naturais (PI 6.3), a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas (PI 6.4), aliada à qualificação do ambiente urbano (PI 6.5), onde emergem a preocupação com a qualificação dos espaços verdes urbanos, configuram efeitos positivos e de forte intensidade em dinâmicas regionais concordantes com a “Estratégia Europa 2020” nas dimensões inscritas no crescimento sustentável.

No que se refere ao **crescimento inclusivo**, o PO AÇORES 2020 tem uma estrutura programática densa e bastante articulada, orientada para o cumprimento da “Estratégia Europa 2020”, nomeadamente no que respeita aos OT8 (Emprego), OT9 (Inclusão Social) e OT10 (Educação).

Os Eixos Prioritários 8, 9 e 10 cumprem essa missão revelando um elevado grau de cobertura e de intensidade da concretização dos diversos Objetivos Temáticos, contemplando as múltiplas formas de promover o emprego, a inclusão social e o ensino e a aprendizagem ao longo da vida (seja por via da capacitação e do reforço das competências, seja por via da

adaptação das empresas, do acesso a serviços e respostas sociais e de saúde), orientadas para múltiplos segmentos da população em situação de vulnerabilidade social e de inserção no mercado de trabalho.

A cadeia de programação em vigor concorre para o crescimento inclusivo, tendo como corolário capacitar as pessoas procurando atingir taxas elevadas de emprego, investir nas qualificações, lutar contra a pobreza e modernizar o mercado de trabalho e os sistemas de formação e de proteção social, ajudando-as a antecipar e a gerir a mudança, e subsequentemente a construir uma sociedade coesa.

No caso particular da “Agenda para Novas Competências e Empregos”, o contributo é positivo nas Prioridades de Investimento dos OT8 (Emprego) e OT10 (Educação) e em Prioridades de Investimento do OT9 (PI 9.1), cobrindo o PO Açores de forma razoável todas as dimensões propostas por esta Agenda.

Relativamente à iniciativa “Plataforma Europeia Contra a Pobreza”, o contributo do PO Açores ocorre sobretudo através das Prioridades de Investimento do OT9 (inclusão), ainda que se registem contributos – não tão elevados – nos OT8 e OT10. O Programa revela a capacidade de cobertura de todas as componentes propostas para a concretização da iniciativa europeia.

Ainda no âmbito do crescimento inclusivo, as realizações do PO Açores ao nível do mercado de emprego (OT8) atingiram 3814 desempregados que beneficiaram de apoios à contratação e 4206 jovens que beneficiaram de estágios profissionais. Relativamente às realizações nas dimensões da inclusão social (OT9), releve-se os 8752 participantes em programas ocupacionais de âmbito local e de apoio à comunidade, bem como a intervenção ou apetrechamento de 42 infraestruturas de saúde/sociais, cujos serviços de saúde melhorados irão abranger um total de mais de 125 mil habitantes.

As realizações do PO Açores apresentam um contributo para a concretização do OT10 (educação e formação), designadamente nos participantes em cursos profissionais de dupla certificação, nos participantes nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2 e nível ISCED 3, nos cursos de educação e/ou formação de adultos, bem como nos cursos de especialização tecnológica (CET). No âmbito da PI 10.5, prioridade afeta a infraestruturas escolares e comparticipada pelo FEDER, o PO Açores apresenta já um conjunto de intervenções, com melhorias sensíveis em salas de aula nos diversos níveis de ensino.

Os resultados qualitativos com a concretização do Eixo Prioritário 10 são globalmente concordantes com a “Estratégia Europa 2020” nas questões do capital humano, particularmente em matéria do crescimento inclusivo, mas também no crescimento inteligente. O apoio a programas que têm apresentado resultados positivos em áreas como a prevenção do abandono, o combate ao absentismo, bem como a diversificação das ofertas educativas e o apoio a intervenções que visam reforçar a igualdade no acesso à educação pré-escolar e aos ensinos básico e secundário (PI 10.1 e 10.4) concorrem fortemente para o alcance do crescimento inclusivo.

O objetivo da “Estratégia Europa 2020” que visa o combate à pobreza e às desigualdades sociais é concretizado no PO Açores através do Eixo Prioritário 9, nomeadamente, através de instrumentos de política que têm apresentado resultados positivos e que visam consolidar e qualificar a rede de equipamentos e serviços coletivos, bem como na prevenção e combate às discriminações múltiplas (PI 9.1).

Relativamente à iniciativa “Plataforma Europeia Contra a Pobreza”, o contributo do PO Açores ocorre sobretudo através das Prioridades de Investimento do OT9 (inclusão), ainda que se registem contributos – não tão elevados – nos OT8 e OT10. O Programa revela, no entanto, alguma capacidade de cobertura de todas as componentes propostas para a concretização da iniciativa europeia.

É ainda prematuro aferir impactos significativos da execução do programa operacional no contributo para as metas da Estratégia Europa 2020. No entanto, de registar alguns sinais nesse sentido, através do conhecimento de alguns indicadores disponíveis.

No que respeita ao contributo para o Crescimento Inteligente, registe-se, por exemplo, que as maiores empresas regionais (250 e mais empregados) têm um nível superior (55,6%) à média nacional (51,7%), em matéria de inovação e cooperação tecnológica; que na digitalização, os municípios regionais estão em linha com a média nacional, em termos de disponibilidade de formulários para download e, inclusivamente, nos Açores, a proporção dos agregados domésticos com ligação à internet (86,5%) e ligação por banda larga em casa (84,2%) é superior ao que se verifica no país (79,4% e 76,9%, respetivamente). Ao nível do contributo para o crescimento sustentável constata-se que em matéria de proporção de RSU preparados para reutilização e reciclagem, a realidade nos Açores é ligeiramente superior à média nacional, o mesmo ao nível do consumo de “água segura”.

No que concerne à inclusão social é de ter presente que os Açores antes do último grande alargamento a Leste da Europa era uma das regiões menos desenvolvidas da Europa comunitária, com desigualdades reproduzidas geracionalmente e de recuperação lenta e difícil, para mais num contexto territorial também ele diferenciado. Para além de alguns números apresentados neste capítulo bem elucidativos do esforço desenvolvido ao nível do mercado de trabalho, na oferta de cursos profissionais, dos estágios de jovens, de programas ocupacionais de âmbito local, entre outras medidas, destaca-se também a evolução de 7% da taxa de emprego num período relativamente reduzido (2014-2018) e uma diminuição de 25 pontos percentuais, entre 2008 e 2018, da taxa de abandono precoce de educação e formação da população jovem (18-24 anos), faltando ainda, porém, um caminho por percorrer nesta matéria.

17. QUESTÕES QUE AFETAM O DESEMPENHO DO PROGRAMA E MEDIDAS ADOTADAS – QUADRO DE DESEMPENHO (QD)

(Artigo 50.º, n.º 2 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

Da análise dos QD dos eixos do PO constata-se que, a quase totalidade dos eixos do PO cumprem as metas 2018 fixadas, de acordo com as regras definidas para o seu apuramento, com exceção do Eixo 4 (FEDER) e 11 (FSE).

Análise dos QD por Eixo - FEDER:

Eixo 1 - É composto por 2 indicadores de realização, respeitantes a projetos de I&D e a infraestruturas de investigação, 2 etapas de execução e 1 financeiro. Todos os indicadores cumprem os objetivos de 2018, inclusive o financeiro e a etapa de execução dos projetos de I&D ultrapassam o valor da meta, com % de 112 e 177. Em relação à meta 2023, é expetável o seu cumprimento, tendo em conta que em 2019, a totalidade dos aprovados é 44 e de se prever a realização de investimentos noutra infraestrutura de investigação.

Eixo 2 – É composto por 2 indicadores um de realização (serviços da administração pública) – e um financeiro. Observa-se a execução dos 2, segundo as regras definidas para o cumprimento das metas, de se situarem acima de 85% relativamente à meta. Em 2018, o de realização atinge 87,5% e o financeiro 98,5%. Para 2023, para além dos projetos já aprovados - 16 serviços públicos apoiados -, prevê-se a concretização de mais investimentos por parte dos organismos públicos.

Eixo 3 – É composto por 2 indicadores de realização (empresas apoiadas e projetos de promoção turística), 1 etapa de execução associada às empresas e o indicador financeiro. Todos os indicadores superam as metas para 2018, com taxas de execução de 283% no caso das empresas e de 500% no caso da promoção turística, ao passo que a execução das metas para 2023 é de 54% e 69%, respetivamente. A carteira de aprovações existentes, permite perspetivar o potencial cumprimento das metas para 2023.

Eixo 4 – É composto por um indicador de realização associado à PI 4.1, 1 etapa de execução e o financeiro. O atraso no arranque do eixo, como já explicitado, deve-se essencialmente a questões de redefinição de estratégias de investimento e à ausência de implementação de IF no âmbito da eficiência energética. Não obstante, é de ressaltar que no primeiro semestre de 2019 foi já aprovado um projeto na PI 4.1, que vai de encontro aos objetivos estabelecidos.

Eixo 5 – É composto por 3 indicadores de realização, 1 respeitante à PI 5.1 (instrumentos de planeamento e estudos), e 2 à PI 5.2 (população que beneficia de medidas contra inundações e infraestruturas de proteção civil) e o indicador financeiro. Todos os indicadores superam as metas para 2018, com taxas de execução de 180% para o indicador da PI 5.1, e de 172% e 150% para os indicadores da PI 5.2, respetivamente. Já quando se compara com as metas para 2023, as taxas de execução dos indicadores situam-se em 39% no caso da PI 5.1 e em 54% e 50% no caso dos indicadores da PI 5.2. O indicador financeiro atinge os 52%. Os investimentos previstos no quadro da programação regional e que poderão ser presentes a cofinanciamento do PO permitem estimar o cumprimento das metas para 2023, sendo no entanto previsível um ajustamento nas metas do indicador pertencente à PI 5.1.

Eixo 6 – É composto por 3 indicadores de realização respeitantes às temáticas das Águas, Cultura e Reabilitação Urbana e pelo indicador financeiro. Todos apresentam valores que atingem ou mesmo superam as metas fixadas para 2018. No que concerne à situação de potencial cumprimento da meta final, de referir que é expetável o seu cumprimento, por já se dispor de uma carteira de aprovações.

Eixo 7 – É composto por 2 indicadores de realização (navios e aerogares), 1 etapa de execução associada ao navio e o financeiro. Todos os indicadores cumprem as metas 2018, inclusive o respeitante às aerogares supera a meta 2018 fixada. Em relação à meta 2023, é expetável o seu cumprimento, tendo em conta as intenções de investimento previstas.

Eixo 9 – É composto por um indicador de realização, que combina investimentos em equipamentos sociais e de saúde, e pelo financeiro. Ambos superam, as metas de 2018 apresentando % de 193 e 167, respetivamente. Em termos da meta 2023, o de realização, em termos de projetos aprovados, já atingiu a meta definida, podendo inclusive superar pontualmente a meta. O indicador financeiro acompanhará o comportamento do de realização.

Eixo 10 – É composto por um indicador de realização, respeitante à capacidade das infraestruturas de educação, e o financeiro. De referir que ambos cumprem a meta 2018, com valores % de 86 e 187, respetivamente. Em termos de meta 2023, o comportamento do indicador de realização situa-se nos 64%, prevendo-se o seu cumprimento aliado às intenções de investimento previstas mapeamento.

Eixo 12 – É composto por 1 indicador de realização respeitante às obrigações de serviço público, uma etapa de execução e um financeiro. De salientar que todos os indicadores superam a meta 2018 e atingem os objetivos fixados para 2023.

Análise dos QD por Eixo Prioritário - FSE:

Eixo 8 – É composto por 3 indicadores de realização, sendo 2 associados à PI 8.1 e um associado à PI 8.4. Todos os indicadores superam as metas 2018, apresentando as % de 123, 140,2 e 107,9, respetivamente. De referir que em termos da

meta 2023, o comportamento dos de realização situa-se entre os 74% e os 99%, prevendo-se o seu cumprimento. Quanto ao financeiro, o mesmo supera a meta 2018 em 156,9 pp, e acompanhará o comportamento dos de realização para a meta 2023.

Eixo 9 – É composto por 2 indicadores de realização, sendo 1 associado à PI 9.1 e o outro à PI 9.4. Todos os indicadores superaram as metas 2018. De referir que em termos da meta 2023, os de realização apresentam um grau de aproximação às metas de 97% e 75%, sendo espetável o seu cumprimento. Quanto ao financeiro, o mesmo supera a meta 2018 em 276,7 pp, e acompanhará o comportamento dos de realização para a meta 2023.

Eixo 10 – É composto por 4 indicadores de realização, sendo que 2 estão associados à PI 10.1, um indicador associado à PI 10.3, e um indicador associado à PI 10.4. Com exceção do 1º indicador, que cumpre 91,2% da meta, todos os restantes superaram as metas 2018, apresentando % de 115, 114,2 e 123,5, respetivamente. Quanto ao financeiro, o mesmo supera a meta 2018 em 103,6 pp, e acompanhará o comportamento dos de realização para a meta 2023.

Eixo 11 – É composto por 1 indicador de realização, o qual supera a meta 2018 em 108,7 pp, e, pelos valores aprovados, espera-se a superação da meta 2023. Quanto ao financeiro, o mesmo não cumpre com a meta 2018. Para este facto contribui o atraso na operacionalização do eixo, que apenas ocorreu no final de 2018, devido, inicialmente a constrangimentos ao nível do SIFSE e posteriormente por opção de gestão, por não ser considerado prioritário face ao reduzido valor alocado e dada a urgência na operacionalização de outras PI. Verifica-se que houve um incorreto cálculo do seu valor padrão, originando uma sobreavaliação, por não haver histórico para este tipo de formação, tendo como consequência a impossibilidade do cumprimento do indicador financeiro.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AG	–	Autoridade de Gestão
CA	–	Comité de Acompanhamento
CE	–	Comissão Europeia
COM	–	Comissão Europeia
DRAIC	–	Direção Regional do Apoio ao Investimento e Competitividade
DREQP	–	Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional
FEEI	–	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
FEDER	–	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	–	Fundo Social Europeu
ICC	–	Indicador Comum Comunitário
I&D	–	Investigação e Desenvolvimento
I&I	–	Investigação e Inovação
INE	–	Instituto Nacional de Estatística
M€	–	Milhões de Euros
NUTS	–	Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OI	–	Organismo Intermédio
PI	–	Prioridade de Investimento
PIB	–	Produto Interno Bruto
PO	–	Programa Operacional
PT	–	Portugal
QREN	–	Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007-2013)
RAA	–	Região Autónoma dos Açores
RIS3	–	Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation
TIC	–	Tecnologias de Informação e Comunicação
TO	–	Tipologia de Operação
UE	–	União Europeia
VAB	–	Valor Acrescentado Bruto

ANEXOS

Quadro 1

Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Objetivo Específico	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	2018		2017		2016		2015		2014		Observações
									T	Total	Qualitativo	Total	Qualitativo	Total	Qualitativo	Total	Qualitativo	Total	Qualitativo	
1	1.1	1.1.1	R112	Investimento Público em I&D em % PIB	%	MD	0,3	2011	0,7-0,8			0,26		0,27		0,3		0,33		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018. De referenciar que os primeiros projetos de I&D foram aprovados no PO AÇORES 2020 no 2.º semestre de 2016.
1	1.2	1.1.2	R122	Despesas das empresas em I&D no VAB	%	MD	0,26	2012	0,4-0,6			0,23		0,23		0,35		0,48		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
2	2.3	2.3.1	R231	Indivíduos com idade entre os 16 e os 74 anos que preencheram e enviaram pela internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses no total de indivíduos	%	MD	20,4	2013	50-60	32,4		26,7		24,9		27,3		26,7		
3	3.1	3.1.1	R311	Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia e em serviços intensivos em conhecimento, no total de nascimentos	%	MD	1,3	2009-2011	2,0-2,5			1,74		1,75		1,47		1,4		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
3	3.2	3.2.1	R321	Valor de exportações no volume de negócios das PME	%	MD	2,9	2012 (p)	4,2-4,6			2,5		3		3,4		2,9		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
3	3.2	3.2.1	R322	Dormidas de estrangeiros na hotelaria regional	1000 dormidas	MD	739	2013	1.265			1.088		961		784		711		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
3	3.3	3.3.1	R331	PME com 10 ou mais pessoas ao serviços (CAE Ver. 3, B a H, J, K, M e Q) com atividades de inovação no total de empresas do inquérito comunitário à inovação	%	MD	48,1	2012	50%-52%					72,6		-		48,7		Não se encontra disponível o valor para o biênio 2016-2018.
3	3.4	3.4.1	R341	Participação do setor industrial, comércio e serviços na formação do valor acrescentado bruto regional	%	MD	46,0	2013	50-52			46,3		45,6		44,6		44,5		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
4	4.1	4.1.1	R413	Penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	%	MD	34,7	2013	50	39,2		36,6		33		34,8		36,2		Procedeu-se à atualização de valores dos anos anteriores, na sequência de informações fornecidas pela Dren/EDA
4	4.2	4.2.1	R422	Consumo de energia primária nas empresas	Tep/M€	MD	87	2012	81			61,75		74,09		80,62		89,41		Procedeu-se à atualização de valores dos anos anteriores, na sequência de informações fornecidas pela DGEG. Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
4	4.3	4.3.1	R431	Consumo de energia primária na administração regional e local	Tep	MD	23.100	2012	16.170			24083		24122		26221		24620,5		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
4	4.5	4.5.1	R4543E	Veículos elétricos	Nº	MD	74	2016	1094					74		-		-		Indicador incluído após reprogramação do PO. Não se encontram disponíveis os dados para o anos de 2017 e 2018.
5	5.1	5.1.1	R512	Território regional com instrumentos de identificação vulnerabilidades e riscos	%	MD	34	2013	100	47		44		34		34		34		
5	5.2	5.2.1	R521	Incremento da capacidade de resiliência em situação de exceção que envolva ameaça coletiva	%	MD	55	2013	90	66		64		64		55		55		
5	5.2	5.2.1	R523	Intervenção em linha de costa em situação de risco para proteção de pessoas e bens	%	MD	50	2013	93	67		58		55		50		50		

Quadro 1

Indicadores de resultados para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e objetivo específico) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do Objetivo Específico	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor de base	Ano de base	Valor alvo (2023)	2018		2017		2016		2015		2014		Observações
									T	Total	Qualitativo									
6	6.1	6.1.1	R612	Valorização dos resíduos urbanos	%	MD	23	2012	50	46		44		32		28		25		
6	6.2	6.2.1	R623	Qualidade da água distribuída para consumo humano	%	MD	96,8	2011	99			98,97		98,73		98,88		98,4		Não se encontra disponível o dado para o ano de 2018.
6	6.2	6.2.1	R624	Melhoria da qualidade das massas de água (% das massas de água que passou de qualidade "Inferior a boa" a "Boa a superior")	%	MD	78	2012	95	83		83		83		83		78		
6	6.3	6.3.1	R631	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros	milhares de dormidas	MD	1138	2013	1700-1800			1862		1.618		1.334		1.121		Ainda não se encontra disponível o valor para o ano de 2018.
6	6.4	6.4.1	R641	Melhoria do conhecimento sobre o estado de conservação e dos estatutos de ameaça de espécies e habitats (% de espécies e habitats com estado de conservação conhecido – valor de referência com base nos relatórios das diretivas Aves e habitats)	%	MD	4	2013	50	43		40		13		8		5		Procedeu-se à atualização do valor do ano 2017, na sequência de informações fornecidas pela SREAT - Direção Regional dos Ambiente.
6	6.5	6.5.1	R651	Aumento de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano	(1-10)	MD	0		» 2											Como a finalização das operações respeitantes à reabilitação urbana só ocorreu nos finais de 2018, a informação respeitante ao presente indicador de resultado só será apurada no decorrer do ano de 2019
7	7.2	7.2.1	R721	Redução de acidentes rodoviários	n.º	MD	2843	2012	2500	3360		3384		3.161		2.834		2.698		
7	7.3	7.3.1	R732	Passageiros movimentados nos portos da região	1000 passageiros	MD	463	2013	533	559		586		555		517		484		
9	9.7	9.7.1	R972	População beneficiada pelas intervenções em infraestruturas de saúde/sociais no total da população da RAA	%	MD	59	2013	100	91		91		91		59		59		
10	10.5	10.5.1	R1051	Taxa de cobertura da requalificação do ensino básico e secundário (% alunos)	%	MD	78	2013	94	83		82		79		78		78		
12	12.4	12.4.1	RRAA1	Movimento aéreo de passageiros inter-ilhas	000 pessoas	MD	834	2013	1351	1.371		1.292		1.184		1.005		887		

NOTAS:

(1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica.

(2) Na programação não foi prevista a repartição das metas dos indicadores por género pelo que só deve ser preenchida a coluna T = total.

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
8	8.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	126	51	75	0	0	0	39	55	9	12	1	3	0	0	2	5
8	8.1	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	2572	1295	1277	0	0	0	422	443	409	371	274	261	101	60	89	142
8	8.1	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	332	185	147	0	0	0	47	50	69	49	47	30	19	10	3	8
8	8.1	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	3468	1573	1895	0	0	0	511	524	464	596	340	331	172	268	86	176
8	8.1	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	314	228	86	0	0	0	0	0	52	22	58	24	68	22	50	18

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
8	8.3	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	10	10	0	0	0	0	0	0	3	0	3	0	1	0	3	0
8	8.3	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	305	220	85	0	0	0	30	12	50	20	54	23	59	20	27	10
8	8.3	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	19	0	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16	0	3
8	8.4	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	146	0	146	0	0	0	0	0	0	56	0	61	0	61	0	29
8	8.4	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
8	8.5	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	155	90	65	0	0	0	0	0	1	2	10	9	49	35	30	19
9	9.1	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	671	394	277	0	0	0	0	0	95	72	132	64	116	108	51	33
9	9.1	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	245	141	104	0	0	0	0	0	29	27	21	14	53	45	38	18
9	9.1	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	3584	1979	1605	0	0	0	726	690	903	701	246	144	87	44	17	26
9	9.1	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
9	9.4	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	2	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	3	3	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10	10.1	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	9	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	6
10	10.2	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	42	25	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	11	5	6
10	10.3	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	69	32	37	0	0	0	0	0	1	0	0	0	22	21	9	16
10	10.3	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	3417	2054	1363	0	0	0	0	0	4	3	66	81	1148	693	836	586
10	10.3	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	557	389	168	0	0	0	2	0	22	17	23	22	191	68	151	61
10	10.3	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	893	593	300	0	0	0	0	0	1	0	0	0	296	154	296	146
10	10.3	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	486	321	165	0	0	0	0	0	0	0	65	32	191	101	65	32
10	10.3	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
10	10.3	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.4	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	1346	741	605	0	0	0	15	11	74	43	145	112	226	174	281	265
10	10.4	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	24	17	7	0	0	0	1	0	2	1	1	3	3	1	10	2
10	10.4	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	1410	746	664	0	0	0	0	0	53	47	163	142	248	197	282	278
10	10.4	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	289	184	105	0	0	0	23	6	24	11	26	24	61	28	50	36
10	10.4	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
10	10.4	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	1021	540	481	0	0	0	55	42	85	83	197	158	203	198	0	0
11	10.4	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	10.4	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	10.4	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR01	Participantes inativos que procuram emprego uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 2A

Indicadores comuns de resultados para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região	Indicador de realização comum utilizado como base para a fixação de metas ⁽⁴⁾	Unidade de medida para o cenário de base e as metas	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)		2017 (Valor anual)		2016 (Valor anual)		2015 (Valor anual)		2014 (Valor anual)	
							T	H	M	T	H	M	T	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
11	11.2	CR02	Participantes que prosseguem estudos ou ações de formação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR04	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR05	Participantes desfavorecidos que procuram emprego, que prosseguem estudos ou ações de formação, que adquirem qualificações, que têm emprego, incluindo uma atividade por conta própria, uma vez terminada a participação	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR06	Participantes com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR07	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR08	Participantes com mais de 54 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CR09	Participantes desfavorecidos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação ⁽³⁾	MD			0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 2C

Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se for o caso) ⁽¹⁾⁽²⁾

Aplica-se igualmente ao eixo prioritário da Assistência Técnica. Para os indicadores específicos da IEJ não é necessária uma repartição por categoria de região

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida do indicador	Indicador de realizações usado como base para a definição das metas	Unidade de medida do cenário de base e as metas	Objetivo decrescente (Assinalar com "Sim" apenas quando for o caso)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução ⁽²⁾	2018				2017				2016				2015				2014			
									T	H	M	T	H	M		T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo
8	8.1	R811	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação nas ações de apoio à contratação	MD	%	O811	43		45	-	-	-	-	-	Valor anual	83,18	84,93	81,22		74,87	74,63	75,1		65,45	67,45	62,91		63,55	52,73	76,87		88,63	91,3	87,32	
															Valor cumulativo	74,96	73,52	74,4		71,65	69,86	73,49		69,06	66,18	72,15		73,92	64,1	82,25		88,63	91,3	87,32	
8	8.1	R815	Participantes jovens empregados 6 meses depois de terminada a participação num estágio profissional	MD	%	O816	47		50	-	-	-	-	-	Valor anual	82,59	70,33	80,09		75,33	67,92	79,32		47,33	47,09	47,47		43,78	48,3	41,77		32,75	33,33	32,5	
															Valor cumulativo	57,18	57,95	56,78		51,6	51,56	51,61		43,1	45,32	42,02		40,63	44,08	39,1		32,75	33,33	32,5	
8	8.3	R831	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio	MD	%	O831	54		60	-	-	-	-	-	Valor anual	100	100	100		98,77	98,25	100		96,63	95,52	100		100	100	100		0	0	0	
															Valor cumulativo	98,31	98,2	100		98,31	97,67	100		98,06	97,39	100		100	100	100		0	0	0	
8	8.4	R845	Mulheres empregadas 6 meses após o termo do período de apoio	MD	%	O845	30		40	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		42,11	0	42,11		35,67	0	35,67		33,72	0	33,72	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		37,44	0	37,44		35,02	0	35,02		33,72	0	33,72	
8	8.5	R858	Participantes empregados que mantêm o emprego 6 meses depois de terminada a participação na formação	MD	%	O857	80		90	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
8	8.5	R856	Participantes desempregados integrados no mercado de trabalho, 6 meses após a conclusão da formação	MD	%	O858	35		50	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
9	9.1	R917	Participantes em programas ocupacionais, empregados 6 meses após a conclusão da participação	MD	%	O9110	12,8		20	-	-	-	-	-	Valor anual	69,24	67,6	71,06		57,27	55,71	59,41		14,77	15,26	13,99		13,37	14,17	12,02		14,1	9,77	19,85	
															Valor cumulativo	40,86	38,84	43,65		32,23	31,16	33,81		14,37	14,58	14,02		13,54	13,2	14,08		14,1	9,77	19,85	
9	9.4	R945	Instituições que aumentaram a sua capacidade de acolher mais pessoas e de proporcionar tratamento especializado	MD	N.º	O944	4		7	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
9	9.5	R953	Participantes que concluem ações de capacitação das organizações da economia social com certificação	MD	%	O956	70		75	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
10	10.1	R1011	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 3	MD	%	O1011	59		30	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0	

Quadro 2C

Indicadores de resultados específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região, se for o caso) ⁽¹⁾⁽²⁾

Aplica-se igualmente ao eixo prioritário da Assistência Técnica. Para os indicadores específicos da IEJ não é necessária uma repartição por categoria de região

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida do indicador	Indicador de realizações usado como base para a definição das metas	Unidade de medida do cenário de base e as metas	Objetivo decrescente (Assinalar com "Sim" apenas quando for o caso)	Valor-alvo (2023)			Rácio de execução			Previsão / Execução ⁽²⁾	2018				2017				2016				2015				2014						
									T	H	M	T	H	M		T	H	M	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo	T	H	M	Valor qualitativo
10	10.1	R1012	Diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	MD	%	O1012	45		40	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0				
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0
10	10.2	R1023	Doutoramentos concluídos	MD	%	O1023	65		75	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0				
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0
10	10.3	R1031	Adultos certificados em cursos de certificação escolar e/ou profissional	MD	%	O1031	60		65	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0				
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0
10	10.4	R1041	Diplomados nos cursos de dupla certificação, de nível ISCED 3	MD	%	O1041	75		60	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		46,76	40,3	57,32		62,18	56,54	70,63		73,71	70,89	77,56		74,07	67,63	82,01				
															Valor cumulativo	0	0	0		68,7	63,22	76,16		71,47	66,36	78,26		73,91	69,11	80,1		74,07	67,63	82,01				
10	10.4	R1042	Diplomados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	MD	%	O1042	75		80	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0				
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0
11	11.1	R1111	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	MD	%	O1111	74,9		80-90	-	-	-	-	-	Valor anual	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0				
															Valor cumulativo	0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0		0	0	0

NOTAS:

(1) No caso do PO ISE, incluir dados estruturados exigidos para o relatório sobre a IEJ, em conformidade com o artigo 19.º, n.º 3, e o anexo II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013.

(2) Tanto os valores anuais como cumulativos são obrigatórios. Caso o valor anual não possa ser fornecido (p. ex., porque as percentagens são comunicadas e o denominador é zero), deve indicar-se n. d. Os valores cumulativos dos indicadores expressos em números absolutos e percentagens em relação aos indicadores de realizações de referência são calculados automaticamente.

Quadro 3A

Indicadores de realização comuns e específicos dos programas para o FEDER e o Fundo de Coesão (por eixo prioritário e prioridade de investimento, repartidos por categoria de região para o FEDER ⁽¹⁾⁽²⁾)

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
1	1.1	CO25	Investigadores a trabalhar em infraestruturas de investigação melhoradas	N.º	MD	75			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	54			34			34			0			0			0
1	1.1	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	MD	50			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	39			22			22			0			0			0
1	1.2	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	12			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	11			6			0			0			0			0
1	1.2	CO02	Empresas que beneficiam de subvenções	N.º	MD	12			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	11			6			0			0			0			0
1	1.2	CO06	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	€	MD	960000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	504.633			307.387			0			0			0			0
1	1.2	CO08	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETI	MD	6			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	16			12			0			0			0			0
1	1.2	CO26	Empresas em cooperação com instituições de investigação	N.º	MD	20			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	11			6			0			0			0			0
1	1.2	O125	Infraestruturas de investigação e Inovação apoiadas	N.º	MD	2			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	1			1			0			0			0			0

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
2	2.3	O231	Projetos apoiados de disponibilização online de serviços públicos	N.º	MD	10			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	8			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	19			7			1			0			0			0
2	2.3	O232	Serviços da Administração Pública apoiados	N.º	MD	26			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	7			3			1			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	16			9			2			0			0			0
3	3.1	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	325			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	186			168			11			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	244			234			239			227			0			0
3	3.1	CO02	Empresas que beneficiam de subvenções	N.º	MD	325			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	186			168			11			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	244			234			239			227			0			0
3	3.1	CO03	Empresas que beneficiam de apoio financeiro, com exceção de subvenções	N.º	MD	163			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			As operações selecionadas não contribuem diretamente para a contabilização do indicador de realização.
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			0
3	3.1	CO05	Novas empresas apoiadas	N.º	MD	325			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	181			168			11			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	239			234			239			227			0			0

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
3	3.1	CO08	Aumento do emprego em empresas apoiadas(CO8)	ETI	MD	525			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	193			89			16			0			0			<p>Procedeu-se à correção dos valores dos anos 2016 e 2017, por se terem detetado incorreções na introdução de dados. Por lapso, a contabilização do trabalho a tempo parcial estava a ser contabilizado por inteiro, em vez de ETI.</p> <p>Procedeu-se à correção dos valores dos anos 2015, 2016 e 2017, por se terem detetado incorreções na introdução de dados. Por lapso, a contabilização do trabalho a tempo parcial estava a ser contabilizado por inteiro, em vez de ETI.</p>
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	485			420			387			265			0			
3	3.1	O312	Projetos de ações de capacitação para o empreendedorismo	N.º	MD	20			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	6			3			1			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	10			8			3			0			0			0
3	3.2	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	30			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	7			6			0			0			0			0
3	3.2	CO02	Empresas que beneficiam de subvenções	N.º	MD	30			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	7			6			0			0			0			0
3	3.2	CO06	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	€	MD	2.025.000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	187.340			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	859.842			493.672			0			0			0			0
3	3.2	CO08	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETI	MD	25			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	4			0			0			0			0			0

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M				
3	3.2	O322	Projetos de promoção turística	N.º	MD	73			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	50			27			16			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	72			43			24			16			0			
3	3.3	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	35			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	9			6			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	18			18			15			4			0			
3	3.3	CO02	Empresas que beneficiam de subvenções	N.º	MD	35			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	9			6			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	18			18			15			4			0			
3	3.3	CO06	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	€	MD	10.500.000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1.273.289			653.194			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	2.604.242			1.895.154			1552311			376924			0			
3	3.3	CO08	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETI	MD	30			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	8			0			0			0			0			Procedeu-se à correção dos valores dos anos 2017, por se terem detetado incorreções na introdução de dados. Por lapso, a contabilização do trabalho a tempo parcial estava a ser contabilizado por inteiro, em vez de ETI.
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	21			18			7			0			0			
3	3.3	CO29	PME apoiadas para introduzirem produtos novos na empresa	N.º	MD	20			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	5			2			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	10			4			0			0			0			

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
3	3.3	O334	Infraestruturas de apoio às micro e pequenas e médias empresas	N.º	MD	10			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	2			2			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	9			6			0			0			0			
3	3.4	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	695			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	215			97			15			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	452			367			252			116			0			
3	3.4	CO02	Empresas que beneficiam de subvenções	N.º	MD	695			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	215			97			15			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	452			367			252			116			0			
3	3.4	CO06	Investimento privado paralelo ao apoio público às empresas (subvenções)	€	MD	188.570.000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	34.494.471			14.850.586			489.111			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	131.756.698			86.510.044			46.795.659			19433101			0			
3	3.4	CO08	Aumento do emprego em empresas apoiadas	ETI	MD	2050			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	499			152			17			0			0			<i>Procedeu-se à correção dos valores dos anos 2016 e 2017, por se terem detetado incorreções na introdução de dados. Por lapso, a contabilização do trabalho a tempo parcial estava a ser contabilizado por inteiro, em vez de ETI.</i>
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	1453			722			512			296			0			<i>Procedeu-se à correção dos valores dos anos 2015, 2016 e 2017, por se terem detetado incorreções na introdução de dados. Por lapso, a contabilização do trabalho a tempo parcial estava a ser contabilizado por inteiro, em vez de ETI.</i>

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
4	4.1	CO30	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	MW	MD	8			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			Sem aprovações a 31.12.2018
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.1	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa	TonCO2 equivalente	MD	30030			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.2	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	MD	12			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			Sem aprovações a 31.12.2018
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.2	O421	Empresas com consumo de energia melhorado	N.º	MD	12			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			Sem aprovações a 31.12.2018
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.3	CO32	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	KWh/ano	MD	10.852.942			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			Sem aprovações a 31.12.2018
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.3	CO34	Redução das emissões de gases com efeito de estufa	TonCO2 equivalente	MD	1563			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	11			11			11			0			0			
4	4.5	O451	Pontos de carregamento da rede de mobilidade elétrica	N.º	MD	26			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			Sem aprovações a 31.12.2018
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	0			0			0			0			0			
4	4.5	O456	Vias dedicadas às mobilidades suaves ou à redução de emissões de carbono	km	MD	66,04			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	30,7			0			0			0			0			

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
5	5.1	O512	Instrumentos de planeamento e estudos desenvolvidos relacionados com a identificação de vulnerabilidades, prevenção de riscos e adaptação aos impactos das alterações climáticas	N.º	MD	23			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	9			7			1			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	22			15			12			1			0			
5	5.2	CO20	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	N.º	MD	31388			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	16.984			6.696			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	24.533			24.533			23.273			16.594			0			
5	5.2	O521	Extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	Km	MD	9,75			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	5,63			1,24			0,63			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	7,14			7,14			4,89			0,19			0			
5	5.2	O524	Infraestruturas de proteção civil apoiadas	N.º	MD	6			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	3			1			1			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	4			4			4			1			0			
6	6.1	O612	Concelhos abrangidos por recolha seletiva de resíduos urbanos	N.º	MD	15			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	3			3			1			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	5			5			3			0			0			
6	6.2	CO18	População adicional servida pelas melhorias do sistema de abastecimento de água	N.º	MD	66093			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	21.130			6.735			423			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	55.353			55.353			50.265			0			0			
6	6.2	CO19	População adicional servida pelas melhorias do sistema de tratamento de águas residuais	Equivalente de população	MD	24000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1.995			1.704			129			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	10.933			10.933			1.995			0			0			
6	6.3	CO09	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios de património cultural e natural e atrações que beneficiam do apoio	visitas/ano	MD	88517			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	30.306			10.306			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	56.017			50.510			41500			0			0			

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
6	6.4	CO23	Superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação	hectares	MD	45500			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	12679			12679			12622			0			0			0
6	6.5	CO38	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	m2	MD	116224			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	44.686			4.900			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	135.701			68.090			0			0			0			0
6	6.5	CO39	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	m2	MD	8403			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1150			620			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	7.325			5.942			506			0			0			0
7	7.2	O721	Rodovias regionais intervencionadas	Km	MD	97			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	72,84			70,65			62,13			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	78,39			76,39			64,55			42,17			0			0
7	7.3	O732	Navios adquiridos	N.º	MD	1			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	1			0			0			0			0			0
7	7.3	O733	Aerogares intervencionadas	N.º	MD	5			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	3			2			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	4			4			3			0			0			0
9	9.7	O971	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	N.º	MD	42			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	25			15			8			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	42			39			27			12			0			0
9	9.7	CO36	População abrangida pelos serviços de saúde melhorados	N.º	MD	170000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	125.246			125.246			125.246			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	125.246			125.246			125.246			68809			0			0
10	10.5	CO35	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	N.º	MD	7300			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	1878			720			600			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	4664			3619			3330			1820			0			0
12	12.4	ORAA1	Contratos de obrigações de serviço público apoiados	N.º	MD	2			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	2			2			2			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	2			2			2			2			0			0

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador	Unidade de medida	Categoria de região (se aplicável)	Valor alvo (2023) ⁽³⁾			Previsão / Execução	2018			2017			2016			2015			2014			Observações
						T	H	M		T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
13		OAT1	Ações de acompanhamento	N.º	MD	1000			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	104			104			14			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	215			155			125			75			0			
13		OAT7	Estudos e Avaliações	N.º	MD	6			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	0			0			0			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	1			0			0			1			0			
13		OAT23	Trabalhadores com salários cofinanciados pela AT	N.º	MD	60			F - Valor cumulativo - Realizações executadas por operações (execução efetiva)	53			53			41			0			0			
									S - Valor cumulativo - Operações selecionadas (4)	60			60			54			20			0			

NOTAS:

- (1) Aplica-se igualmente aos eixos prioritários da Assistência Técnica.
- (2) A repartição por género só deve ser utilizada nos campos relevantes se tiver sido incluída no quadro 5 ou 13 do PO. Caso contrário, utilize T = total.
- (3) As metas são facultativas para os eixos prioritários da Assistência Técnica.
- (4) Valor cumulativo - operações aprovadas (previsão fornecida pelos beneficiários).
- (5) Valor cumulativo - operações plenamente executadas (execução efetiva).

Quadro 3B**Número de empresas apoiadas pelo programa operacional excluindo apoios múltiplos concedidos às mesmas empresas**

ID do indicador	Indicador	Número de empresas apoiadas pelo PO sem apoios múltiplos
CO01	Investimento Produtivo: Número de empresas que beneficiam de apoio	408
CO02	Investimento Produtivo: Número de empresas que beneficiam de subvenções	408
CO03	Investimento Produtivo: Número de empresas que beneficiam de apoio financeiro, excluindo subvenções	0
CO04	Investimento Produtivo: Número de empresas que beneficiam de apoio não financeiro ⁽¹⁾	0
CO05	Investimento Produtivo: Número de novas empresas apoiadas	181

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
8	8.1	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	8.232	3.530	4.702	0	0	0	1.339	552	787	2.294	995	1.299	1.361	671	690	1.418	621	797	1.820	691	1.129
8	8.1	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	1.832	924	908	0	0	0	332	165	167	252	117	135	444	233	211	349	184	165	455	225	230
8	8.1	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	3.927	1.382	2.545	0	0	0	1.096	448	648	946	343	603	493	203	290	564	157	407	828	231	597
8	8.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	80	51	29	0	0	0	26	0	0	0	17	9	27	16	11	15	11	4	12	7	5
8	8.1	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	80	51	29	0	0	0	26	0	0	0	17	9	27	16	11	15	11	4	12	7	5
8	8.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	1.780	1.104	676	0	0	0	338	0	0	183	321	200	539	344	195	408	249	159	312	190	122
8	8.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	2.127	906	1.221	0	0	0	802	362	440	513	230	283	320	121	199	257	101	156	235	92	143
8	8.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	4.257	1.465	2.792	0	0	0	537	190	347	1.241	432	809	482	189	293	734	254	480	1.263	400	863
8	8.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
8	8.1	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	590	323	267	0	0	0	0	0	0	0	186	88	98	162	92	70	131	83	48	111	60	51
8	8.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	2.710	1.099	1.611	0	0	0	376	172	204	732	264	468	419	197	222	495	213	282	688	253	435	
8	8.1	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.1	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.1	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.1	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.1	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
Total global de participantes ⁽³⁾					0			8.232			0			1.339			2.294			1.361			1.418			1.820			
8	8.2	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
8	8.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.2	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.2	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.2	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.2	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.3	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	314	228	86	0	0	0	0	0	0	74	52	22	75	54	21	84	62	22	81	60	21
8	8.3	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.3	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	58	44	14	0	0	0	0	0	0	19	14	5	10	10	0	13	8	5	16	12	4
8	8.3	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
8	8.3	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	3	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	1	
8	8.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	12	11	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	4	0	4	4	0	3	3	
8	8.3	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	12	11	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4	4	0	4	4	0	3	3	
8	8.3	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	207	155	52	0	0	0	0	0	0	50	36	14	47	35	12	54	41	13	56	43	
8	8.3	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	62	38	24	0	0	0	0	0	0	16	9	7	19	12	7	14	9	5	13		
8	8.3	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	39	29	10	0	0	0	0	0	0	7	6	1	7	5	2	16	12	4	9		
8	8.3	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	10	10	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	3	3	0	0	0	0	4	4	
8	8.3	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
8	8.3	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	106	66	40	0	0	0	0	0	0	28	18	10	26	12	14	23	15	8	29	21	8	
8	8.3	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.3	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0		0		0		0		0		0		0		0	
8	8.3	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0		0		0		0		0		0		0		0	
8	8.3	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0		0		0		0		0		0		0		0	
8	8.3	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0		0		0		0		0		0		0		0	
Total global de participantes ⁽³⁾						0			314			0			0		74		75		84				81				
8	8.4	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	410	0	410	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	162	248	0	248
8	8.4	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	80	0	80	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28	0	28	52	0	52	
8	8.4	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	74	0	74	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	24	50	0	50	
8	8.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
8	8.4	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
8	8.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	180	0	180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77	0	77	103	0	103	
8	8.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	164	0	164	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	0	61	103	0	103	
8	8.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	66	0	66	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	24	42	0	42	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
8	8.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	27	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	10	17	0	17
8	8.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.4	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	99	0	99	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	35	0	35	64	0	64
8	8.4	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.4	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.4	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.4	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
8	8.4	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
Total global de participantes ⁽³⁾					0			410			0			0			0			0			162			248			
8	8.5	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)									
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M							
8	8.5	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.5	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
8	8.5	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0				0			0			0			0			0			0		
8	8.5	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0				0			0			0			0			0			0		
8	8.5	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0				0			0			0			0			0			0		
8	8.5	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0				0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0				0			0			0			0			0			0		
8	8.7	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)											
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M									
8	8.7	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
8	8.7	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
8	8.7	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.7	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.7	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.7	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
8	8.7	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
8	8.7	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.7	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.7	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.7	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0		
8	8.7	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.1	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	9.798	5.706	4.092	0	0	0	0	0	0	1.154	670	484	2.238	####	1.044	2.876	1.698	1.178	3.530	2.144	1.386									
9	9.1	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	4.231	2.402	1.829	0	0	0	0	0	0	402	215	187	740	380	360	1.065	589	476	2.024	1.218	806									
9	9.1	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)							
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M					
9	9.1	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	1.810	1.048	762	0	0	0	0	0	0	95	58	37	497	278	219	623	367	256	595	345	250					
9	9.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	635	480	155	0	0	0	0	0	0	160	106	54	125	88	37	135	100	35	215	186	29					
9	9.1	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	635	480	155	0	0	0	0	0	0	160	106	54	125	88	37	135	100	35	215	186	29					
9	9.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	6.442	4.084	2.358	0	0	0	0	0	0	888	511	377	1.340	819	521	1.741	1.132	609	2.473	1.622	851					
9	9.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	1.894	780	1.114	0	0	0	0	0	0	110	42	68	565	212	353	658	311	347	561	215	346					
9	9.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	643	194	449	0	0	0	0	0	0	7	2	5	178	46	132	273	89	184	185	57	128					
9	9.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	2.606	1.626	980	0	0	0	0	0	0	451	272	179	427	254	173	514	327	187	1.214	773	441					
9	9.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	4.470	2.439	2.031	0	0	0	0	0	0	626	347	279	972	535	437	1.288	707	581	1.584	850	734					
9	9.1	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
9	9.1	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.1	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.1	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.1	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			9.798			0			0			1.154			2.238			2.876			3.530		
9	9.3	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
9	9.3	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.3	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.3	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.3	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.3	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.4	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)								
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M						
9	9.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9	9.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9	9.4	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9	9.4	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
9	9.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.4	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
9	9.4	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.4	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.4	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0			0			0			0			0			0			0		
9	9.5	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
9	9.5	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
9	9.5	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total global de participantes ⁽³⁾					0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	801	458	343	0	0	0	801	458	343	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	89	40	49	0	0	0	89	40	49	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	799	458	341	0	0	0	799	458	341	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)															
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M													
10	10.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0							
10	10.1	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
10	10.1	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0					
10	10.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	790	454	336	0	0	0	790	454	336	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
10	10.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
10	10.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	11	4	7	0	0	0	11	4	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
10	10.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
10	10.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	153	89	64	0	0	0	153	89	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.1	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0						
10	10.1	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0						

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
10	10.1	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
10	10.1	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			801			0			801			0			0			0			0		
10	10.2	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	124	49	75	0	0	0	6	2	4	14	4	10	16	9	7	0	0	0	88	34	54
10	10.2	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	124	49	75	0	0	0	6	2	4	0	4	10	16	9	7	0	0	0	88	34	54
10	10.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	
10	10.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	124	49	75	0	0	0	6	2	4	14	4	10	16	9	7	0	0	0	88	34	54
10	10.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
10	10.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	25	7	18	0	0	0	2	0	2	0	2	7	2	1	1	0	0	0	12	4	8
10	10.2	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.2	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0				0			0			0			0			0			0	
10	10.2	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0				0			0			0			0			0			0	
10	10.2	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0				0			0			0			0			0			0	
10	10.2	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0				0			0			0			0			0			0	
Total global de participantes ⁽³⁾					0			124				0			6			14			16			0			88	
10	10.3	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	6.800	4.154	2.646	0	0	0	0	0	0	434	224	210	3	3	0	2.483	1.506	977	3.880	2.421	1.459
10	10.3	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	2.026	1.248	778	0	0	0	0	0	0	175	89	86	2	2	0	556	350	206	1.293	807	486
10	10.3	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	202	119	83	0	0	0	0	0	0	0	0	20	14	6	89	56	33	93	49	44	
10	10.3	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	126	79	47	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	89	56	33	37	23	14	
10	10.3	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.3	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	39	23	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	6	11	22	17	5	
10	10.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	1.047	619	428	0	0	0	0	0	0	123	65	58	0	0	0	339	203	136	585	351	234
10	10.3	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
10	10.3	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
10	10.3	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0		
Total global de participantes ⁽³⁾					0			7.041			0			0			434			23			2.589			3.995		
10	10.4	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	112	69	43	0	0	0	0	0	0	19	12	7	30	22	8	30	15	15	33	20	13
10	10.4	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	10	7	3	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	7	4	3
10	10.4	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	5.979	3.423	2.556	0	0	0	1	0	1	761	418	343	1.463	813	650	921	547	374	2.833	1.645	1.188
10	10.4	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	3.514	1.969	1.545	0	0	0	0	0	0	260	210	825	451	374	514	267	247	1.705	991	714	
10	10.4	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	
10	10.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	5.978	3.427	2.551	0	0	0	1	0	1	430	349	1.469	815	654	944	557	387	2.785	1.625	1.160	
10	10.4	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	6.002	3.409	2.593	0	0	0	1	0	1	779	430	349	1.449	793	656	908	522	386	2.865	1.664	1.201
10	10.4	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	92	86	6	0	0	0	0	0	0	0	1	44	42	2	46	43	3	1	1	0	
10	10.4	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
10	10.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)										
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M								
10	10.4	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
10	10.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
10	10.4	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
10	10.4	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	6	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	3	2	0			
10	10.4	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	1.922	1.118	804	0	0	0	1	0	1	202	92	110	472	276	196	307	189	118	940	561	379	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
10	10.4	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0										
10	10.4	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0										
10	10.4	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0										
10	10.4	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0										
Total global de participantes ⁽³⁾					0			6.094			0			1			780			1.493			954			2.866										
11	11.1	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	401	116	285	0	0	0	401	116	285	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	5	3	2	0	0	0	5	3	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)													
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M											
11	11.1	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	62	10	52	0	0	0	62	10	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
11	11.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	33	5	28	0	0	0	33	5	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	136	28	108	0	0	0	136	28	108	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
11	11.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	232	83	149	0	0	0	232	83	149	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
11	11.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	109	35	74	0	0	0	109	35	74	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.1	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0				
11	11.1	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			0			0			0				

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)			
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	
11	11.1	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
11	11.1	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0			0			
Total global de participantes ⁽³⁾						401			0			401			0			0			0			0			0		
11	11.2	CO01	Desempregados (FSE), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO01	Desempregados (IEJ), incluindo desempregados de longa duração	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO02	Desempregados de longa duração (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO02	Desempregados de longa duração (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO03	Inativos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO03	Inativos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO04	Inativos que não seguem estudos nem ações de formação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO06	Com menos de 25 anos de idade (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO07	Com mais de 54 anos de idade	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO08	Pessoas com mais de 54 anos de idade, que estejam desempregadas, incluindo desempregados de longa duração ou inativos que não seguem estudos nem ações de formação	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO09	Pessoas que completaram o ensino primário (CITE 1) ou o ensino básico (CITE 2) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO10	Pessoas que completaram o ensino secundário (CITE 3) ou estudos pós-secundários (CITE 4) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO11	Pessoas com um diploma do ensino superior (CITE 5 a 8) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO12	Participantes que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO13	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares sem emprego (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
11	11.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Quadro 4A

Indicadores comuns de realização para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾

Para a IEJ não é necessária a repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Valor-alvo (2023) (Repartição por género facultativa para a meta)			Valor cumulativo			Rácio de execução (Repartição por género facultativa)			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)					
					T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M			
11	11.2	CO14	Participantes com filhos a cargo que vivem em agregados familiares com um só adulto (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO15	Migrantes, pessoas de origem estrangeira, minorias (incluindo comunidades marginalizadas como os ciganos) (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO16	Participantes com deficiência (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO16	Participantes com deficiência (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO17	Outros grupos desfavorecidos (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO18	Pessoas sem-abrigo ou afetadas por exclusão na habitação (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO19	Pessoas de zonas rurais ⁽²⁾ (FSE)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO19	Pessoas de zonas rurais (IEJ)	MD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
11	11.2	CO20	Número de projetos total ou parcialmente executados por parceiros sociais ou ONG	MD	0			0			0			0			0			0			0			0					
11	11.2	CO21	Número de projetos destinados a aumentar a participação e a evolução das mulheres no emprego	MD	0			0			0			0			0			0			0								
11	11.2	CO22	Número de projetos consagrados à administração pública ou aos serviços públicos aos níveis nacional, regional e local	MD	0			0			0			0			0			0			0								
11	11.2	CO23	Número de micro, pequenas e médias empresas apoiadas (incluindo cooperativas e empresas da economia social)	MD	0			0			0			0			0			0			0								
Total global de participantes ⁽³⁾					0			0			0			0			0			0			0								

Quadro 4B

Indicadores de realização específicos dos programas para o FSE (por eixo prioritário, prioridade de investimento e categoria de região) ⁽¹⁾⁽²⁾

Para a IEJ não é necessária uma repartição por categoria de região.

ID do Eixo Prioritário	ID da Prioridade de Investim.	ID do indicador	Indicador (Designação do indicador)	Categoria de região (se aplicável)	Unidade de medida	Valor-alvo (2023)			Valor cumulativo			Rácio de execução			2018 (Valor anual)			2017 (Valor anual)			2016 (Valor anual)			2015 (Valor anual)			2014 (Valor anual)		
						T	H	M	T	H	M	H	M	T	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M
8	8.1	O811	Participantes desempregados que beneficiam dos apoios à contratação	MD	nº	5 500	0	0	3 814	1 911	1 903	0	0	0	2	1	1	1 333	660	673	952	508	444	789	404	385	738	338	400
8	8.1	O816	Participantes jovens que beneficiam dos estágios profissionais	MD	nº	6 500	0	0	4 206	1 549	2 657	0	0	0	1 337	551	786	576	197	379	582	231	351	629	217	412	1 082	353	729
8	8.3	O831	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	MD	nº	450	0	0	314	228	86	0	0	0	0	0	0	74	52	22	75	54	21	84	62	22	81	60	21
8	8.4	O845	Mulheres participantes em apoios à proteção à maternidade	MD	nº	700	0	700	410	0	410	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	0	162	248	0	248
8	8.5	O857	Participações de empregados em unidades de formação de curta duração	MD	nº	18 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8	8.5	O858	Participações de desempregados em unidades de formação de curta duração	MD	nº	1 350	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.1	O9110	Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	MD	nº	9 000	0	0	8 752	5 083	3 669	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 345	1 240	1 105	2 876	1 698	1 178	3 531	2 145	1 386
9	9.4	O944	Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiadas	MD	nº	8	0	0	6	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9	9.5	O956	Participações em ações de capacitação das organizações da economia social	MD	nº	190	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	O1011	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD3	MD	nº	500	0	0	456	255	201	0	0	0	456	255	201	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.1	O1012	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCD2	MD	nº	700	0	0	345	203	142	0	0	0	345	203	142	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
10	10.2	O1023	Bolseiros de doutoramento apoiados	MD	nº	65	0	0	79	32	47	0	0	0	0	0	0	8	2	6	16	9	7	0	0	0	55	21	34
10	10.3	O1031	Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	MD	nº	4 000	0	0	3 198	1 895	1 303	0	0	0	0	0	0	8	5	3	1	1	0	1 188	723	465	2 001	1 166	835
10	10.4	O1041	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	MD	nº	6 100	0	0	5 311	2 999	2 312	0	0	0	0	0	0	768	423	345	859	452	407	825	466	359	2 859	1 658	1 201
10	10.4	O1042	Jovens apoiados em cursos de nível ISCED 4 (CET)	MD	nº	500	0	0	87	85	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	43	42	1	44	43	1	0	0	0
11	11.1	O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	MD	nº	600	0	0	435	130	305	0	0	0	435	130	305	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 5

Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental da execução, indicador financeiro, de realização ou, se for caso disso, de resultados)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			Previsão / Execução	2018 (Valor cumulativo)			2018 (Anual)			2017 (Valor cumulativo)	2016 (Valor cumulativo)	2015 (Valor cumulativo)	2014 (Valor cumulativo)	Observações (se necessário)	
							H	M	T	H	M	T		T	H	M	T	T	T	T	T	T			
																							T		H
1	Realização	O111	Projetos de I&D apoiados	N.º	FEDER	MD			0			50	Valor cumulativo	0			0			0	0	0	0		
1	Principal etapa de execução	k111	Projetos de I&D apoiados (Contratados)	N.º	FEDER	MD			22			50	Valor cumulativo	39			17			22	22	0	0		
1	Realização	O125	Infraestruturas de investigação e inovação apoiadas	N.º	FEDER	MD			0			2	Valor cumulativo	0			0			0	0	0	0		
1	Principal etapa de execução	K125	Infraestruturas de investigação e inovação apoiadas	N.º	FEDER	MD			1			2	Valor cumulativo	1			0			1	0	0	0		
1	Financeiro	F12	Despesa certificada	€	FEDER	MD			8.651.794			41.747.968	Valor cumulativo	9.672.344,95			4.699.535,47			4.972.809,48	0	0	0	0	De acordo com as orientações da CE (COESIF_18-0010-00-EN) para o indicador financeiro são consideradas as despesas certificadas pela Autoridade de Certificação e incluídas nos pedidos de pagamento, em conformidade com o Artigo 126(a) do Regulamento Geral, que correspondam a despesas incorridas e pagas pelos beneficiários até final de 2018. Assim, e relevando apenas para este efeito as despesas incluindo nos pedidos de pagamento, nenhum ajuste efetuado nas Contas Anuais deve ser levado em consideração. Face ao exposto as diferenças existentes entre o Quadro 5 e 6 têm justificação no facto de os dados comunicados no quadro 6 (Total elegível declarada pelos beneficiários e validados pela AG) incluírem ajustes à despesa comunicadas no âmbito da prestação de contas (vg. correções resultantes de auditorias).
2	Realização	O232	Serviços da Administração Pública apoiados	N.º	FEDER	MD			8			26	Valor cumulativo	7			4			3	1	0	0		
2	Financeiro	F22	Despesa certificada	€	FEDER	MD			3.858.566			21.411.766	Valor cumulativo	3.799.272,44			3.070.700,44			728.572	0	0	0		
3	Realização	CO01	Empresas que beneficiam do apoio	N.º	FEDER	MD			144			760	Valor cumulativo	408			137			271	26	0	0	Metas estimadas em 2013, em ambiente com alguns aspectos recessivos. Apartir de 2014/2015, resposta muito positivas por parte das empresas.	
3	Principal etapa de execução	k3994	Empresas que beneficiam do apoio (contratado)	N.º	FEDER	MD			432			760	Valor cumulativo	715			90			625	506	0	0	Metas estimadas em 2013, em ambiente com alguns aspectos recessivos. Apartir de 2014/2015, resposta muito positivas por parte das empresas.	
3	Realização	O322	Projetos de promoção turística	N.º	FEDER	MD			10			73	Valor cumulativo	50			23			27	16	0	0	Metas estimadas em 2013, em ambiente com alguns aspectos recessivos. Apartir de 2014/2015, resposta muito positivas por parte das entidades promotoras.	

Quadro 5

Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental da execução, indicador financeiro, de realização ou, se for caso disso, de resultados)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			Previsão / Execução	2018 (Valor cumulativo)			2018 (Anual)			2017 (Valor cumulativo)	2016 (Valor cumulativo)	2015 (Valor cumulativo)	2014 (Valor cumulativo)	Observações (se necessário)	
							H	M	T	H	M	T		T	H	M									
																	T	T	T						
3	Financeiro	F32	Despesa certificada	€	FEDER	MD			91.908.289			377.959.223	Valor cumulativo	180.731.149,84			97.080.932,23			83.650.217,61	40.457.623,25	0	0	Metas estimadas em 2013, em ambiente com alguns aspectos recessivos. Apartir de 2014/2015, resposta muito positivas por parte das entidades promotoras.	
4	Realização	CO30	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis	N.º	FEDER	MD			0			8	Valor cumulativo	0			0			0	0	0	0	0	Arranque de projeto estratégico em 2019
4	Realização	K411	Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (contratado)	N.º	FEDER	MD			3,6			8	Valor cumulativo	0			0			0	0	0	0	0	Arranque de projeto estratégico em 2019
4	Financeiro	F42	Despesa certificada	€	FEDER	MD			8.536.025			58.234.566	Valor cumulativo	511.518,84			429.381,38			82137,46	82.137,46	0	0	0	Arranque de projeto estratégico em 2019
5	Realização	O512	Instrumentos de planeamento e estudos desenvolvidos relacionados com a identificação de vulnerabilidades, prevenção de riscos e adaptação aos impactos das alterações climáticas	N.º	FEDER	MD			5			23	Valor cumulativo	9			2			7	1	0	0	0	Resposta muito positiva por parte dos municípios.
5	Realização	CO20	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	N.º	FEDER	MD			9900			31388	Valor cumulativo	16.984			10288			6696	0	0	0	0	Intervenção mais alargada na correção de Ribeiras
5	Realização	O524	Infraestruturas de proteção civil apoiadas	N.º	FEDER	MD			2			6	Valor cumulativo	3			2			1	1	0	0	0	
5	Financeiro	F52	Despesa certificada	€	FEDER	MD			12.102.690			52.705.883	Valor cumulativo	27.686.051,43			11.421.801,81			16.264.249,62	6.689.640,69	0	0	0	De acordo com as orientações da CE (COESIF_18-0010-00-EN) para o indicador financeiro são consideradas as despesas certificadas pela Autoridade de Certificação e incluídas nos pedidos de pagamento, em conformidade com o Artigo 126(a) do Regulamento Geral, que correspondam a despesas incorridas e pagas pelos beneficiários até final de 2018. Assim, e relevando apenas para este efeito as despesas incluindo nos pedidos de pagamento, nenhum ajuste efetuado nas Contas Anuais deve ser levado em consideração. Face ao exposto as diferenças existentes entre o Quadro 5 e 6 têm justificação no facto de os dados comunicados no quadro 6 (Total elegível declarada pelos beneficiários e validados pela AG) incluírem ajustes à despesa comunicadas no âmbito da prestação de contas (vg. correções resultantes de auditorias).

Quadro 5

Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental da execução, indicador financeiro, de realização ou, se for caso disso, de resultados)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			Previsão / Execução	2018 (Valor cumulativo)			2018 (Anual)			2017 (Valor cumulativo)	2016 (Valor cumulativo)	2015 (Valor cumulativo)	2014 (Valor cumulativo)	Observações (se necessário)	
							H	M	T	H	M	T		T	H	M	T	T	T	T	T				
																						T	H		M
6	Realização	CO18	População adicional servida pelas melhorias do sistema de abastecimento de águas	N.º	FEDER	MD			11400			66093	Valor cumulativo	21.130			14395			6.735	423		0	0	Resposta muito positiva por parte dos municípios.
6	Realização	CO09	Aumento esperado do número de visitantes nos sítios de património cultural e natural e atrações que beneficiam do apoio	N.º	FEDER	MD			22129			88517		30.306			20000			10.306	0		0	0	Crescimento acelerado da atividade turística nos Açores
6	Realização	CO38	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	N.º	FEDER	MD			23245			116224	Valor cumulativo	44.686			39.786,41			4.900	0		0	0	Resposta muito positiva por parte dos municípios no final do ano, face a uma tendência anterior
6	Financeiro	F62	Despesa certificada	€	FEDER	MD			21.812.816			92.133.531	Valor cumulativo	34.576.366,00			17.147.234,76			17.429.131,24	7.663.524,05		0	0	De acordo com as orientações da CE (COESIF_18-0010-00-EN) para o indicador financeiro são consideradas as despesas certificadas pela Autoridade de Certificação e incluídas nos pedidos de pagamento, em conformidade com o Artigo 126(a) do Regulamento Geral, que correspondam a despesas incorridas e pagas pelos beneficiários até final do 2018. Assim, e relevando apenas para este efeito as despesas incluindo nos pedidos de pagamento, nenhum ajuste efetuado nas Contas Anuais deve ser levado em consideração. Face ao exposto as diferenças existentes entre o Quadro 5 e 6 têm justificação no facto de os dados comunicados no quadro 6 (Total elegível declarada pelos beneficiários e validados pela AG) incluírem ajustes à despesa comunicadas no âmbito da prestação de contas (vg. correções resultantes de auditorias).
7	Realização	O732	Navios adquiridos	N.º	FEDER	MD			0			1	Valor cumulativo	0			0			0	0		0	0	
7	Principal etapa de execução	k732	Navios adquiridos - contratados	N.º	FEDER	MD			1			1	Valor cumulativo	1			1			0	0		0	0	
7	Realização	O733	Aerogares intervencionadas	N.º	FEDER	MD			1			5	Valor cumulativo	3			1			2	0		0	0	Antecipação da concretização de obras em duas aerogares.
7	Financeiro	F72	Despesa certificada	€	FEDER	MD			15.513.765			86.088.236	Valor cumulativo	16.232.910,08			3.049.329,22			13.183.580,86	4.687.306,03		0	0	
8	Realização	O811	Participantes desempregados que beneficiam de apoios à contratação	N.º	FSE	MD			3100			5500	Valor cumulativo	3814	1911	1903	2	1	1	3812	2479		1527	738	
8	Realização	O816	Participantes jovens que beneficiam dos estágios profissionais	N.º	FSE	MD			3000			6500	Valor cumulativo	4206	1549	2657	1337	551	786	2869	2293		1.711	1082	

Quadro 5

Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental da execução, indicador financeiro, de realização ou, se for caso disso, de resultados)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			Previsão / Execução	2018 (Valor cumulativo)			2018 (Anual)			2017 (Valor cumulativo)	2016 (Valor cumulativo)	2015 (Valor cumulativo)	2014 (Valor cumulativo)	Observações (se necessário)
							H	M	T	H	M	T		T	H	M	T	T	T	T	T	T		
																							T	
8	Realização	O845	Mulheres participantes em apoios à maternidade	N.º	FSE	MD			380			700	Valor cumulativo	410	0	410	0	0	0	410	410	410	248	
8	Financeiro	F81	Despesa certificada	€	FSE	MD			28.095.260			109.703.892	Valor cumulativo	44.080.633,32			26.249.732,37			17.830.900,95	13.601.284,95			
9	Realização	O9110	Participantes em programas ocupacionais de âmbito local e ao serviço à comunidade	N.º	FSE	MD			6400			9000	Valor cumulativo	8.752	5083	3669	0	0	0	8752	8.752	6.407	3531	
9	Realização	O944	Instituições da rede regional de cuidados continuados apoiadas	N.º	FSE	MD			5			8	Valor cumulativo	6			6			0	0	0	0	
9	Financeiro	F91	Despesa certificada	€	FSE	MD			32.889.259			104.588.236	Valor cumulativo	90.991.365,90			12.129.868,92			78.861.496,98	59.025.648,85	0	0	
9	Realização	O971	Equipamentos sociais e de saúde apoiados	N.º	FEDER	MD			13			42	Valor cumulativo	25			10			15	8	0	0	Execução antecipada no tempo do mapeamento aprovado
9	Financeiro	F92	Despesa certificada	€	FEDER	MD			31.779.077			92.941.177	Valor cumulativo	53.143.605,22			16.382.185,40			36.761.419,82	27.398.174,22	0	0	De acordo com as orientações da CE (COESIF_18-0010-00-EN) para o indicador financeiro são consideradas as despesas certificadas pela Autoridade de Certificação e incluídas nos pedidos de pagamento, em conformidade com o Artigo 126(a) do Regulamento Geral, que correspondam a despesas incorridas e pagas pelos beneficiários até final de 2018. Assim, e relevando apenas para este efeito as despesas incluindo nos pedidos de pagamento, nenhum ajuste efetuado nas Contas Anuais deve ser levado em consideração. Face ao exposto as diferenças existentes entre o Quadro 5 e 6 têm justificação no facto de os dados comunicados no quadro 6 (Total elegível declarada pelos beneficiários e validados pela AG) incluírem ajustes à despesa comunicadas no âmbito da prestação de contas (vg. correções resultantes de auditorias).
10	Realização	O1011	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 3	N.º	FSE	MD			500			500	Valor cumulativo	456	255	201	456	255	201	0	0	0	0	
10	Realização	O1012	Jovens apoiados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível ISCED 2	N.º	FSE	MD			300			700	Valor cumulativo	345	203	142	345	203	142	0	0	0	0	
10	Realização	O1031	Adultos apoiados em cursos de formação de certificação escolar e/ou profissional	N.º	FSE	MD			2800			4000	Valor cumulativo	3198	1865	1303	0	0	0	3198	3190	3189	2001	

Quadro 5

Informações sobre os objetivos intermédios e metas fixados no quadro de desempenho ⁽¹⁾⁽²⁾

ID do Eixo Prioritário	Tipo de indicador (etapa fundamental da execução, indicador financeiro, de realização ou, se for caso disso, de resultados)	ID do indicador	Indicador ou etapa fundamental da execução	Unidade de medida (se aplicável)	Fundo	Categoria de região	Objetivo intermédio para 2018			Meta final (2023)			Previsão / Execução	2018 (Valor cumulativo)			2018 (Anual)			2017 (Valor cumulativo)	2016 (Valor cumulativo)	2015 (Valor cumulativo)	2014 (Valor cumulativo)	Observações (se necessário)
							H	M	T	H	M	T		T	H	M	T	T	T	T	T			
10	Realização	O1041	Jovens apoiados nos cursos de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º	FSE	MD			4300			6100	Valor cumulativo	5311	2999	2312	0	0	0	5311	4543	3684	2859	
10	Financeiro	F101	Despesa certificada	€	FSE	MD			38.025.132			157.118.324	Valor cumulativo	48.189.675,40			46.908.084,68			1.281.590,72	0	0	0	
10	Realização	CO35	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	N.º	FEDER	MD			2190			7300	Valor cumulativo	1878			1158			720	600			Abertura de diversas frentes de construção/reabilitação de infraestruturas com conclusão ao longo do período de programação
10	Financeiro	F102	Despesa certificada	€	FEDER	MD			38.972.185			121.490.944	Valor cumulativo	72.695.258,67			20.192.939,98			52.502.318,69	27.196.962,18	0	0	Abertura de diversas frentes de construção/reabilitação de infraestruturas com conclusão ao longo do período de programação
11	Realização	O1111	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	N.º	FSE	MD			400			600	Valor cumulativo	435	130	305	435	130	305	0	0	0	0	
11	Financeiro	F111	Despesa certificada	€	FSE	MD			48.762			270.588	Valor cumulativo	2.688,01			2.688,01			0,00	0	0	0	
12	Realização	ORAA1	Contratos de obrigações de serviço público apoiados	N.º	FEDER	MD			0			2	Valor cumulativo	2			0			2	2	0	0	Comparticipação de mais do que 1 contrato de serviço público, em relação ao inicialmente previsto
12	Realização	KRAA1	Contratos de obrigações de serviço público apoiados - contratado	N.º	FEDER	MD			1			2	Valor cumulativo	2			0			2	2	0	0	Comparticipação de mais do que 1 contrato de serviço público, em relação ao inicialmente previsto
12	Financeiro	F135	Despesa certificada	€	FEDER	MD			21.883.800			67.647.059	Valor cumulativo	63.529.411,77			0			63.529.411,77	56.353.955,03			

NOTAS:

(1) Para o FEDER ou o Fundo de Coesão, os Estados-Membros devem apresentar valores cumulativos para os indicadores de realização. Para o FSE, os valores cumulativos são calculados automaticamente pelo SFC2014, com base nos valores anuais fornecidos pelos Estados-Membros. Os valores dos indicadores financeiros são cumulativos para todos os Fundos. No que se refere às principais etapas de execução, os valores são cumulativos para todos os fundos quando expressos por um número ou percentagem. Se as realizações são definidas de modo qualitativo, o quadro deve indicar se estão concluídas ou não.

(2) A repartição por sexo só deve ser utilizada nos campos relevantes se tiver sido incluída no quadro 6 do PO. Caso contrário, utilize T = total.

Quadro 6

Quadro preenchido automaticamente com base na última transmissão de dados financeiros à CE, com exceção da última coluna ("Despesa total elegível incorrida pelos beneficiários e paga até 31.12.2018 e certificada à Comissão") que tem de ser preenchida manualmente para efeitos de submissão do REA 2018

Informações financeiras a nível do programa e do eixo prioritário ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾⁽⁴⁾

ID do Eixo Prioritário	Designação do Eixo Prioritário	Fundo	Categoria de região (se aplicável)	Base de cálculo do apoio da União (Custo total elegível ou custo público elegível)	Financiamento total (€)	Taxa de co financiamento (%)	Custo total elegível das operações apoiadas (€)	Parte da dotação total coberta com as operações aprovadas (%) (coluna 8 / coluna 6)	Custo público elegível das operações apoiadas (€)	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à AG (€)	Parte da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários (%) (coluna 11 / coluna 6)	Número de operações aprovadas	Despesa total elegível incorrida pelos beneficiários e paga até 31.12.2018 e certificada à Comissão
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Eixo 1	Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	FEDER	Menos desenvolvida	Total	41.747.968,00	82,04%	17.824.465,95	42,70%	17.405.911,89	9.344.597,97	22,38%	50	9.672.344,95
Eixo 2	Melhorar o acesso à Tecnologia da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade	FEDER	Menos desenvolvida	Total	21.411.766,00	85,00%	10.002.028,31	46,71%	10.002.028,31	3.799.272,44	17,74%	18	3.799.272,44
Eixo 3	Competitividade das PME	FEDER	Menos desenvolvida	Total	377.959.223,00	73,60%	447.201.429,17	118,32%	281.940.870,76	184.152.151,23	48,72%	933	180.731.149,84
Eixo 4	Economia de Baixo Carbono	FEDER	Menos desenvolvida	Total	58.234.566,00	81,34%	4.364.765,69	7,50%	4.364.765,69	511.518,84	0,88%	8	511.518,84
Eixo 5	Alterações Climáticas e prevenção e gestão de riscos	FEDER	Menos desenvolvida	Total	52.705.883,00	85,00%	37.170.111,70	70,52%	37.170.111,70	27.678.850,93	52,52%	46	27.686.051,43
Eixo 6	Ambiente e eficiência dos recursos	FEDER	Menos desenvolvida	Total	92.133.531,00	85,00%	61.815.993,08	67,09%	61.815.993,08	34.563.244,93	37,51%	66	34.576.366,00
Eixo 7	Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas	FEDER	Menos desenvolvida	Total	86.088.236,00	85,00%	69.514.538,35	80,75%	69.514.538,35	16.232.910,08	18,86%	25	16.232.910,08
Eixo 8	Emprego e Mobilidade Laboral	FSE	Menos desenvolvida	Total	109.703.892,00	85,00%	77.552.972,44	70,69%	77.552.972,44	44.587.028,01	40,64%	22	44.080.633,32
Eixo 9	Inclusão Social e Combate à Pobreza	FEDER	Menos desenvolvida	Total	92.941.177,00	85,00%	63.173.104,08	67,97%	63.173.104,08	53.078.382,66	57,11%	45	53.143.605,22
Eixo 9	Inclusão Social e Combate à Pobreza	FSE	Menos desenvolvida	Total	104.588.236,00	85,00%	105.085.378,54	100,48%	105.085.378,54	92.084.085,84	88,04%	5	90.991.365,90
Eixo 10	Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	FEDER	Menos desenvolvida	Total	121.490.944,00	85,00%	91.452.433,88	75,28%	91.452.433,88	72.695.258,67	59,84%	10	72.695.258,67
Eixo 10	Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	FSE	Menos desenvolvida	Total	157.118.324,00	85,00%	123.791.461,00	78,79%	123.791.461,00	59.039.711,07	37,58%	158	48.189.675,40
Eixo 11	Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente	FSE	Menos desenvolvida	Total	270.589,00	85,00%	79.059,71	29,22%	79.059,71	2.688,01	0,99%	1	2.688,01
Eixo 12	Alocação Específica para a Ultraperiferia	FEDER	Dotação especial para regiões ultraperiféricas	Total	67.647.059,00	85,00%	63.529.411,77	93,91%	63.529.411,77	63.529.411,77	93,91%	2	63.529.411,77
Eixo 13	Assistência Técnica	FEDER	Menos desenvolvida	Total	8.823.530,00	85,00%	7.127.356,89	80,78%	7.127.356,89	5.599.832,84	63,46%	6	0,00
Total		FEDER	Menos desenvolvida		953.536.824,00	80,13%	809.646.227,10	84,91%	643.967.114,63	407.656.020,59	42,75%	1.207	399.048.477,47
Total		FEDER	Dotação especial para regiões ultraperiféricas		67.647.059,00	85,00%	63.529.411,77	93,91%	63.529.411,77	63.529.411,77	93,91%	2	63.529.411,77
Total		FSE	Menos desenvolvida		371.681.041,00	85,00%	306.508.871,69	82,47%	306.508.871,69	195.713.512,93	52,66%	186	183.264.362,63
Total global (Todos os Fundos e Regiões)					1.392.864.924,00	81,66%	1.179.684.510,56	84,69%	1.014.005.398,09	666.898.945,29	47,88%	1.395	645.842.251,87

NOTAS:

(1) Como estabelecido no quadro 1 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão, de 22 de setembro de 2014, "Modelo para a apresentação de dados financeiros", que estabelece regras pormenorizadas para a execução do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito aos modelos de apresentação de certas informações à Comissão, e regras pormenorizadas para o intercâmbio de informações entre os beneficiários e as autoridades de gestão, as autoridades de certificação, as autoridades de auditoria e os organismos intermediários, JO L 286 de 30.9.2014, p. 1.

(2) No caso do PO ISE, incluir dados estruturados exigidos para o relatório sobre a IEJ, em conformidade com o artigo 19.º, n.º 3, e o anexo II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013.

(3) Colunas 1 a 7: A dotação financeira do eixo prioritário com base no programa operacional (extraído do quadro 18a do programa operacional).

(4) Colunas 8 a 13: Dados cumulativos sobre os progressos financeiros do programa operacional.

Quadro 7

Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Como estabelecido no quadro 2 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão (Modelo para a apresentação de dados financeiros)

Quadro preenchido com base na última transmissão de dados financeiros à CE

Eixo prioritário	Caraterísticas das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de Região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão Económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
001	FEDER	MD	58	1	7	7	1	8	17	PT200	9.504.149,47	9.504.149,47	7.934.661,13	1
001	FEDER	MD	60	1	7	7	1	8	17	PT200	6.111.431,37	6.111.431,37	1.145.921,46	39
001	FEDER	MD	64	1	7	7	1	8	17	PT200	2.208.885,11	1.790.331,05	264.015,38	10
002	FEDER	MD	78	1	7	7	2	8	13	PT200	10.002.028,31	10.002.028,31	3.799.272,44	18
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	3	PT200	52.487.067,98	28.002.240,93	13.664.799,12	30
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	7	PT200	19.076.550,47	11.211.579,73	2.955.366,00	41
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	8	PT200	235.386,35	94.154,54	176.976,62	2
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	9	PT200	352.756,60	177.618,57	213.578,50	2
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	12	PT200	14.613.835,61	7.359.897,81	2.680.645,85	32
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	13	PT200	1.489.566,76	937.854,90	652.779,46	7
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	14	PT200	24.148.002,20	10.963.173,93	13.256.592,34	184
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	15	PT200	140.927.523,07	73.546.073,12	47.696.839,18	186
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	17	PT200	2.373.179,45	1.232.909,84	1.136.471,51	23
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	20	PT200	29.119.893,58	13.329.674,90	3.676.693,23	5
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	21	PT200	11.628.072,20	6.273.653,29	5.355.433,55	62
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	22	PT200	4.760.788,62	2.204.925,78	2.318.514,03	7
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	23	PT200	297.059,30	136.163,98	99.303,12	11
003	FEDER	MD	1	1	7	7	3	8	24	PT200	503.537,55	268.352,97	45.894,59	2
003	FEDER	MD	1	3	7	7	3	8	16	PT200	10.000.000,00	10.000.000,00	2.500.000,00	4
003	FEDER	MD	1	5	7	7	3	8	16	PT200	10.000.000,00	10.000.000,00	2.500.000,00	3
003	FEDER	MD	63	1	7	7	3	8	17	PT200	8.495.344,75	8.495.344,75	4.490.557,29	23
003	FEDER	MD	66	1	7	7	3	8	17	PT200	8.779.172,63	8.779.172,63	6.051.166,21	11
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	3	PT200	1.166.559,90	772.218,58	651.093,84	7
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	4	PT200	447.004,99	291.221,51	0,00	2
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	5	PT200	298.422,59	193.974,68	284.535,19	1
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	7	PT200	2.558.752,68	1.697.615,48	1.861.223,31	12
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	12	PT200	130.298,22	85.292,26	42.880,23	2
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	13	PT200	883.143,75	582.280,36	361.585,18	6
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	14	PT200	368.460,37	246.828,37	294.302,50	2

Quadro 7

Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Como estabelecido no quadro 2 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão (Modelo para a apresentação de dados financeiros)

Quadro preenchido com base na última transmissão de dados financeiros à CE

Eixo prioritário	Caraterísticas das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de Região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão Económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	15	PT200	29.084.355,41	18.211.138,00	18.745.967,68	131
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	17	PT200	12.261.191,68	9.835.947,95	6.906.837,98	40
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	19	PT200	292.000,83	185.327,96	133.702,69	3
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	20	PT200	5.240.723,35	3.475.560,32	3.191.861,00	29
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	21	PT200	3.816.387,71	2.436.087,55	2.303.416,44	27
003	FEDER	MD	67	1	7	7	3	8	23	PT200	1.215.725,80	763.921,30	746.944,93	10
003	FEDER	MD	72	1	7	7	3	8	17	PT200	10.119.994,00	10.119.994,00	6.726.716,54	7
003	FEDER	MD	75	1	7	7	3	8	17	PT200	40.030.670,77	40.030.670,77	32.429.473,12	19
004	FEDER	MD	14	4	7	7	4	8	16	PT200	951.516,71	951.516,71	237.879,18	1
004	FEDER	MD	43	1	7	7	4	8	8	PT200	357.065,66	357.065,66	180.065,66	2
004	FEDER	MD	90	1	7	7	4	8	8	PT200	3.056.183,32	3.056.183,32	93.574,00	5
005	FEDER	MD	87	1	7	7	5	8	18	PT200	34.029.048,85	34.029.048,85	25.039.736,81	41
005	FEDER	MD	88	1	7	7	5	8	18	PT200	3.141.062,85	3.141.062,85	2.639.114,12	5
006	FEDER	MD	17	1	7	7	6	8	11	PT200	4.696.398,56	4.696.398,56	2.722.232,18	8
006	FEDER	MD	17	1	7	7	6	8	22	PT200	6.531.103,03	6.531.103,03	6.189.030,32	3
006	FEDER	MD	20	1	7	7	6	8	11	PT200	11.322.295,10	11.322.295,10	6.263.690,83	13
006	FEDER	MD	21	1	7	7	6	8	18	PT200	4.510.036,45	4.510.036,45	3.530.911,01	4
006	FEDER	MD	22	1	7	7	6	8	11	PT200	2.454.680,75	2.454.680,75	636.332,19	4
006	FEDER	MD	54	4	7	7	6	8	16	PT200	3.344.750,05	3.344.750,05	836.187,50	1
006	FEDER	MD	85	1	7	7	6	8	18	PT200	1.827.208,12	1.827.208,12	955.771,28	4
006	FEDER	MD	86	1	7	7	6	8	18	PT200	2.604.934,97	2.604.934,97	2.258.697,77	1
006	FEDER	MD	94	1	7	7	6	8	18	PT200	24.524.586,05	24.524.586,05	11.170.391,85	28
007	FEDER	MD	34	1	7	7	7	8	8	PT200	16.174.808,75	16.174.808,75	15.094.032,49	15
007	FEDER	MD	38	1	7	7	7	8	12	PT200	5.339.729,60	5.339.729,60	1.138.877,59	9
007	FEDER	MD	40	1	7	7	7	8	18	PT200	48.000.000,00	48.000.000,00	0,00	1
008	FSE	MD	102	1	7	7	8	8	18	PT200	27.135.493,01	27.135.493,01	12.969.202,49	8
008	FSE	MD	103	1	7	7	8	8	18	PT200	47.524.283,87	47.524.283,87	30.544.459,72	8
008	FSE	MD	104	1	7	7	8	8	18	PT200	1.402.500,00	1.402.500,00	942.000,00	3
008	FSE	MD	105	1	7	7	8	7	18	PT200	1.434.691,54	1.434.691,54	131.365,80	2

Quadro 7

Repartição dos dados financeiros cumulativos, por combinação da categoria de intervenção, para o FEDER, o FSE e o Fundo de Coesão (artigo 112.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, e artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013)

Como estabelecido no quadro 2 do anexo II do Regulamento de Execução (UE) n.º 1011/2014 da Comissão (Modelo para a apresentação de dados financeiros)

Quadro preenchido com base na última transmissão de dados financeiros à CE

Eixo prioritário	Caraterísticas das despesas		Dimensões de categorização								Dados financeiros			
	Fundo	Categoria de Região	Domínio de intervenção	Forma de financiamento	Dimensão territorial	Mecanismo de execução territorial	Dimensão relativa ao objetivo temático	Tema secundário do FSE	Dimensão Económica	Dimensão relativa à localização	Custo total elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Custo público elegível das operações selecionadas para apoio (EUR)	Despesas totais elegíveis declaradas pelos beneficiários à autoridade de gestão	Número de operações selecionadas
008	FSE	MD	106	1	7	7	8	1	19	PT200	56.004,02	56.004,02	0,00	1
009	FEDER	MD	53	1	7	7	9	8	20	PT200	28.363.461,83	28.363.461,83	23.341.788,85	12
009	FEDER	MD	55	1	7	7	9	8	21	PT200	34.809.642,25	34.809.642,25	29.736.593,81	33
009	FSE	MD	109	1	7	7	9	8	18	PT200	104.026.231,00	104.026.231,00	91.706.151,95	3
009	FSE	MD	112	1	7	7	9	8	18	PT200	999.982,74	999.982,74	377.933,89	1
009	FSE	MD	113	1	7	7	9	8	21	PT200	59.164,80	59.164,80	0,00	1
010	FEDER	MD	50	1	7	7	10	8	19	PT200	5.000.000,00	5.000.000,00	2.947.309,56	1
010	FEDER	MD	51	1	7	7	10	8	19	PT200	86.452.433,88	86.452.433,88	69.747.949,11	9
010	FSE	MD	115	1	7	7	10	8	19	PT200	3.050.280,88	3.050.280,88	16.331,99	16
010	FSE	MD	116	1	7	7	10	4	18	PT200	5.915.799,10	5.915.799,10	4.080.620,63	2
010	FSE	MD	116	1	7	7	10	8	18	PT200	32.400,00	32.400,00	0,00	1
010	FSE	MD	117	1	7	7	10	8	18	PT200	14.168.988,99	14.168.988,99	4.280.327,91	6
010	FSE	MD	117	1	7	7	10	8	19	PT200	16.182.111,39	16.182.111,39	6.208.423,24	27
010	FSE	MD	117	1	7	7	10	8	21	PT200	7.219.920,39	7.219.920,39	1.378.629,02	14
010	FSE	MD	118	1	7	7	10	8	19	PT200	49.036.843,01	49.036.843,01	26.832.749,96	59
010	FSE	MD	118	1	7	7	10	8	21	PT200	28.185.117,24	28.185.117,24	16.242.628,32	33
011	FSE	MD	119	1	7	7	11	8	18	PT200	79.059,71	79.059,71	2.688,01	1
012	FEDER	Ultraperiféricas	98	1	7	7	12	8	12	PT200	63.529.411,77	63.529.411,77	63.529.411,77	2
013	FEDER	MD	121	1	7	7	13	8	18	PT200	7.127.356,89	7.127.356,89	5.599.832,84	6
Total	FEDER	MD									809.646.227	643.967.115	407.656.021	1.207
Total	FEDER	Ultraperiféricas									63.529.411,77	63.529.411,77	63.529.411,77	2
Total	FSE	MD									306.508.871,69	306.508.871,69	195.713.512,93	186
Total Geral											1.179.684.510,56	1.014.005.398,09	666.898.945,29	1.395

Quadro 8

Não aplicável ao relatório anual de execução de 2018.

Utilização de financiamento cruzado ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾

Utilização de financiamento cruzado	ID do Eixo Prioritário	Designação do Eixo Prioritário	Montante previsto do apoio da UE para utilização como financiamento cruzado, com base nas operações aprovadas ⁽³⁾ (€)	Como parte do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (%) (coluna 3/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)	Montante do apoio da UE utilizado como financiamento cruzado, com base nas despesas elegíveis declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (€)	Como parte do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (%) (coluna 5/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Financiamento cruzado: despesas elegíveis para apoio a título do FEDER, mas apoiadas pelo FSE ⁽²⁾	-	-	0	0	0	0
Financiamento cruzado: despesas elegíveis para apoio a título do FSE, mas apoiadas pelo FEDER ⁽²⁾	-	-	0	0	0	0

NOTAS:

(1) Apenas aplicável a programas operacionais no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego, que incluam o FSE e/ou o FEDER.

(2) Se não for possível determinar com precisão os montantes antecipadamente, antes da execução da operação, as informações devem ter por base os limites máximos aplicados à operação: p. ex., se uma operação do FEDER pode incluir até 20% de despesas correspondentes à intervenção do FSE, o relatório deve basear-se no pressuposto de que a totalidade de 20% pode ser utilizada para esse efeito. Nos casos em que uma operação tenha sido concluída, os dados utilizados nesta coluna devem basear-se nos custos reais incorridos.

(3) Artigo 98.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.

Quadro 9

Não aplicável

Custo das operações executadas fora da zona do programa (FEDER e Fundo de Coesão no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego)

Custo das operações fora da zona do programa	ID do Eixo Prioritário (1)	Designação do Eixo Prioritário (2)	Montante do apoio da UE previsto para utilização em operações realizadas fora da zona do programa, com base nas operações selecionadas (€) (3)	Como parte do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (%) (coluna 3/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100) (4)	Montante do apoio da UE utilizado em operações realizadas fora da zona abrangida pelo programa, com base nas despesas elegíveis declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (€) (5)	Como parte do apoio da UE destinado ao eixo prioritário (%) (coluna 5/apoio da UE destinado ao eixo prioritário*100) (6)
Custo das operações fora da zona do programa ⁽¹⁾	-	-	0	0	0	0

NOTAS:

(1) Nos termos e limites máximos fixados no artigo 70.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, ou no artigo 20.º do Regulamento (UE) n.º 1299/2013.

Quadro 10

Não aplicável

Despesa incorrida fora da União (FSE) ⁽¹⁾

<p>Montante de despesa prevista a incorrer fora da União, no quadro dos objetivos temáticos 8 e 10, com base nas operações selecionadas (€)</p> <p>(1)</p>	<p>Parte do total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou parte do FSE de um programa multifundos (%)</p> <p>(coluna 1/total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos*100)</p> <p>(2)</p>	<p>Despesas elegíveis incorridas fora da União, declaradas pelo beneficiário à autoridade de gestão (€)</p> <p>(3)</p>	<p>Parte do total da dotação financeira destinada ao programa (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos (%)</p> <p>(coluna 3/ total da dotação financeira (contribuição nacional e da União) destinada ao programa FSE ou à parte do FSE num programa multifundos*100)</p> <p>(4)</p>
<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>	<p>0</p>

NOTAS:

(1) Nos termos e limites máximos fixados no artigo 13.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013.

Quadro 11

Não aplicável

Atribuição de recursos IEJ para apoiar jovens fora das regiões elegíveis de nível NUTS 2 (artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 1304/2013) ⁽¹⁾

ID do Eixo Prioritário	Designação do Eixo Prioritário	Montante do apoio da UE ao abrigo da IEJ (dotação específica para a IEJ e apoio correspondente do FSE) que deverá ser canalizado para os jovens fora das regiões elegíveis de nível NUTS 2 (€), como indicado no ponto 2.A.6.1 do PO	Montante do apoio da UE ao abrigo da IEJ (dotação específica para a IEJ e apoio correspondente do FSE) canalizado para operações destinadas a apoiar os jovens fora das regiões elegíveis de nível NUTS 2 (€)	Despesas elegíveis incorridas em operações destinadas a apoiar jovens fora das regiões elegíveis (EUR) (€)	Apoio correspondente da UE para despesas elegíveis incorridas em operações destinadas a apoiar jovens fora das regiões elegíveis, resultante da aplicação da taxa de cofinanciamento do eixo prioritário (€)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
-	-	0	0	0	0
Total		0	0	0	0

NOTAS:

(1) Aplicável ao PO ISE. Incluir dados estruturados exigidos para o relatório sobre a IEJ, em conformidade com o artigo 19.º, n.º 3, e o anexo II do Regulamento (UE) n.º 1304/2013.

Quadro 12

Não aplicável

Grandes projetos

A preencher de acordo com os dados da lista indicativa de GP em vigor a 31/12/2018

Projeto <i>(Constante(s) da lista indicativa em vigor a 31/12/2017)</i>	CCI <i>(Se apresentado à CE)</i>	Estado do grande projeto: 1. Concluído 2. Aprovado 3. Apresentado 4. Previsto para notificação / apresentação à Comissão <i>(Campo obrigatório)</i>	Total dos investimentos (€) <i>(Campo obrigatório)</i>	Total dos custos elegíveis (€) <i>(Campo obrigatório)</i>	Data prevista de notificação / apresentação <i>(Constante da lista indicativa em vigor a 31/12/2017)</i>	Data de acordo tácito / aprovação pela Comissão	Data prevista do início da execução (ano, trimestre) <i>(Constante da lista indicativa em vigor a 31/12/2017)</i>	Data prevista de conclusão (ano, trimestre) <i>(Constante da lista indicativa em vigor a 31/12/2017)</i>	Eixo prioritário / Prioridade de investimento <i>(Constante da lista indicativa em vigor a 31/12/2017)</i>	Estado atual de execução / progresso financeiro (% das despesas certificadas à Comissão, em comparação com o custo total elegível) <i>(Campo obrigatório)</i>	Estado atual de execução - progresso físico Fase principal de execução do projeto: 1. Concluído/exploração 2. Construção avançada 3. Construção 4. Contratação 5. Conceção <i>(Campo obrigatório)</i>	Principais realizações <i>(Limite de caracteres: 875)</i> <i>(obrigatório)</i>	Data de assinatura do primeiro contrato de obras (1) <i>(obrigatório)</i>	Observações <i>(Limite de caracteres: 875)</i> <i>(se necessário)</i>

NOTAS:
 (1) No caso de operações executadas em parceria público-privada, data de assinatura do contrato PPP entre o organismo público e o organismo do setor privado (artigo 102.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013).
 Campos a atualizar pelas Autoridades de Gestão em sede de relatório anual de execução.

Quadro 13

Não aplicável.

Planos de ação conjuntos (PAC)Ficha de plano de ação conjunto ⁽¹⁾

Designação do PAC	
CCI	
Fase de execução do PAC: 1. Concluído 2. > 50 % Executado 3. Iniciado 4. Aprovado 5. Apresentado 6. Previsto	
Total dos custos elegíveis (€)	
Total de apoios públicos (€)	
Contribuição do PO para o PAC	
Eixo prioritário (ID e designação)	
Tipo de PAC: 1. Normal 2. Piloto 3. IEJ	
Data de apresentação (prevista) à Comissão	
Data [prevista] de início da execução	
Data [prevista] de conclusão da realização	
Principais realizações e resultados	<i>Limite de caracteres: 875</i>
Total das despesas elegíveis certificadas à Comissão	
Observações (se necessário)	<i>Limite de caracteres: 875</i>

NOTAS:

(1) Preencher uma ficha destas por PAC, duplicando esta folha.